



Esta publicação é regida pela Creative Commons Attribution 4.0 International License. Fonte: <http://periodicos.unb.br/index.php/RDET/issue/view/1661>. Acesso em: 02 abr. 2019.

REFERÊNCIA

ARANHA, Márcio Lório; LIMA, João Alberto de Oliveira; QUELHO, Renata Tonicelli de Mello. Normas primárias e secundárias do Setor de Telecomunicações - 2012. **Revista de Direito, Estado e Telecomunicações**, v. 5, n. 1, p. 273-416, 2013. DOI: <https://doi.org/10.26512/l.s.t.r..v5i1>. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/RDET/article/view/21570/19885>. Acesso em: 02 ab. 2019.

Normas Primárias e Secundárias do Setor de Telecomunicações - 2012

2012 Statutes and Administrative Regulations of the Telecommunication Sector

Márcio Iório Aranha
João Lima
Renata Tonicelli de Mello Quelho

Coleta de Dados
Elizabeth Costa de Oliveira Góes

Sumário

Lista de Abreviaturas e Siglas	281
Normas e Atos de 2012	309
Fundamentos	309
Aspectos Históricos	309
Infraestrutura e Recursos do Setor de Telecomunicações	309
Infraestrutura de Telecomunicações	309
Compartilhamento de Infraestrutura	309
Redes de Telecomunicações	309
Remuneração de Redes	309
Interconexão	309
Unbundling	310
Equipamentos de Telecomunicações	310
Antenas	310
Estações de Telecomunicações	310
Terminais	311
Certificação / Homologação	312
Espectro de Radiofrequência	312
Atribuição, Destinação e Designação de Radiofrequência	312
Condições de Uso de Radiofrequência e Canalização (Distribuição de Canais)	313
Direito de Uso de Radiofrequência	313
Órbita e Satélite	313
Administração do Setor de Telecomunicações	314
Fiscalização das Telecomunicações	314
Tributação no Setor de Telecomunicações	314
Outorgas	315
Espécies de Outorga	315
Concessão (regras aplicáveis)	315
Permissão (regras aplicáveis)	315
Autorização (regras aplicáveis)	315
Preço Público e Preço Privado	316
Planos de Serviços	317
Políticas de Telecomunicações	318
Política Tarifária	318
Política Industrial	318
Concorrência no Setor de Telecomunicações	319
Universalização e Massificação	322
Acesso às Telecomunicações	322
Portador de Deficiência	322
Educação e Pesquisa	322
Financiamento da Universalização	323
Metas de Universalização	324
Fundos Setoriais de Telecomunicações	324

FUST	324
Pesquisa & Desenvolvimento	324
Qualidade do Serviço	324
Regulação de Conteúdo	325
Controle Social, Hierárquico e Interorgânico	325
Sigilo em Telecomunicações	325
Convergência	326
Classificações de Serviços no Setor de Telecomunicações	326
Quanto ao Interesse	326
Serviço de Interesse Coletivo	326
Quanto ao Gênero	329
TV por Assinatura	329
Serviço de Radiodifusão	329
Serviço de Comunicação de Massa ou Eletrônica de Massa	329
Serviços no Setor de Telecomunicações	329
Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC)	329
Serviço Móvel Pessoal (SMP)	330
Serviço de Comunicação Multimídia (SCM)	331
Internet	332
TV a Cabo	333
TVA (Serviço Especial de TV por Assinatura)	334
DTH (Direct to Home - Serviço de Distribuição de Sinais de Televisão e de Áudio por Assinatura Via Satélite)	334
MMDS (Multichannel Multipoint Distribution Service - Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal)	334
Radiodifusão	335
Radiodifusão Comunitária	337
Serviço Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos (SARC)	338
Serviço Especial de Repetição de Televisão (RpTV)	338
Serviço Especial de Circuito Fechado de Televisão com Utilização de Radioenlace (CFTV)	338
Televisão Aberta	338
TV Digital	338
Serviço de Rede de Transporte de Telecomunicações (SRTT)	339
Serviço por Linha Dedicada	339
Serviço Móvel Global por Satélite (SMGS)	339
Serviço Fixo por Satélite	339
Serviço de Acesso Condicionado	340
Serviço de Radiodifusão por Satélite	340
Serviço de Telecomunicações Aeronáuticas	340
Serviço Móvel Aeronáutico	340
Ramos Jurídicos Afins	341
Direito do Consumidor	341
Direito da Concorrência	342
Direito Aeroespacial	344
Direito Penal	344

Aplicações de Telecomunicações	345
Aplicações Educacionais	345
Internet	345
Acessibilidade	346
Acesso a Serviços de Interesse Público e Uso de Radiofrequência por tais Serviços	346
Tráfego Aéreo	346
Banda Larga	347
Aeropostos	348
Atores no Setor de Telecomunicações	348
ANATEL	348
Poder Executivo	349
Presidência da República	349
Ministério da Defesa	350
Ministério das Comunicações	350
Prestadora / Operadora	351
Usuário / Consumidor	355
Normas Referenciadas	356
Lei Ordinária	356
Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012	356
Lei nº 12.603, de 3 de abril de 2012	356
Lei nº 12.648, de 17 de maio de 2012	356
Lei nº 12.663, de 5 de junho de 2012	357
Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012	357
Lei nº 12.735, de 30 de novembro de 2012	358
Lei nº 12.737, de 30 de novembro de 2012	358
Medida Provisória	358
Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012	358
Decreto	359
Decreto nº 7.670, de 16 de janeiro de 2012	359
Decreto nº 7.715, de 3 de abril de 2012	359
Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012	359
Decreto nº 7.750, de 8 de junho de 2012	360
Decreto nº 7.769, de 28 de junho de 2012	360
Decreto nº 7.776, de 24 de julho de 2012	360
Decreto nº 7.791, de 17 de agosto de 2012	361
Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012	361
Decreto nº 7.867, de 19 de dezembro de 2012	361
Portaria Ministerial	362
Portaria MC nº 9, de 19 de janeiro de 2012	362
Portaria MC nº 86, de 15 de fevereiro de 2012	362
Portaria MC nº 106, de 2 de março de 2012	363
Portaria MC nº 186, de 28 de março de 2012	363
Portaria MC nº 312, de 26 de junho de 2012	363
Portaria MC nº 329, de 4 de julho de 2012	363
Portaria MC nº 330, de 5 de julho de 2012	364

Portaria MC nº 354, de 11 de julho de 2012	365
Portaria MC nº 355, de 12 de julho de 2012	365
Portaria MC nº 358, de 17 de julho de 2012	365
Portaria nº 359, de 02 de agosto de 2012	365
Portaria MJ nº 1.642, de 3 de agosto de 2012	366
Portaria MC nº 365, de 14 de agosto de 2012	366
Portaria MC nº 366, de 14 de agosto de 2012	366
Portaria MC nº 482, de 6 de dezembro de 2012	367
Portaria MC nº 486, de 18 de dezembro de 2012	367
Portaria MC nº 489, de 18 de dezembro de 2012	367
Portaria MC nº 513, de 27 de dezembro de 2012	368
Resolução	368
Resolução da ANATEL nº 579, de 29 de fevereiro de 2012	368
Resolução da ANATEL nº 580, de 19 de março de 2012	369
Resolução da ANATEL nº 581, de 26 de março de 2012	369
Resolução da ANATEL nº 583, de 27 de março de 2012	370
Resolução da ANATEL nº 584, de 27 de março de 2012	371
Resolução da ANATEL nº 586, de 5 de abril de 2012	371
Resolução da ANATEL nº 587, de 25 de abril de 2012	372
Resolução da ANATEL nº 588, de 7 de maio de 2012	372
Resolução da ANATEL nº 589, de 7 de maio de 2012	373
Resolução da ANATEL nº 590, de 15 de maio de 2012	373
Resolução da ANATEL nº 593, de 27 de junho de 2012	374
Resolução da ANATEL nº 594, de 11 de julho de 2012	374
Resolução nº 595, de 11 de julho de 2012	374
Resolução da ANATEL nº 596, de 06 de agosto de 2012	375
Resolução da ANATEL nº 597, de 2 de outubro de 2012	375
Resolução da ANATEL nº 598, de 23 de outubro de 2012	375
Resolução da ANATEL nº 599, de 30 de outubro de 2012	376
Resolução da ANATEL nº 600, de 8 de novembro de 2012	376
Resolução da ANATEL nº 601, de 13 de novembro de 2012	377
Resolução da ANATEL nº 602, de 13 de novembro de 2012	377
Resolução da ANATEL nº 603, de 13 de novembro de 2012	377
Resolução da ANATEL nº 604, de 27 de novembro de 2012	378
Atos Referenciados	379
Ato Administrativo	379
Ato	379
Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 1.133, de 29 de fevereiro de 2012	379
Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 2.099, de 14 de abril de 2012	379
Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 2.295, de 23 de abril de 2012	379
Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 2.716, de 15 de maio de 2012	379
Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 6.617, de 8 de novembro de 2012	380

Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 6.619, de 8 de novembro de 2012	380
Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 6.620, de 8 de novembro de 2012	380
Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 6.621, de 8 de novembro de 2012	381
Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 6.622, de 8 de novembro de 2012	381
Verificar código de ordem do Ato	382
Resolução de Gestão do FUST - 2011	382
Relatório Anual da ANATEL	382
Relatório Anual da ANATEL 2011	382
Relatório da Ouvidoria da ANATEL	382
Relatório da Ouvidoria da ANATEL 2012	382
Súmula	382
Súmula da ANATEL nº 13, de 31 de outubro de 2012	382
Índice Alfabético e Remissivo	383

Lista de Abreviaturas e Siglas

1G	Primeira Geração de Tecnologia de Telefonia Móvel (analogico).
2.5G	Geração 2.5 de Tecnologia de Telefonia Móvel (GPRS).
2G	Segunda Geração de Tecnologia de Telefonia Móvel (digital para dados, 9.6-14.4Kbps).
3G	Terceira Geração de Tecnologia de Telefonia Móvel (digital para voz e dados, mínimo de 144Kbps).
3G HS	3G High Speed (Rede celular de Terceira geração de Alto Desempenho).
AACD	Associação de Assistência à Criança Deficiente.
ABA	Associação Brasileira de Anunciantes.
ABAP	Associação Brasileira de Agências de Propaganda.
ABAR	Associação Brasileira de Agências de Regulação.
ABCiber	Associação Brasileira de Pesquisadores em Cibercultura.
ABEMTIC	Associação Brasileira de Entidades Municipais de Tecnologia da Informação e Comunicação.
ABEPEC	Associação Brasileira das Emissoras Públicas Educativas e Culturais.
ABEPEC	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Comunicação (inativa).
ABEPREST	Associação Brasileira de Empresas de Soluções de Telecomunicações e Informática.
ABERT	Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão.
ABETS	Associação Brasileira das Empresas de Telecomunicações por Satélite.
ABIFUMO	Associação Brasileira da Indústria do Fumo.
ABINEE	Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica.
ABJC	Associação Brasileira de Jornalismo Científico.
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas.
ABPI-TV	Associação Brasileira de Produtores Independentes de Televisão.
ABPITV	Associação Brasileira das Empresas Produtoras Independentes de Televisão.
ABPTA	Associação Brasileira dos Programadores de TV por Assinatura.
ABR Telecom	Associação Brasileira de Recursos de Telecomunicações (Portabilidade Numérica).
ABRA	Associação Brasileira de Radiodifusores.
ABRACOM	Associação Brasileira de Antenas Comunitárias.
ABRADECEL	Associação Brasileira de Defesa dos Moradores e Usuários Intraquilos com Equipamentos de Telecomunicações Celular.
ABRAFIC	Associação Brasileira de Film Commissions (Brazilian Association of Film Commissions).
ABRAFIX	Associação Brasileira de Concessionárias de Serviço Telefônico Fixo Comutado.
ABRAPPIT	Associação Brasileira de Pequenos Provedores de Internet e Telecomunicações.

ABRATEL	Associação Brasileira de Radiodifusão, Tecnologia e Telecomunicações.
ABRATER	Associação Brasileira de Telecomunicações Rurais.
ABRINT	Associação Brasileira de Provedores de Internet e Telecomunicações.
ABRISAN	Associação Brasileira de Registro de Obras Audiovisuais.
ABTA	Associação Brasileira de TV por Assinatura.
ABTU	Associação Brasileira de Televisão Universitária.
Acel	Associação Nacional das Operadoras Celulares.
ACERP	Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto.
AD	Adicional por Chamada (Serviço Móvel Pessoal).
ADGI	Gerência Geral de Gestão da Informação (ANATEL).
ADI	Ação Direta de Inconstitucionalidade (Jurisdição).
ADPF	Gerência Geral de Planejamento, Orçamento e Finanças (ANATEL).
ADSL	Asymmetric Digital Subscriber Line.
AEB	Agência Espacial Brasileira.
AET	Associação dos Engenheiros de Telecomunicações.
AGVSEL	Agravo em Suspensão de Execução de Liminar.
Ah	Ampère-hora.
AI	Acesso Instalado.
AI	Agravo de Instrumento (Jurisdição).
AI/E	Acesso Instalado da Estação de Comutação.
AICE	Acesso Individual Classe Especial.
AIE	Acesso Instalado Equivalente.
AIRR	Agravo de Instrumento em Recurso de Revista (Tribunal Superior do Trabalho).
ALAIC	Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación.
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas.
ALCAR	Associação Brasileira dos Pesquisadores de História da Mídia.
AM	Amplitude Modulation (Modulação em Amplitude).
AM-DSB-SC	Amplitude Modulation, Double-Sided Band, Suppressed Carrier (Modulação em Amplitude, em Faixa Lateral Dupla, com Portadora Suprimida).
AME	Valor de Ativo Moderno Equivalente (Separação e Alocação de Contas).
AMMB	Associação de Marketing Móvel do Brasil.
AMN	Artificial Mains Network (Rede Fictícia em V).
AMNT	Assembléia Mundial de Normalização das Telecomunicações.
AMPS	Advanced Mobile Phone System (Rede celular 1G).
AN	Área de Numeração.
AN	Área de Numeração (Serviço Telefônico Fixo Comutado).
ANACOM	Autoridade Nacional de Comunicações (de Portugal).
ANATEL	Agência Nacional de Telecomunicações.

ANCINE	Agência Nacional do Cinema.
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica.
ANER	Associação Nacional das Empresas de Revistas.
ANER	Associação Nacional dos Servidores Efetivos das Agências Reguladoras.
ANJ	Associação Nacional de Jornais.
ANOp	Auditoria de Natureza Operacional (Tribunal de Contas da União).
ANP	Agência Nacional do Petróleo.
ANSI	American National Standards Institute.
ANTT	Agência Nacional de Transportes Terrestres.
APEX-Brasil	Agência de Promoção de Exportações do Brasil.
APS	Área de Prestação do Serviço (Serviço de Acesso Condicionado).
Aptel	Associação de Empresas Proprietárias de Infra-Estrutura e de Sistemas Privados de Telecomunicações.
AR	Área de Registro.
AR	Área de Registro (Serviço Móvel Especializado).
AR	Área de Registro (Serviço Móvel Pessoal).
AR	Área de Registro (Serviço Telefônico Fixo Comutado).
ARIB	Association of Radio Industries and Businesses (Japão).
ARICEA	Association of Regulators of Information and Communications for Eastern and Southern Africa.
ARM	Acordo de Reconhecimento Mútuo (Certificação e Homologação).
ART	Anotação de Responsabilidade Técnica.
ARTAC	Association des régulateurs de telecommunications de l'Afrique central – Telecommunication Regulators' Association of Central Africa.
ASTM	American Society for Testing and Materials.
AT	Área de Tarifação (Serviço Móvel Especializado).
AT	Área de Tarifação (Serviço Móvel Pessoal).
ATA	Analog Telephone Adaptor.
ATB	Área de Tarifa Básica.
ATB	Área de Tarifação Básica (Serviço Telefônico Fixo Comutado).
ATC	Ativos de Tecnologia Corrente (Separação e Alocação de Contas).
ATS	Ativos de Tecnologia Substituída (Separação e Alocação de Contas).
ATSC	Advanced Television Systems Committee (Padrão de TV Digital – Estados Unidos da América).
AVADAN	Avaliação de Danos - Formulário (Sistema Nacional de Defesa Civil).
BACEN	Banco Central do Brasil.
BAL	Balanceamento Longitudinal.
BB	Banda-Base.
BBC	British Broadcasting Corporation (Reino Unido).
BCB	Banco Central do Brasil.
BDO	Base de Dados Operacional (Portabilidade).

BDR	Base de Dados de Referência (Portabilidade).
BDR	Base de Dados Nacional de Referência da Portabilidade.
BDT	Bureau de Développement des Télécommunications (Escritório de Desenvolvimento das Telecomunicações da UIT).
BDTA	Banco de Dados Técnicos e Administrativos (Radiofrequência).
BGAN	Broadband Global Area Network (INMARSAT).
BIA	Bens e Instalações em Andamento (Separação e Alocação de Contas).
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento.
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial).
BIS	Bens e Instalações em Serviço (Separação e Alocação de Contas).
Bn	Largura da Faixa Necessária (Certificação).
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.
BPL	Broadband over Power Lines (Banda larga por meio de redes de energia elétrica).
BR	Bureau des Radiocommunications (Escritório de Radiocomunicações da UIT).
BRASSCOM	Associação Brasileira de Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação.
BS	Base Station (Estação Rádio Base).
BSR	Bloqueador de Sinais de Radiocomunicações.
BT	Linha de distribuição de Baixa Tensão.
BWA	Broadband Wireless Access (4G).
C-INI	Comitê sobre Infra-estrutura Nacional de Informações.
C0,25	Capacidade nominal para regime de alta intensidade de descarga (C0,25).
C10	Capacidade nominal para regime de média intensidade de descarga (C10).
C120	Capacidade nominal para regime de baixa intensidade de descarga (C120).
CA	Corrente Alternada.
CAACI	Conferência de Autoridades Audiovisuais e Cinematográficas Ibero-Americana.
CADE	Conselho Administrativo de Defesa Econômica.
CADIN	Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal.
CAMR	Conferência Administrativa Mundial de Radiocomunicações.
CAPDA	Comitê das Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento na Amazônia.
CAPT	Controle Automático da Potência Transmitida.
CARR	Conferência Administrativa Regional de Radiocomunicações.
CATIS	Centro de Acesso a Tecnologias para a Inclusão Social.
CBC	Comissão Brasileira de Comunicações.

CBC 1	Comissão Brasileira de Comunicações nº 1 – Redes de Dados e Características de Sistemas Telemáticos (extinta).
CBC 2	Comissão Brasileira de Comunicações nº 2 – Transmissão de Áudio e Vídeo e Sistemas Multimídia (extinta).
CBC 3	Comissão Brasileira de Comunicações nº 3 - Tarifas e Princípios Contábeis (extinta).
CBC 4	Comissão Brasileira de Comunicações nº 4 - Definição de Serviços, Planos Estruturais e Gerência de Redes (extinta).
CBC 5	Comissão Brasileira de Comunicações nº 5 - Sinalização, Comutação, Protocolos, Linguagens e Aspectos Gerais de Redes (extinta).
CBC 6	Comissão Brasileira de Comunicações nº 6 - Planta Externa e Compatibilidade Eletromagnética (extinta).
CBC 7	Comissão Brasileira de Comunicações nº 7 - Desenvolvimento das Telecomunicações (extinta).
CBC 8	Comissão Brasileira de Comunicações nº 8 - Serviços Móveis, de Radiodeterminação e de Radioamador (extinta).
CBC 9	Comissão Brasileira de Comunicações nº 9 - Serviços Fixos e Científicos (extinta).
CBC 1	Comissão Brasileira de Comunicações nº 1 - Governança e Regimes Internacionais.
CBC 10	Comissão Brasileira de Comunicações nº 10 - Administração do Espectro Radioelétrico e Propagação (extinta).
CBC 11	Comissão Brasileira de Comunicações nº 11 - Radiodifusão (extinta).
CBC 12	Comissão Brasileira de Comunicações nº 12 - Negociações Internacionais em Telecomunicações (extinta).
CBC 13	Comissão Brasileira de Comunicações nº 13 – Governança da Internet (extinta).
CBC 2	Comissão Brasileira de Comunicações nº 2 - Radiocomunicações.
CBC 3	Comissão Brasileira de Comunicações nº 3 - Normalização de Telecomunicações.
CBC 4	Comissão Brasileira de Comunicações nº 4 - Desenvolvimento das Telecomunicações.
CBC Temp.	Comissão Brasileira de Telecomunicações Temporária.
CBDT	Coleção Brasileira de Direito Regulatório das Telecomunicações.
CBF	Confederação Brasileira de Futebol.
CBLC	Comissão Brasileira de Liquidação e Custódia.
CBR	Comissão Brasileira de Radiocomunicações.
CBT	Código Brasileiro de Telecomunicações (Lei nº 4.117/62).
CBTTs	Comissões Brasileiras de Telecomunicações.
CC	Corrente Contínua.
CCC	Central de Comutação e Controle (Serviço Móvel Pessoal).
CCC	Central de Comutação e Controle (Sistemas de Acesso sem Fio do STFC).
CCC	Central de Controle e Comutação do SMC (Internacional).

CCIR	Comitê Consultivo Internacional das Radiocomunicações.
CCITT	Comitê Consultivo Internacional de Telegrafia e Telefonia.
CCJC	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.
CCOM	Centro de Políticas, Direito, Economia e Tecnologias das Comunicações da UnB.
CCPI	Comitê Consultivo Permanente nº 1 da Comissão Interamericana de Telecomunicações.
CCP.II	Comitê Consultivo Permanente nº 2 da Comissão Interamericana de Telecomunicações.
CCP.III	Comitê Consultivo Permanente nº 3 da Comissão Interamericana de Telecomunicações.
CCPs-CITEL	Comitês Consultivos Permanentes da CITEL.
CCT	Cargo Comissionado Técnico (Agências Reguladoras).
CCT	Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Senado Federal).
CCT	Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia.
CCTCI	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (Câmara dos Deputados).
ccTLD	country code Top Level Domain (Domínio de Primeiro Nível) (INTERNET).
CDA	Certidão de Dívida Ativa.
CDC	Código de Defesa do Consumidor.
CDEIC	Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (Câmara dos Deputados).
CDI	Comutação Digital Integrada.
CDMA	Code Division Multiple Access (Múltiplo Acesso por Divisão em Código).
CDMA 1xEV-DO	CDMA Evolution Data-Optimized (Rede celular 3G).
CDMA 1xEV-DV	CDMA Evolution, Data and Voice (Rede celular 3G).
CDUST	Comitê de Defesa dos Usuários de Serviços de Telecomunicações.
CEDEC	Coordenadoria Estadual de Defesa Civil (Sistema Nacional de Defesa Civil).
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica.
CEITEC	Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A.
CENAD	Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (Sistema Nacional de Defesa Civil).
CENELEC	European Committee for Electrotechnical Standardization.
CEPED	Centro Universitário de Ensino e Pesquisa sobre Desastres (Sistema Nacional de Defesa Civil).
CERT.br	Centro de Estudos, Resposta e Tratamento de Incidentes de Segurança no Brasil (Comitê Gestor da Internet no Brasil).
CETIC.br	Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação (Comitê Gestor da Internet no Brasil).
CFM	Conselho Federal de Medicina.

CFTV	Serviço Especial de Circuito Fechado de Televisão com Utilização de Radioenlace.
CG-CBC	Grupo de Coordenação das Comissões Brasileiras de Comunicações.
CG-ProTIC	Comitê Gestor do Programa de Apoio à Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação.
CGCOB	Coordenação-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos.
CGIbr	Comitê Gestor da Internet no Brasil.
CGPD	Comitê Gestor de Políticas de Inclusão das Pessoas com Deficiência (Presidência da República).
CGPID	CGPID.
CGRBT	Comitê Gestor de Articulação Institucional da Rede Brasil de Tecnologia.
CIC	Central de Intermediação de Comunicação Telefônica.
CIDE	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico.
CIP	Câmara Interbancária de Pagamentos.
CIPA	Comissão Interna de Prevenção de Acidentes.
CISCOMIS	Comissão de Desenvolvimento do Projeto e da Implantação do Sistema de Comunicações Militares por Satélite.
CITEL	Comissão Interamericana de Telecomunicações.
CMDT	Conferência Mundial de Desenvolvimento das Telecomunicações.
CMGLO	Gerência de Engenharia, Planejamento e Controle de Licitações e Outorgas.
CMI	Cúpula Mundial da Informação.
CMPC	Custo Médio Ponderado de Capital.
CMR	Conferência Mundial de Radiocomunicações.
CMSI	Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (World Summit on the Information Society – WSIS).
CN	Código Nacional.
CNAL	Cadastro Nacional de Áreas Locais.
CNC	Conselho Nacional de Comunicações.
CNDI	Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial.
CNI	Confederação Nacional da Indústria.
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
CNPq-MCT	Centro Nacional de Pesquisa do Ministério da Ciência e Tecnologia.
COE	Coeficiente de Onda Estacionária.
COE	Coeficiente de Reflexão.
COER	Certificado de Operador de Estação de Radioamador.
COFDM	Coded Orthogonal Frequency Division Multiplexing.
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.
COG	Cabo Óptico Geral.
COGEF	Comissão de Gerência do Espectro de Radiofrequência de Interesse do Ministério da Defesa.
COL	Copa do Mundo FIFA 2014 - Comitê Organizador Brasileiro Ltda.

COMDEC	Coordenadoria Municipal de Defesa Civil (Sistema Nacional de Defesa Civil).
COMESA	Common Market for Eastern and Southern Africa.
COMPÓS	Associação Nacional das Pós-Graduações em Comunicação.
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.
Conapsi	Conselho Nacional dos Provedores de Serviço de Internet.
CONAR	Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária.
CONARQ	Conselho Nacional de Arquivos.
CONCAR	Comissão Nacional de Cartografia.
CONDEC	Conselho Nacional de Defesa Civil (Sistema Nacional de Defesa Civil).
CONDECINE	Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional.
CONFAZ	Conselho Nacional de Política Fazendária.
CONFECOM	Conferência Nacional de Comunicação.
CONTCOP	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Comunicações e Publicidade (Representação profissional).
CONTEL	Conselho Nacional de Telecomunicações (Extinto em 25/02/1967).
COP	Cabo Óptico "Plenum".
COR	Cabo Óptico "Riser".
CORDE	Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.
CORDEC	Coordenadoria Regional de Defesa Civil (Sistema Nacional de Defesa Civil).
CP	Código Penal.
CP	Consulta Pública.
CPADS	Comissão Permanente de Avaliação de Documentos Sigilosos.
CPC	Código de Processo Civil.
CPCT	Central Privada de Comutação Telefônica.
CPCT	Central Privativa de Comutação Telefônica (Serviço Telefônico Fixo Comutado).
CPGF	Cartão de Pagamento do Governo Federal.
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito.
CPLP	Comunidade de Países de Língua Portuguesa.
CPP	Código de Processo Penal.
CPP	Contribuição Patronal Previdenciária (Seguridade Social).
CPqD	CPqD.
CPqD	Fundação CPqD Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações.
Cr0,25	Capacidade real em regime nominal para alta intensidade de descarga (Cr0,25).
Cr10	Capacidade real em regime nominal para média intensidade de descarga (Cr10).

Cr120	Capacidade real em regime nominal para baixa intensidade de descarga (Cr120).
CRASA	Communications Regulators' Association of Southern Africa.
CRE	Contrato de Receita Extraordinária (Concessionária de Rodovia).
CREA	Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura.
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.
CSP	Código de Seleção de Prestadora.
CTBC	Companhia de Telecomunicações do Brasil Central.
CTs-SGT.1-MERCOSUL	Comissões Temáticas do Subgrupo de Trabalho de Comunicações do MERCOSUL.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
CVR	Relações Custo-Volume (Separação e Alocação de Contas).
D-AMPS	Digital Advanced Mobile Phone System.
DAC	Departamento de Aviação Civil.
DAS	Direção e Assessoramento Superiores.
dB	Decibel.
dB SPL	Decibel relativo a 20 μ Pa.
dB SPL(A)	Decibel relativo a 20 μ Pa medido com ponderação A (IEC 60651).
dB V	Decibel Relativo a 1 V.
dBa	dBa.
DBDG	Diretório Brasileiro de Dados Geoespaciais (DBDG).
dBk	Potência, em dB, relativa a 1 kW.
dBmp	Decibel medido com ponderação psofométrica (Rec. O.41 da ITU-T).
dBPa	Decibel Relativo a 1 Pascal.
dBPa(A)	Decibel relativo a 1 Pa medido com ponderação A (IEC 60651).
dB μ	Decibel Relativo a 1 mW.
dB μ	Intensidade de campo, em dB, relativa a 1 μ V/m.
DCOR	Diretoria de Concessões e Operações Rodoviárias.
DCS	Digital Cellular Network.
DDG	Discagem Direta Gratuita.
DDI	Discagem Direta Internacional.
DDR	Discagem Direta a Ramal.
DEA	Data Envelopment Analysis.
DECEA	Departamento de Controle do Espaço Aéreo.
DECT	DECT.
DEINT	Departamento de Negociações Internacionais da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo.
DENTEL	Departamento Nacional de Telecomunicações (Extinto em 15/03/1990).
DEPEN	Departamento Penitenciário Nacional.

DEPV	Diretoria de Eletrônica e Proteção ao Voo (Min. Aeronáutica), substituída pelo DECEA.
DETRAF	Documento de Declaração de Tráfego e de Prestação de Serviços.
DG	Distribuidor Geral (Serviço Telefônico Fixo Comutado).
DIC	Discagem Interurbana a Cobrar.
DISTV	Serviço de Distribuição de Sinais de TV por Meios Físicos.
DJ	Diário da Justiça (Imprensa Nacional).
DJe	Diário da Justiça eletrônico.
DLC	Discagem Local a Cobrar.
DNER	Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.
DNS	Domain Name System.
DOP	Documento Operacional de Prazos da Portabilidade.
DPDC	Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor.
DRM	Digital Radio Mondiale (padrão europeu de rádio digital).
DS-CDMA	Múltiplo Acesso por Divisão em Código com Seqüência Direta.
DSAC	Documento de Separação e Alocação de Contas.
DSB	Double Side Band 'Modulation' (Modulação em Faixa Lateral Dupla).
DSC	Documento Sigiloso Controlado.
DSL	Digital Subscriber Line.
DTH	Direct-to-Home (Serviço de Distribuição de Sinais de Televisão e de Áudio por Assinatura Via Satélite).
DTH	Serviço de Distribuição de Sinais de Televisão e de Áudio por Assinatura Via Satélite.
DTMF	Dual Tone Multi-Frequency.
DVB	Digital Video Broadcasting (Padrão de TV Digital – União Européia).
DVB-H	Digital Video Broadcasting Handheld.
e-DJF1	Diário da Justiça Federal da Primeira Região eletrônico (TRF 1ª Região).
e.i.r.p.	Potência Equivalente Isotropicamente Radiada.
e.r.p.	Potência Efetiva Radiada (Campo Eletromagnético).
e.r.p.	Potência Efetivamente Irradiada.
EACO	East African Communications Organisation.
EARPTO	East Africa Regulatory, Postal and Telecommunications Organization.
EB	Estação Base.
EBC	Empresa Brasil de Comunicação.
EBITDA	Earning Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization.
EC	Estação de Controle.
Ec / ec	Campo Característico, respectivamente em dB μ e mV/m.
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente.
ECAD	Escritório Central de Arrecadação e Distribuição.
ECD	Equipamento de Comunicação de Dados.
ECT	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

EDGE	EDGE.
EEII	Empresa Exploradora de Troncos Interestaduais e Internacionais.
EESPT	Entidade Exploradora de Serviços Públicos de Telecomunicações (em desuso).
EHF	Extremely High Frequency.
EILD	Exploração Industrial de Linha Dedicada.
ELI	Estágio de Linha Integrado.
ELR	Estágio de Linha Remoto.
EM	Estação Móvel.
Enom / enom	Intensidade de campo nominal utilizável, respectivamente em dBμ e mV/m.
ENUM	Telephony Numbering Mapping (Protocolo desenvolvido pela IETF).
EPMU	Equal Proportionate Mark Up (Alocação Proporcional e Equitativa – Separação e Alocação de Contas).
EPON	Ethernet Passive Optical Network.
ER	Estação Repetidora.
ER	Estágio Remoto (Serviço Telefônico Fixo Comutado).
ERB	Estação Rádio Base.
ERB	Estação Rádio Base (Serviço Móvel Pessoal).
ERC	Estação Radioelétrica Central.
ERG	European Regulators Group.
ERP	Potência Efetivamente Radiada.
ERUE	Eficiência Relativa de Uso do Espectro (ERUE).
ESC	Equipamento a Ser Certificado.
ESV	Earth Station on Board Vessel.
ESV	Estação Terrena a Bordo de Embarcação.
ET	Estação Terminal.
ETA	Estação Terminal de Acesso.
ETD	Equipamento Terminal de Dados.
ETSI	European Telecommunications Standards Institute.
Eu / eu	Intensidade de campo utilizável, respectivamente em dBμ e mV/m.
EUE	Eficiência de Uso do Espectro (EUE).
FA	Fator de Amortecimento.
FAC	Fully Allocated Costs (Custos Totalmente Alocados).
FCC	Federal Communications Commission (United States of America).
FCPT	Fórum de Certificação de Produtos para Telecomunicações.
FCT	Função Comissionada Técnica.
FCT	Funções Comissionadas de Telecomunicações.
FDD	Frequency Division Duplexing (Duplexação por Divisão na Frequência).
FDMA	Frequency Division Multiple Access (Múltiplo Acesso por Divisão em Frequência).

FEBRAPEL	Federação Brasileira de Telecomunicações (Representação empresarial).
FENAJ	Federação Nacional dos Jornalistas.
FGP	Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas.
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.
FH-CDMA	Múltiplo Acesso por Divisão em Código com Saltos de Freqüência.
FIFA	Fédération Internationale de Football Association.
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos.
FISTEL	Fundo de Fiscalização das Telecomunicações.
FITTEL	Federação Interestadual dos Trabalhadores em Telecomunicações.
FM	Frequência Modulada.
FMCA	Fixed-Mobile Convergence Alliance.
FNC	Fundo Nacional da Cultura.
FNDCT	Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
FNPJ	Fórum Nacional de Professores de Jornalismo.
FNT	Fundo Nacional de Telecomunicações.
Fonacate	Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado.
FORCINE	Fórum Brasileiro de Ensino de Cinema e Audiovisual.
FS	Fornecedora de Sinal.
FTTB	Fiber to the Building.
FTTC	Fiber to the Curb.
FTTH	Fiber to the Home.
FTTN	Fiber to the Node.
FUNCAP	Fundo Especial para Calamidades Públicas (Sistema Nacional de Defesa Civil).
Fundomic	Fundo de Universalização do Acesso a Serviços de Telecomunicação (Minas Gerais).
Funtec	Fundo Tecnológico (BNDES).
FUNTTEL	Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações.
FUST	Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações.
FWA	Fixed Wireless Access.
GCOM	Grupo Interdisciplinar de Políticas, Direito, Economia e Tecnologias das Comunicações (UnB).
GESAC	Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão.
GETEL	Grupo de Estudos em Direito das Telecomunicações (UnB).
GGSN	Gateway GPRS Support Node.
GIP	Grupo de Implantação da Portabilidade.
GIP	Grupo de Implementação da Portabilidade.
GIPAQ	Grupo de Implantação de Processos de Aferição da Qualidade.
GMC	Grupo Mercado Comum.
GMDSS	Sistema Global Marítimo de Socorro e Segurança.
GNR	Guia Nacional de Recolhimento de Tributos Estaduais.

GPON	Gigabit Passive Optical Network.
GPRS	General Packet Radio Service (Rede celular 2.5G).
GPS	Global Positioning System (Sistema de Posicionamento Global).
GSM	Global System Mobile -Global System for Mobile Communications (Originariamente Groupe Spécial Mobile).
GTI	Grupo de Trabalho Interministerial.
HCA	Base de Custos Históricos (Separação e Alocação de Contas).
HCA	Historical Cost Accounting (Base de Custos Históricos na Separação e Alocação de Contas).
HCI	Altura do Centro de Fase do Sistema Irradiante.
HF	High Frequency (Alta Frequência).
HFBC	Conferência Administrativa Mundial de Radiocomunicações para o planejamento das faixas de ondas decamétricas atribuídas ao serviço de radiodifusão, realizada em 1987.
HMM	Hora de Maior Movimento.
HNMT	Altura da Antena sobre o Nível Médio do Terreno.
HNMT	Altura do Sistema Irradiante em Relação ao Nível Médio do Terreno (Radiodifusão).
HSDPA	High Speed Downlink Packet Access (Rede celular 3G).
HSPA	High-Speed Packet Access (tipo de padrão de telefonia móvel por dados) (Rede celular 3G).
HSUPA	High Speed Uplink Packet Access (Rede celular 3G).
IAF	International Accreditation Forum (Certificação e Homologação).
IAMCR	International Association for Media and Communication Research.
IAP	Índice de Atendimento Pessoal.
IARP	International Amateur Radio Permission (Permissão Internacional de Radioamador).
IARU	União Internacional de Radioamadores.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia.
IBOC	In-Band On-Channel (padrão norte-americano de rádio digital).
ICANN	Internet Corporation for Assigned Names and Numbers (Corporação da Internet para a Atribuição de Nomes e Números).
ICAO	Organização Internacional de Aviação Civil.
ICC	Índice de Chamadas Completadas.
ICCo	Índice de Cessação de Cobrança.
ICMS	Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicações.
ICNIRP	International Commission on Non Ionizing Radiation Protection (Comissão Internacional de Proteção Contra Radiações Não Ionizantes).
ICP-Brasil	Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira.
ICR	Índice de Correspondências Respondidas.

ICT	Instituição Científica e Tecnológica.
ICT4D	Information and Communication Technologies for Development.
IDDF	Informações de Demanda e Dados Físicos (Separação e Alocação de Contas).
IDEC	Instituto de Defesa do Consumidor.
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano.
IEC	International Electrotechnical Commission.
IEEE	Institute of Electrical and Electronics Engineers.
IETF	Internet Engineering Task Force (Força Tarefa de Engenharia da Internet).
IFCA	International Federation of Mass Communication Associations.
Ifd	Fator de Degradação.
IFRB	Junta Internacional de Registro de Frequências.
IFS	Serviço Franqueado Internacional.
IGF	Internet Governance Fórum (Fórum de Governança da Internet vinculado à ONU).
IGP-DI	Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna.
IGP-M	Índice Geral de Preços - Mercado.
II	Imposto de Importação.
IIS	Índice de Instalação do Serviço.
IITS	Índice de Interrupções Solucionadas.
ILA	Índice de Ligações Atendidas.
ILAC	International Laboratories Accreditation Cooperation (Certificação e Homologação).
IME	Índice Mínimo de EUE (IME).
IMO	Organização Marítima Internacional.
IMSI	International Mobile Subscriber Identity (Identificação Internacional de Acesso Móvel).
IMT-2000	International Mobile Telecommunications-2000.
INDE	Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE).
INFRAERO	Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária.
INI	Infraestrutura Nacional de Informações.
INMARSAT	Organização Internacional de Telecomunicações Marítimas por Satélite.
INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial.
INTELSAT	International Telecommunications Satellite Consortium (Organização Internacional de Telecomunicações por Satélite).
Intercom	Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação.
IP	Índice de Preços.
IP	Internet Protocol (Protocolo de Internet).
IPAOG/FGV	Índice de Preços por Atacado - Oferta Global.
IPCA/IBGE	Índice de Preços ao Consumidor Amplo.

IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados.
IPTF	IPTF F.
IPTF DEA	Índice de Produtividade Total de Fatores DEA.
IPTF F	Índice de Produtividade Total de Fatores Fisher.
IPTF F	Índice de Produtividade Total de Fatores Fisher (Reajuste Tarifário do STFC).
IPTV	Internet Protocol TV.
IQF	Índice de Quantidade dos Fatores de Produção (Reajuste Tarifário do STFC).
IQP	Índice de Fator de Produção.
IQP	Índice de Quantidade dos Produtos (Reajuste Tarifário do STFC).
IR	Imposto de Renda.
IREDC	Índice de Reclamação por Erro em Documento de Cobrança.
IRPJ	Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica.
IRS	Índice de Reclamação do Serviço.
ISAN	International Standard Audiovisual Number.
ISDB	Integrated Services Digital Broadcasting.
ISDB-C	Integrated Services Digital Broadcasting Cable.
ISDB-S	Integrated Services Digital Broadcasting Satellite Television.
ISDB-T	Integrated Services Digital Broadcasting Terrestrial (Serviços Integrados de Radiodifusão Digital Terrestre).
ISDTV	International System for Digital TV (novo nome do SBTVD).
ISM	Aplicações Industriais, Científicas e Médicas.
ISO	International Standards Organisation.
ISP	Internet Service Provider (vide PSCI).
ISRA	Índice de Solicitações de Reparos Atendidas.
ISS	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza.
IST	Índice de Serviços de Telecomunicações.
ISYDS	Integrated System for Decision Support (vide SIAD).
ITE	Índice Temporal de EUE.
ITI	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (Autarquia vinculada à Casa Civil da Presidência da República).
ITU	International Telecommunication Union (União Internacional de Telecomunicações).
l	Comprimento de Onda.
LAN	Local Area Network.
LaPCom	Laboratório de Políticas de Comunicação da UnB.
LBS	Location Based Services.
LDI	Longa Distância Internacional.
LDN	Longa Distância Nacional.
LED	Light Emitting Diode (Diodo Emissor de Luz).
LEP	Lei de Execuções Penais.

LF	Low Frequency.
LGT	Lei Geral de Telecomunicações.
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais.
LLU	Local Loop Unbundling.
LMDS	Local Point-Multipoint Distribution Service.
LPFM	Low-Power FM stations (Rádios Comunitárias).
LRGP	Loudness Rating Guard-Ring Position.
LRIC	Long Run Incremental Costs (Custos Incrementais de Longo Prazo) (Serviço Telefônico Fixo Comutado).
LSI	Laboratório de Sistemas Integráveis da USP.
LSZH	"Low Smoke and Zero Halogen".
LTE	Long Term Evolution (Rede Celular 3G).
LTGO	Lista Telefônica Obrigatória e Gratuita.
LUSOCOM	Federação Lusófona de Ciências da Comunicação.
M2M	Machine to Machine (comunicação entre máquinas).
MAN	Metropolitan Area Network.
MdE	Memorando de Entendimento - MdE.
MDGs	Millenium Development Goals (UN Millenium Summit 2000).
MEF	Mobile Entertainment Forum.
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul.
MF	Medium Frequency (Média Frequência).
MICS	Sistemas de Comunicações de Implantes Médicos.
MIFR	Master International Frequency Register (Registro Mestre da UIT).
MIN	Valor do Minuto de Tarifação (Serviço Telefônico Fixo Comutado).
MINFRA	Ministério da Infraestrutura (Extinto pela Lei 8.422, de 13/05/1992).
MMDS	Multichannel Multipoint Distribution Service (Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal).
MMDS	Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal.
MMS	Multimedia Message.
MNO	Mobile Network Operator (Operador de Rede Móvel).
MOB	Conferência Administrativa Mundial de Radiocomunicações para os serviços móveis.
MOB-87	Conferência Administrativa Mundial de Radiocomunicações para os Serviços Móveis, realizada em 1987.
MOS	Mean Opinion Score (Pontuação Média de Opinião).
MSCID	Mobile Switching Center Identification.
MT	Linha de distribuição de Média Tensão.
MVNO	Mobile Virtual Network Operator (Operador de Rede Virtual Móvel).
MVPD	MVPD.
NBM	Nomenclatura Brasileira de Mercadorias.
NC	Noise Criteria.

NCL	Nested Context Language (Interatividade do ISDB-T: linguagem do ambiente Ginga-NCL).
NCM	Nomenclatura Comum do Mercosul.
NFC	Near Field Communications.
NFST	Nota Fiscal de Serviço de Telecomunicações.
NGN	Next Generation Network.
NGT	Norma Geral de Telecomunicações (Ministério das Comunicações).
NOPRED	Notificação Preliminar de Desastres - Formulário (Sistema Nacional de Defesa Civil).
NPOESS	National Polar-Orbiting Environmental Satellite System.
NRA	National Regulatory Authorities (União Européia).
NSR	Nível do Sinal Recebido.
NUDEC	Núcleo Comunitário de Defesa Civil (Sistema Nacional de Defesa Civil).
NWA	Nomadic Wireless Access (Aplicação Nomádica).
OCC	Organismo de Certificação Credenciado.
OCD	Organismo de Certificação Designado.
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico.
OECD	Organisation for Economic Co-operation and Development (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico).
OFDM	Orthogonal Frequency Division Multiplexing (Multiplexação Ortogonal por Divisão de Freqüência).
OFDMA	Orthogonal Frequency-Division Multiple Access.
OIT	Oxidative Induction Time (Tempo de Indução Oxidativa).
OL	Oscilador Local.
OM	Onda Média.
OMC	Organização Mundial do Comércio.
OPGW	Optical Ground Wire (Cabos Pára-raios com Fibras Ópticas).
ORB-85	Conferência Administrativa Mundial de Radiocomunicações para uso da Órbita de Satélites Geoestacionários e o Planejamento dos Serviços Espaciais que a Utilizam, realizada em 1985.
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.
OT	Onda Tropical.
OTI	Organización de Televisión Iberoamericana.
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento.
PAC	Plano Anual de Capacitação (Capacitação Profissional nas Agências Reguladoras).
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento (Programa de Governo de Janeiro de 2007).
PADIS	Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores.
PADO	Procedimento Administrativo para Apuração de Descumprimento de Obrigações (Agência Nacional de Telecomunicações).

PAR	Plano de Aplicação de Recursos (FUNTTEL).
PASEP	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público.
PASI	Provedor de Acesso a Serviços de Internet.
PASOO	Plano Alternativo de Serviço de Oferta Obrigatória.
PAT	Parcela Adicional de Transição.
PATVD	Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital.
PATVD	Programa de Incentivos ao Setor da TV Digital (Integrante do PAC).
PBFM	Plano Básico de Distribuição de Canais de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada.
PBOC	Plano Básico de Distribuição de Canais de Radiodifusão Sonora em Ondas Curtas.
PBOM	Plano Básico de Distribuição de Canais de Radiodifusão Sonora em Onda Média.
PBOT	Plano Básico de Distribuição de Canais de Radiodifusão Sonora em Onda Tropical.
PBRTV	Plano Básico de Distribuição de Canais de Retransmissão de Televisão em VHF e UHF.
PBTV	Plano Básico de Distribuição de Canais de Televisão em VHF e UHF.
PBTVA	Plano Básico de Distribuição de Canais de Televisão por Assinatura.
PBTVD	Plano Básico de Distribuição de Canais de Televisão Digital.
PBX	Private Branch Exchange.
PCNR	Parcela de Custo Não Recuperável pela Exploração Eficiente do Serviço (Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações).
PCS	Personal Communication Service.
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação.
PDG	Programa de Dispendios Globais (Empresas Estatais Federais).
PDP	Plasma Display Pannel (Painel Mostrador de Plasma).
PDRTVD	Plano de Designação de Canais de Retransmissão de Televisão Digital.
PDTVD	Plano de Designação de Canais de Televisão Digital.
PEP	Peak Envelope Power (Potência de Pico da Envolvória).
PF	Procuradoria Federal no Estado.
PGA	Plano Geral de Autorizações.
PGA-SME	Plano Geral de Autorizações do Serviço Móvel Especializado.
PGA-SMP	Plano Geral de Autorizações do Serviço Móvel Pessoal.
PGCN	Plano Geral de Códigos Nacionais.
PGMC	Plano Geral de Metas de Competição.
PGMQ	Plano Geral de Metas de Qualidade.
PGMQ-2006	Plano Geral de Metas de Qualidade do STFC para a Renovação dos Contratos de Concessão.
PGMQ-SMP	Plano Geral de Metas de Qualidade para o Serviço Móvel Pessoal.
PGMU	Plano Geral de Metas de Universalização.

PGMU-2006	Plano Geral de Metas para Universalização do STFC no Regime Público para a Renovação dos Contratos de Concessão.
PGO	Plano Geral de Outorgas.
PGR	Plano Geral de Atualização da Regulamentação das Telecomunicações no Brasil.
PICT	Projeto de Proteção da Infraestrutura Crítica de Telecomunicações (Anatel e CPqD).
PIS	Programa de Integração Social.
PISP	Plano de Indenização por Serviços Prestados (Telebras).
PLC	Power Line Communications.
PMD	Polarization Mode Dispersion (Modo de Polarização por Dispersão) (Cabo de Fibra Óptica).
PMM	Período de Maior Movimento (Televisão por Assinatura (Gênero)).
PMS	Poder de Mercado Significativo.
PMT	Período de Maior Tráfego (PMT).
PNBL	Programa Nacional de Banda Larga.
POI	Ponto de Interconexão.
POP	Post Office Protocol (INTERNET).
PP	Conferência de Plenipotenciários da UIT.
PPA	Plano Plurianual.
PPB	Processo Produtivo Básico.
PPDESS	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviços de Telecomunicações e pelo Direito de Exploração de Satélite.
PPDF	Previsão de Demanda e Dados Físicos (Separação e Alocação de Contas).
PPDUR	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequências.
ppm	partes por milhão.
PPP	Parceria Público-Privada.
PR	Perda de Retorno.
PRB	Ponto de Referência da Boca.
PRF	Procuradoria Regional Federal.
PRO-REG	Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação.
PROCON	Promotoria de Defesa do Consumidor.
PRODIST	PRODIST – Procedimentos de Distribuição (Energia Elétrica).
PROINFO	Programa Nacional de Informática na Educação.
PROM	Plano Regional de Distribuição de Canais de Radiodifusão Sonora em Onda Média ou Plano do Rio de Janeiro (Radiodifusão Sonora).
PROTESTE	Associação Brasileira de Defesa do Consumidor.
ProTIC	Programa de Apoio à Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação.
PROUCA	Programa Um Computador por Aluno.

PRRadCom	Plano de Referência para Distribuição de Canais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.
PSCI	Provedor de Serviço de Conexão à INTERNET.
PSM	Posto de Multifacilidades.
PSM	Posto de Serviço Multifacilidades.
PSP	Potência de Saída da Portadora.
PST	Posto de Serviço de Telecomunicações.
PTR	Ponto de Terminação de Rede.
PTT	Ponto de Troca de Tráfego (Internet).
PUC	Prestação, Utilidade ou Comodidade (Serviço Telefônico Fixo Comutado).
PVCP	Gerência Geral de Comunicações Pessoais Terrestres (ANATEL).
PVR	Personal Video Recorder.
RadCom	Serviço de Radiodifusão Comunitária.
RBR	Relação de Bens Reversíveis.
RBT	Rede Brasil de Tecnologia.
RBT	Rede de distribuição de Baixa Tensão.
RCBR	Regulamento de Controle de Bens Reversíveis.
RDSI	Rede Digital de Serviços Integrados.
RDSI-FE	Rede Digital de Serviços Integrados - Faixa Estreita.
RDSI-FL	Rede Digital de Serviços Integrados - Faixa Larga.
RE	Recurso Extraordinário.
RECAP	Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras.
RECOMPE	Regime Especial de Aquisição de Computadores para Uso Educacional.
REDEC	Regional Estadual de Defesa Civil (Sistema Nacional de Defesa Civil).
REGISTRO.br	Registro de Domínios para a Internet no Brasil (Comitê Gestor da Internet no Brasil).
REGULATEL	Foro Latino-Americano de Autoridades Reguladoras das Telecomunicações.
REICOMP	Regime Especial de Incentivo a Computadores para Uso Educacional.
RENEC	Rede Nacional de Estações Costeiras.
REPES	Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação.
REPUBL-Redes	Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações.
REsp	Recurso Especial.
RF	Radiofrequência.
RF	Radiofrequência (Campo Eletromagnético).
RFID	Radio Frequency Identification Device (Sistema de Identificação por Radiofrequência).
RGP	Regulamento Geral de Portabilidade.

RGQ-SCM	Regulamento de Gestão da Qualidade do Serviço de Comunicação Multimídia.
RGQ-SMP	Regulamento de Gestão da Qualidade da Prestação do Serviço Móvel Pessoal.
RIQ	Regulamento de Indicadores de Qualidade do Serviço Telefônico Fixo Comutado.
RITU	Rede de Intercâmbio de Televisão Universitária.
RLL	Radio in the Local Loop.
RMT	Rede de distribuição de Média Tensão.
RNI	Radiação Não Ionizante (Campo Eletromagnético).
RNP	Rede Nacional de Pesquisa.
RNR	Rede Nacional de Radiovideometria.
ROL	Receita Operacional Líquida.
RPF	Request for Proposal.
RpTV	Serviço de Repetição de Televisão.
RR	Regulamento de Radiocomunicações da UIT.
RRD	Restricted Radiation Device.
RRV-SMP	SMP por meio de Rede Virtual.
RSAC	Regulamento de Separação e Alocação de Contas.
RSQ	Raiz quadrada da soma dos quadrados.
RTFM	Regulamento Técnico para Emissoras de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada.
RTV	Serviço de Retransmissão de Televisão.
RVU-M	Valor de Referência de VU-M.
SA	Specific Absorption (Absorção Específica).
SAC	Serviço de Atendimento ao Consumidor.
SAC	Stand Alone Cost (Custo Total Individual – Separação e Alocação de Contas).
SACP	Sistema de Acompanhamento de Consulta Pública.
SAM	Serviço Avançado de Mensagens.
SAMU	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência.
SAP	Secondary Audio Programming (Programa Secundário de Áudio).
SAPN	Sistema de Administração dos Recursos de Numeração.
SAR	Specific Absorption Rate (Taxa de Absorção Específica).
SARC	Serviço Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos.
SART	Transponder de busca e salvamento.
SATVA	Sistema de Acompanhamento das Obrigações das Prestadoras de TV por Assinatura.
SBC	Sistema Brasileiro de Certificação.
SBPJOR	Sociedade Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo.
SBRD	Sistema Brasileiro de Rádio Digital.
SBTVD	Sistema Brasileiro de Televisão Digital.

SBTVD-T	Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.
SCI	Serviço de Conexão à INTERNET.
SCM	Serviço de Comunicação Multimídia.
SCMa	Serviço de Comunicação de Massa por assinatura.
SCR	Serviço de Comunicações de Interesse Restrito.
SDE	Secretaria de Direito Econômico (Ministério da Justiça).
SDK	Software Development Kit.
SeAC	Serviço de Acesso Condicionado.
SEAE	Secretaria de Acompanhamento Econômico (Ministério da Fazenda).
SECEX	Secretaria de Controle Externo (Tribunal de Contas da União).
SEDH	Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República.
SEFID	Secretaria de Fiscalização de Desestatização (Tribunal de Contas da União).
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e Custódia.
SER	Serviço Especial de Radiochamada.
SERDS	Serviço Especial de Radiodeterminação por Satélite.
SETA	Sindicato Nacional das Empresas Operadoras de Sistemas de Televisão por Assinatura (Representação empresarial).
SFS	Serviço Fixo por Satélite.
SGAL	Sistema de Gerenciamento de Áreas Locais.
SGB	Sistema Geodésico Brasileiro.
SGB	Sistema Geoestacionário Brasileiro.
SGDC	Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas.
SGIQ	Sistema de Gerenciamento de Indicadores de Qualidade.
SGME	Sistema de Gestão e Monitoragem do Espectro.
SGT.1	Subgrupo de Trabalho nº 1 – Comunicações do Mercosul.
SHF	Super High Frequency.
SI	Sociedade da Informação.
SIAD	Sistema Integrado de Apoio à Decisão (Programa para obtenção dos Valores de Eficiência DEA).
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.
SICAP	Sistema de Controle de Rastreamento de Documentos e Processos.
SICOM	Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo (Publicidade da Administração Pública Federal).
SIGAnatel	Sistema de Informações Geográficas do Brasil.
SIGEC	Sistema Integrado de Gestão de Créditos da ANATEL.
SINAMOB	Sistema Nacional de Mobilização.
SINAPI/IBGE	Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil.
SINAR	Sistema Nacional de Arquivos.

SINCAB	Sindicato Nacional dos Trabalhadores em Sistemas de TV por Assinatura e Serviços Especiais de Telecomunicações (Representação profissional).
SINDEC	Sistema Nacional de Defesa Civil.
SINDER	Sindicato Nacional das Empresas de Radiocomunicações (Representação empresarial).
SINDESB	Sistema de Informações sobre Desastres no Brasil (Sistema Nacional de Defesa Civil).
SINDISAT	Sindicato Nacional das Empresas de Telecomunicações por Satélite (Representação empresarial).
SINDITELEBRASIL	Sindicato Nacional das Empresas Operadoras de Serviços de Telecomunicações (Representação empresarial).
SINSTAL	Sindicato Nacional das Empresas Instaladoras de Sistemas e Redes de TV por Assinatura e Telecomunicações (Representação empresarial).
SINTEIS	Sindicatos Estaduais dos Trabalhadores em Telecomunicações (Representação profissional).
SIT	Sistema com Transponder Interrogador.
SITARWEB	Sistema de Informações Técnicas para Administração das Radiocomunicações WEB.
SLD	Serviço por Linha Dedicada.
SLDA	Serviço por Linha Dedicada para Sinais Analógicos.
SLDD	Serviço por Linha Dedicada para Sinais Digitais.
SLDT	Serviço por Linha Dedicada para Sinais Telegráficos.
SLE	Serviço Limitado Especializado.
SLMP	Serviço Limitado Móvel Privativo.
SLP	Serviço Limitado Privado.
SLPR	Serviço Limitado Privado de Radiochamada.
SMA	Serviço Móvel Aeronáutico (R, em rota; OR, fora de rota)..
SMC	Serviço Móvel Celular.
SMD	Surface Mounted Device.
SME	Serviço Móvel Especializado.
SMGS	Serviço Móvel Global por Satélite.
SMM	Serviço Móvel Marítimo.
SMP	Serviço Móvel Pessoal.
SMS	Serviço Móvel por Satélite.
SMS	Short Message Service.
SMT	Surface Mounted Technology.
SNC	Secretaria Nacional de Comunicações (MINFRA).
SNDC	Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.
Socicom	Federação Brasileira das Associações Científicas e Acadêmicas de Comunicação.
SOCINE	Sociedade Brasileira de Estudos de Cinema.

SPV	Superintendência de Serviços Privados.
SRA	Serviço de Radiocomunicação Aeronáutica Público-Restrito.
SRD	Short Range Device.
SRE	Serviço de Radiotáxi Especializado.
SRT	Serviço de Radiotáxi.
SRTT	Serviço de Rede de Transporte de Telecomunicações.
SSB	Single Side Band 'Modulation' (Modulação em Faixa Lateral Simples).
STE	Secretaria de Telecomunicações (Ministério das Comunicações).
STEL	Sistema de Serviços de Telecomunicações.
STF	Supremo Tribunal Federal.
STFC	Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral.
STJ	Superior Tribunal de Justiça.
STM	Superior Tribunal Militar.
STP	Serviço Telefônico Público (em desuso).
STS	Serviço de Transporte de Sinais de Telecomunicações por Satélite.
SUDAM	SUDAM.
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus.
SVA	Serviço de Valor Adicionado.
TAB	Tarifa Aduaneira do Brasil.
TAP	Television Association of Programmers (Estados Unidos da América).
TAP	Terminal de Acesso Público.
TAP	Terminal de Acesso Público (Serviço Telefônico Fixo Comutado).
TBSMC	Tarifa Básica do Serviço Móvel Celular.
TCD	Termo de Compromisso de Desempenho.
TCP	Transport Control Protocol (INTERNET).
TCU	Tribunal de Contas da União.
TDD	Time Division Duplexing (Duplexação por Divisão no Tempo).
TDMA	Time Division Multiple Access (Múltiplo Acesso por Divisão em Tempo).
TEB	Taxa de Erro de Bits.
TEC	Tarifa Externa Comum.
TelComp	Associação Brasileira das Prestadoras de Serviços de Telecomunicações Competitivas.
TELEBRÁS	Telecomunicações Brasileiras S.A..
TELEBRASIL	Associação Brasileira de Telecomunicações.
TELEX	Comutação Telegráfica.
TFEL	Thin-Film Electroluminescent (Displays Eletroluminescentes a Filme Fino).
TFF	Taxa de Fiscalização do Funcionamento.
TFI	Taxa de Fiscalização da Instalação.

THD	Distorção harmônica total.
TIC	Tecnologias da Informação e Comunicação.
TIPI	Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados.
TISA	Traveller Information Services Association.
TMC	– Traffic Message Channel (Canal de Mensagem de Trânsito).
TME	Tarifa de Mudança de Endereço (Serviço Telefônico Fixo Comutado).
TMN	Telecommunications Management Network.
TOE	Taxa de Onda.
TR	Taxa Referencial.
TRASA	Telecommunications Regulators' Association of Southern Africa.
TRD	Taxa Referencial Diária.
TRF	Tribunal Regional Federal.
TRF1	Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
TRI	Termo de Responsabilidade de Instalação.
TRX	Transceptor.
TSC	Terminal Móvel de Acesso a Ser Certificado.
TSC	Terminal Portátil a Ser Certificado.
TSE	Tribunal Superior Eleitoral.
TST	Tribunal Superior do Trabalho.
TT	Tronco/Canal Telefônico de Entrada.
TU	Tarifa de Uso (Serviço Telefônico Fixo Comutado).
TU-COM	Tarifa de Uso de Comutação (Serviço Telefônico Fixo Comutado).
TU-M	Tarifa de Uso Móvel.
TU-RIU	Tarifa de Uso de Rede Interurbana.
TU-RIU1	Tarifa de Uso de Rede Interurbana Nível 1 (Serviço Telefônico Fixo Comutado).
TU-RIU2	Tarifa de Uso de Rede Interurbana Nível 2.
TU-RL	Tarifa de Uso de Rede Local.
TUP	Telefone de Uso Público.
TUP	Telefone de Uso Público (Serviço Telefônico Fixo Comutado).
TVA	Serviço Especial de Televisão por Assinatura.
TVA	Televisão por Assinatura (Espécie de Serviço Especial).
TVC	TV a Cabo.
UAC	Unidade de Atendimento de Cooperativa.
UCS	Unidade de Controle do Sistema (Sistemas de Acesso sem Fio do STFC).
UHF	Ultra High Frequency (Frequência Ultra Alta).
UIT	União Internacional de Telecomunicações (Union Internationale des Télécommunications / Unión Internacional de Telecomunicaciones).
UIT-R	Setor de Radiocomunicações da União Internacional de Telecomunicações.
UIT-R-SA	Recomendações da UIT sobre Aplicações Espaciais e Meteorologia.

ULEPICC	Unión Latina de Economía Política de la Información, la Comunicación y la Cultura.
UMB	Ultra Mobile Broadband.
UMTS	Universal Mobile Telecommunications Service (Rede celular 3G).
UNE-P	Desagregação de Plataforma.
UNICEF	United Nations Children's Fund (Fundo das Nações Unidas para a Infância).
UO	Unidade Operacional.
UPS	Uninterruptable Power Supply.
UR	Unidade Retificadora.
URA	Unidade de Resposta Audível (SMP – Gestão da Qualidade).
URA	Unidade de Resposta Automática.
URA	Unidade Remota de Assinante.
URD	Unidade Receptora Decodificadora (Serviço de Acesso Condicionado).
URV	Unidade Real de Valor.
USG	Unidade de Supervisão e Gerência (Sistemas de Acesso sem Fio do STFC).
UTP	Unidade de Tarifação para TUP e TAP (Serviço Telefônico Fixo Comutado).
UTRAN	Universal Terrestrial Radio Access Network.
UWB	Ultrawideband.
UWIA	Ubiquitous Wireless Internet Access.
VBI	Vertical Blanking Interval (Intervalo de Apagamento Vertical).
VC	Valor de Comunicação (Serviço Telefônico Fixo Comutado).
VC-1	Valor de Comunicação 1.
VC-2	Valor de Comunicação 2.
VC-3	Valor de Comunicação 3.
VC-T	Valor de Comunicação (Serviço Móvel Especializado).
VC-VST-R	Valor de Comunicação do Visitante em Roaming.
VCI	Valor de Comunicação 1 (Serviço Móvel Pessoal).
VCA	Valor de Chamada Atendida (Serviço Telefônico Fixo Comutado).
VELOX	Serviço de acesso à internet de banda larga comercializado pela empresa Oi.
VHF	Very High Frequency (Frequência Muito Alta).
VIGP	Variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna.
VLf	Very Low Frequency.
VPA	Valor Patrimonial da Ação.
Vpe	Volt por elemento.
VSAT	Estação Terrena de Pequeno Porte.
VSAT	Very Small Aperture Terminal (Certificação).
VSWR	Relação de Onda Estacionária.

VTP	Valor da Unidade de Tarifação para TUP e TAP (Serviço Telefônico Fixo Comutado).
VU-M	Valor de Remuneração de Uso de Rede do SMP.
VU-M	Valor de Uso de Rede Móvel.
VU-T	Valor de Remuneração de Uso de Rede do SME.
WACC	Weighted Average Cost of Capital (Custo Médio Ponderado de Capital na Separação e Alocação de Contas).
WAN	Wide Area Network.
WAP	Wireless Application Protocol.
WATRA	West Africa Telecommunications Regulators Assembly.
WCDMA	Wideband CDMA (CDMA de banda larga).
WDM	Wavelength Division Multiplexing (Multiplexação por Divisão de Comprimento de Onda).
WDMA	Wavelegth Division Multiple Access (Acesso Múltiplo por Divisão de Comprimento de Onda).
Wi-Fi	Wireless Fidelity (padrão IEEE 802.11).
WIMAX	Worldwide Interoperability for Microwave Access.
WiMesh	WiMesh – Wireless Mesh.
WISP	Wireless Internet Service Provider.
WLAN	Wireless Local Area Network.
WLL	Wireless Local Loop (Rede Local sem Fio).
WMAN	Wireless Metropolitan Area Network.
WSIS	World Summit on the Information Society (Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação – CMSI).
WTPF-09	Fórum Mundial sobre Políticas de Telecomunicações.
WTPF-09	World Telecommunication Policy Forum.
xDSL	x Digital Subscriber Line.
θ ini	Ângulo Teta Inicial.

Normas e Atos de 2012

Fundamentos

Aspectos Históricos



Atos

Relatório Anual da ANATEL 2011

Relatório da Ouvidoria da ANATEL 2012

Infraestrutura e Recursos do Setor de Telecomunicações

Infraestrutura de Telecomunicações

Compartilhamento de Infraestrutura



Normatização

Resolução da ANATEL nº 600, de 8 de novembro de 2012 - Aprova o Plano Geral de Metas de Competição (PGMC).

Anexo

Redes de Telecomunicações

Remuneração de Redes



Normatização

Resolução da ANATEL nº 600, de 8 de novembro de 2012 - Aprova o Plano Geral de Metas de Competição (PGMC).

Anexo

Interconexão



Normatização

Resolução da ANATEL nº 588, de 7 de maio de 2012 - Aprova o Regulamento de Remuneração pelo Uso de Redes de Prestadoras do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC.

Anexo

Resolução da ANATEL nº 600, de 8 de novembro de 2012 - Aprova o Plano Geral de Metas de Competição (PGMC).

Anexo



Atos

Súmula da ANATEL nº 13, de 31 de outubro de 2012 - Estão incluídas na base de cálculo do valor devido a título de renovação do direito de uso de radiofrequências previsto nos Termos de Autorização para a prestação do Serviço Móvel Pessoal (SMP), dentre outras, as receitas de interconexão, de facilidades ou comodidades adicionais, e as receitas operacionais inerentes à prestação do SMP.

Unbundling



Normatização

Resolução da ANATEL nº 590, de 15 de maio de 2012 - Aprova o Regulamento de Exploração Industrial de Linha Dedicada – EILD.

Resolução da ANATEL nº 600, de 8 de novembro de 2012 - Aprova o Plano Geral de Metas de Competição (PGMC).

Anexo



Atos

Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 2.716, de 15 de maio de 2012 - Estabelece os Valores de Referência de EILD Padrão para Grupo detentor de PMS na oferta de EILD.

Equipamentos de Telecomunicações

Antenas



Normatização

Resolução da ANATEL nº 599, de 30 de outubro de 2012 - Aprova a Norma das Condições de Operação de Satélites Geoestacionários em Banda Ka com Cobertura sobre o Território Brasileiro.

Estações de Telecomunicações



Normatização

Resolução da ANATEL nº 593, de 27 de junho de 2012 - Aprova a Norma para o Licenciamento de Estações Terrenas.

Anexo

Resolução da ANATEL nº 599, de 30 de outubro de 2012 - Aprova a Norma das Condições de Operação de Satélites Geoestacionários em Banda Ka com Cobertura sobre o Território Brasileiro.

Resolução da ANATEL nº 603, de 13 de novembro de 2012 - Aprova a Norma para Certificação e Homologação de Acumuladores Chumbo-Ácido Estacionários Regulados por Válvula para Aplicações Específicas.

Anexo

Terminais



Normatização

Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012 - Altera a alíquota das contribuições previdenciárias sobre a folha de salários devidas pelas empresas que especifica; institui o Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores, o Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações, o Regime Especial de Incentivo a Computadores para Uso Educacional, o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência; restabelece o Programa Um Computador por Aluno; altera o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores, instituído pela Lei no 11.484, de 31 de maio de 2007; altera as Leis nos 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 11.033, de 21 de dezembro de 2004, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 10.865, de 30 de abril de 2004, 11.774, de 17 de setembro de 2008, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, 11.484, de 31 de maio de 2007, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 10.406, de 10 de janeiro de 2002, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 12.431, de 24 de junho de 2011, 12.414, de 9 de junho de 2011, 8.666, de 21 de junho de 1993, 10.925, de 23 de julho de 2004, os Decretos-Leis nos 1.455, de 7 de abril de 1976, 1.593, de 21 de dezembro de 1977, e a Medida Provisória no 2.199-14, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012 - Altera a alíquota das contribuições previdenciárias sobre a folha de salários devidas pelas empresas que especifica, institui o Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores, o Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações, o Regime Especial de Incentivo a Computadores para Uso Educacional, o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica, o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência, restabelece o Programa Um Computador por Aluno, altera o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores, instituído pela Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007, e dá outras providências.

Decreto nº 7.750, de 8 de junho de 2012 - Regulamenta o Programa Um Computador por Aluno - PROUCA e o Regime Especial de Incentivo a Computadores para Uso Educacional - REICOMP.

Anexo - Processo Produtivo Básico (PPB) para Máquina Automática para Processamento de Dados Digital Portátil, destinada à utilização do Programa Um Computador por Aluno – PROUCA.

Portaria MC nº 482, de 6 de dezembro de 2012 - Cria o Programa de Estímulo ao Desenvolvimento do Padrão Nacional de Interatividade da Televisão Digital Brasileira - Ginga Brasil.

Certificação / Homologação



Normatização

Resolução da ANATEL nº 597, de 2 de outubro de 2012 - Aprova o Regulamento para Certificação e Homologação de Acumuladores Chumbo-Ácido Estacionários Ventilados.

Anexo

Resolução da ANATEL nº 601, de 13 de novembro de 2012 - Aprova a Norma para Certificação e Homologação de Acumuladores Chumbo-Ácido Estacionários Ventilados para Aplicação em Sistemas Fotovoltaicos de Baixa Potência.

Anexo

Resolução da ANATEL nº 602, de 13 de novembro de 2012 - Aprova a Norma para Certificação e Homologação de Acumuladores Chumbo-Ácido Estacionários Ventilados para Aplicações Específicas.

Anexo

Resolução da ANATEL nº 603, de 13 de novembro de 2012 - Aprova a Norma para Certificação e Homologação de Acumuladores Chumbo-Ácido Estacionários Regulados por Válvula para Aplicações Específicas.

Anexo

Espectro de Radiofrequência



Atos

Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 2.295, de 23 de abril de 2012 - Declara conveniente e autoriza a abertura de procedimento licitatório para expedição de autorizações de uso de radiofrequências na subfaixa 2500 MHz a 2690 MHz e/ou na subfaixa de 451 MHz a 458 MHz e de 461 MHz a 468 MHz associadas ao SCM, STFC e SMP.

Atribuição, Destinação e Designação de Radiofrequência



Atos

Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 2.099, de 14 de abril de 2012 - Aprova a Edição 2012 do Plano de Atribuição, Destinação e Distribuição de Faixas de Frequências no Brasil.

Anexo

Condições de Uso de Radiofrequência e Canalização (Distribuição de Canais)



Normatização

Portaria MC nº 354, de 11 de julho de 2012 - Regulamenta a padronização do volume do áudio nos intervalos comerciais da programação dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens nos termos da Lei nº 10.222, de 9 de maio de 2001.

Resolução da ANATEL nº 583, de 27 de março de 2012 - Altera o Regulamento Técnico para Prestação do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens e de Retransmissão de Televisão.

Anexo

Resolução da ANATEL nº 584, de 27 de março de 2012 - Alteração do Regulamento sobre Canalização e Condições de Uso de Radiofrequências para os serviços Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos - SARC, de Repetição de Televisão - RpTV e de Televisão em Circuito Fechado com Utilização de Radioenlace - CFTV, e dá outras providências.

Anexo

Resolução da ANATEL nº 594, de 11 de julho de 2012 - Aprovação do Plano Básico de Distribuição de Canais de Radiodifusão Sonora em Onda Curta - PBOC, faixas de 49m, 31m, 25m, 19m e 16m.

Anexo 2

Anexo 4

Anexo 5

Direito de Uso de Radiofrequência



Atos

Súmula da ANATEL nº 13, de 31 de outubro de 2012 - Estão incluídas na base de cálculo do valor devido a título de renovação do direito de uso de radiofrequências previsto nos Termos de Autorização para a prestação do Serviço Móvel Pessoal (SMP), dentre outras, as receitas de interconexão, de facilidades ou comodidades adicionais, e as receitas operacionais inerentes à prestação do SMP.

Órbita e Satélite



Normatização

Decreto nº 7.769, de 28 de junho de 2012 - Dispõe sobre a gestão do planejamento, da construção e do lançamento do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas - SGDC.

Resolução da ANATEL nº 593, de 27 de junho de 2012 - Aprova a Norma para o Licenciamento de Estações Terrenas.

Anexo

Resolução da ANATEL nº 599, de 30 de outubro de 2012 - Aprova a Norma das Condições de Operação de Satélites Geoestacionários em Banda Ka com Cobertura sobre o Território Brasileiro.

Administração do Setor de Telecomunicações

Fiscalização das Telecomunicações



Normatização

Resolução da ANATEL nº 583, de 27 de março de 2012 - Altera o Regulamento Técnico para Prestação do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens e de Retransmissão de Televisão.

Anexo

Resolução da ANATEL nº 589, de 7 de maio de 2012 - Aprova o Regulamento de Aplicação de Sanções Administrativas.

Anexo

Resolução da ANATEL nº 596, de 06 de agosto de 2012 - Aprova o Regulamento de Fiscalização.

Anexo

Resolução da ANATEL nº 600, de 8 de novembro de 2012 - Aprova o Plano Geral de Metas de Competição (PGMC).

Anexo

Tributação no Setor de Telecomunicações



Normatização

Decreto nº 7.715, de 3 de abril de 2012 - Altera o Decreto no 5.602, de 6 de dezembro de 2005, que regulamenta o Programa de Inclusão Digital instituído pela Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005.

- ✓ Inclusão de itens, em especial, modem e tablet PC, na lista de beneficiários da redução das alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS.

Outorgas

Espécies de Outorga

Concessão (regras aplicáveis)

Normatização

Decreto nº 7.670, de 16 de janeiro de 2012 - Altera dispositivos do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e dos Decretos nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e nº 5.820, de 29 de junho de 2006.

- ✓ Competência da Presidência da República para outorgar, por meio de concessão, a exploração dos serviços de radiodifusão de sons e imagens, e do Ministério das Comunicações para outorgar, por meio de concessão, permissão ou autorização, a exploração dos serviços de radiodifusão sonora.

Resolução da ANATEL nº 598, de 23 de outubro de 2012 - Aprova o Regulamento de Obrigações de Universalização e dá outras providências.

Anexo

Permissão (regras aplicáveis)

Normatização

Decreto nº 7.670, de 16 de janeiro de 2012 - Altera dispositivos do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e dos Decretos nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e nº 5.820, de 29 de junho de 2006.

- ✓ Competência do Ministério das Comunicações para outorgar, por meio de concessão, permissão ou autorização, a exploração dos serviços de radiodifusão sonora.

Autorização (regras aplicáveis)

Normatização

Decreto nº 7.670, de 16 de janeiro de 2012 - Altera dispositivos do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e dos Decretos nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e nº 5.820, de 29 de junho de 2006.

- ✓ Competência do Ministério das Comunicações para outorgar, por meio de concessão, permissão ou autorização, a exploração dos serviços de radiodifusão sonora.

Resolução da ANATEL nº 581, de 26 de março de 2012 - Aprova o Regulamento do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC) bem como a prestação do Serviço de TV a Cabo (TVC), do Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal (MMDS), do Serviço de Distribuição de Sinais de

Televisão e de Áudio por Assinatura via Satélite (DTH) e do Serviço Especial de Televisão por Assinatura (TVA)

Anexo

Resolução nº 595, de 11 de julho de 2012 - Altera o regulamento de cobrança de Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviços e Telecomunicações e pelo Direito de Exploração de Satélite.

Anexo

- ✓ A Res.595 fixa o preço público de autorização do SeAC e os valores de adaptação, transferência e consolidação do SeAC e dos Serviços de TV por Assinatura precedentes.

Preço Público e Preço Privado



Normatização

Resolução da ANATEL nº 579, de 29 de fevereiro de 2012 - Aprova alteração do Anexo I do Regulamento de Tarifação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral - STFC Prestado no Regime Público, aprovado pela Resolução nº 424, de 6 de dezembro de 2005 e do Plano Geral de Códigos Nacionais - PGCN, Anexo II à Resolução nº 263, de 8 de junho de 2001, para mudar o Município de Saubara, no Estado da Bahia, da Área de Tarifação 752 (Feira de Santana) para a Área de Tarifação 712 (Salvador) e do Código Nacional 75 para o Código Nacional 71.

Anexo 2

Resolução da ANATEL nº 580, de 19 de março de 2012 - Aprova alteração do Anexo I do Regulamento de Tarifação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral – STFC Prestado no Regime Público, aprovado pela Resolução nº 424, de 6 de dezembro de 2005 e do Plano Geral de Códigos Nacionais - PGCN, Anexo II à Resolução nº 263, de 8 de junho de 2001, para mudar o Município de Vila Boa, no Estado de Goiás, da Área de Tarifação 612D (Cavalcante) para a Área de Tarifação 612B (Formosa) e do Código Nacional 62 para o Código Nacional 61.

Anexo 1

Anexo 2

Resolução da ANATEL nº 588, de 7 de maio de 2012 - Aprova o Regulamento de Remuneração pelo Uso de Redes de Prestadoras do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC.

Anexo

Resolução nº 595, de 11 de julho de 2012 - Altera o regulamento de cobrança de Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviços e Telecomunicações e pelo Direito de Exploração de Satélite.

Anexo

- ✓ A Res.595 fixa o preço público de autorização do SeAC e os valores de adaptação, transferência e consolidação do SeAC e dos Serviços de TV por Assinatura precedentes.

Resolução da ANATEL nº 604, de 27 de novembro de 2012 - Aprova alteração no Regulamento do Serviço Móvel Pessoal - SMP, aprovado pela Resolução nº 477, de 7 de agosto de 2007, alterado pela Resolução nº 491, de 12 de fevereiro de 2008, pela Resolução nº 509, de 14 de agosto de 2008, pela Resolução nº 564, de 20 de abril de 2011, pela Resolução nº 567, de 24 de maio de 2011, e pela Resolução nº 575, de 28 de outubro de 2011.

Anexo



Atos

Súmula da ANATEL nº 13, de 31 de outubro de 2012 - Estão incluídas na base de cálculo do valor devido a título de renovação do direito de uso de radiofrequências previsto nos Termos de Autorização para a prestação do Serviço Móvel Pessoal (SMP), dentre outras, as receitas de interconexão, de facilidades ou comodidades adicionais, e as receitas operacionais inerentes à prestação do SMP.

Planos de Serviços



Normatização

Resolução da ANATEL nº 579, de 29 de fevereiro de 2012 - Aprova alteração do Anexo I do Regulamento de Tarifação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral - STFC Prestado no Regime Público, aprovado pela Resolução nº 424, de 6 de dezembro de 2005 e do Plano Geral de Códigos Nacionais - PGCN, Anexo II à Resolução nº 263, de 8 de junho de 2001, para mudar o Município de Saubara, no Estado da Bahia, da Área de Tarifação 752 (Feira de Santana) para a Área de Tarifação 712 (Salvador) e do Código Nacional 75 para o Código Nacional 71.

Anexo 2

Resolução da ANATEL nº 580, de 19 de março de 2012 - Aprova alteração do Anexo I do Regulamento de Tarifação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral – STFC Prestado no Regime Público, aprovado pela Resolução nº 424, de 6 de dezembro de 2005 e do Plano Geral de Códigos Nacionais - PGCN, Anexo II à Resolução nº 263, de 8 de junho de 2001, para mudar o Município de Vila Boa, no Estado de Goiás, da Área de Tarifação 612D (Cavalcante) para a Área de Tarifação 612B (Formosa) e do Código Nacional 62 para o Código Nacional 61.

Anexo 1

Anexo 2

Políticas de Telecomunicações

Política Tarifária



Normatização

Resolução da ANATEL nº 579, de 29 de fevereiro de 2012 - Aprova alteração do Anexo I do Regulamento de Tarifação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral - STFC Prestado no Regime Público, aprovado pela Resolução nº 424, de 6 de dezembro de 2005 e do Plano Geral de Códigos Nacionais - PGCN, Anexo II à Resolução nº 263, de 8 de junho de 2001, para mudar o Município de Saubara, no Estado da Bahia, da Área de Tarifação 752 (Feira de Santana) para a Área de Tarifação 712 (Salvador) e do Código Nacional 75 para o Código Nacional 71.

Anexo 2

Resolução da ANATEL nº 580, de 19 de março de 2012 - Aprova alteração do Anexo I do Regulamento de Tarifação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral – STFC Prestado no Regime Público, aprovado pela Resolução nº 424, de 6 de dezembro de 2005 e do Plano Geral de Códigos Nacionais - PGCN, Anexo II à Resolução nº 263, de 8 de junho de 2001, para mudar o Município de Vila Boa, no Estado de Goiás, da Área de Tarifação 612D (Cavalcante) para a Área de Tarifação 612B (Formosa) e do Código Nacional 62 para o Código Nacional 61.

Anexo 1

Anexo 2

Política Industrial



Normatização

Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012 - Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2012 a 2015.

Decreto nº 7.715, de 3 de abril de 2012 - Altera o Decreto no 5.602, de 6 de dezembro de 2005, que regulamenta o Programa de Inclusão Digital instituído pela Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005.

- ✓ Inclusão de itens, em especial, modem e tablet PC, na lista de beneficiários da redução das alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS.

Portaria MC nº 330, de 5 de julho de 2012 - Estabelece o procedimento de aprovação dos projetos de investimento considerados como prioritários em infraestrutura nos setores de telecomunicações e radiodifusão, para efeito do Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011.

Anexo 1 - Cadastro do Projeto Prioritário

Anexo 2 - Demonstração dos Fluxos de Caixa

Anexo 3 - Quadro Anual de Usos e Fontes do Investimento

Anexo 4 - Quadro de Acompanhamento Anual de Usos e Fontes do Investimento

Anexo 5 - Alterações na Execução dos Investimentos Suportados pela Emissão de Debêntures.

Anexo 6 - Justificativa da Não Emissão de Debêntures

Anexo 7 - Alterações de Pessoas Jurídicas que Integram a SPE

Portaria MC nº 482, de 6 de dezembro de 2012 - Cria o Programa de Estímulo ao Desenvolvimento do Padrão Nacional de Interatividade da Televisão Digital Brasileira - Ginga Brasil.

Resolução da ANATEL nº 597, de 2 de outubro de 2012 - Aprova o Regulamento para Certificação e Homologação de Acumuladores Chumbo-Ácido Estacionários Ventilados.

Anexo

Resolução da ANATEL nº 601, de 13 de novembro de 2012 - Aprova a Norma para Certificação e Homologação de Acumuladores Chumbo-Ácido Estacionários Ventilados para Aplicação em Sistemas Fotovoltaicos de Baixa Potência.

Anexo

Resolução da ANATEL nº 602, de 13 de novembro de 2012 - Aprova a Norma para Certificação e Homologação de Acumuladores Chumbo-Ácido Estacionários Ventilados para Aplicações Específicas.

Anexo

Resolução da ANATEL nº 603, de 13 de novembro de 2012 - Aprova a Norma para Certificação e Homologação de Acumuladores Chumbo-Ácido Estacionários Regulados por Válvula para Aplicações Específicas.

Anexo

Concorrência no Setor de Telecomunicações



Concorrência no Setor de Telecomunicações

O Serviço de Comunicação Multimídia apresenta-se como serviço convergente com pretensão de introduzir utilidades concorrentes às fornecidas por serviços tradicionais do setor.



Normatização

Decreto nº 7.867, de 19 de dezembro de 2012 - Aprova o Programa de Dispêndios Globais - PDG para 2013 das empresas estatais federais, e dá outras providências.

Anexo - Programa de Dispêndios Globais – PDG para 2013 das empresas estatais federais.

Resolução da ANATEL nº 590, de 15 de maio de 2012 - Aprova o Regulamento de Exploração Industrial de Linha Dedicada – EILD.

Resolução da ANATEL nº 600, de 8 de novembro de 2012 - Aprova o Plano Geral de Metas de Competição (PGMC).

Anexo



Atos

Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 2.716, de 15 de maio de 2012 - Estabelece os Valores de Referência de EILD Padrão para Grupo detentor de PMS na oferta de EILD.

Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 6.617, de 8 de novembro de 2012 - Designa os Grupos detentores de PMS no Mercado de Oferta de Infraestrutura de Rede Fixa de Acesso para Transmissão de Dados por Meio de Par de Cobre ou Cabo Coaxial em Taxas de Transmissão Iguais ou Inferiores a 10 Mbps nos Municípios, e dá outras providências [Comentário: Os atos 6.617, 6.619, 6.620 e 6.622 do Conselho Diretor da ANATEL foram os primeiros a designar os grupos detentores de Poder de Mercado Significativo (PMS) no esteio do Plano Geral de Metas de Competição (PGMC), aprovado pela Resolução nº 600, de 2012. [Alterações ou atualizações posteriores das listagens são mantidas no sítio eletrônico da ANATEL, em link correspondente ao PGMC.]

Anexo

- ✓ Os atos 6.617, 6.619, 6.620 e 6.622 do Conselho Diretor da ANATEL foram os primeiros a designar os grupos detentores de Poder de Mercado Significativo (PMS) no esteio do Plano Geral de Metas de Competição (PGMC), aprovado pela Resolução nº 600, de 2012. Alterações ou atualizações posteriores das listagens são mantidas no sítio eletrônico da ANATEL, em link correspondente ao PGMC.

Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 6.619, de 8 de novembro de 2012 - Designa os Grupos detentores de PMS no Mercado Relevante de Oferta Atacadista de Infraestrutura de Rede Fixa de Transporte Local e de Longa Distância para Transmissão de Dados em Taxas de Transmissão Iguais ou Inferiores a 34 Mbps nos Municípios, e dá outras providências [Comentário: Os atos 6.617, 6.619, 6.620 e 6.622 do Conselho Diretor da ANATEL foram os primeiros a designar os grupos detentores de Poder de Mercado Significativo (PMS) no esteio do Plano Geral de Metas de Competição (PGMC), aprovado pela Resolução nº 600, de 2012. Alterações ou atualizações posteriores das listagens são mantidas no sítio eletrônico da ANATEL, em link correspondente ao PGMC.]

Anexo

- ✓ Os atos 6.617, 6.619, 6.620 e 6.622 do Conselho Diretor da ANATEL foram os primeiros a designar os grupos detentores de Poder de Mercado Significativo (PMS) no esteio do Plano Geral de Metas de Competição (PGMC), aprovado pela Resolução nº 600, de 2012. Alterações ou atualizações posteriores das

listagens são mantidas no sítio eletrônico da ANATEL, em link correspondente ao PGMC.

Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 6.620, de 8 de novembro de 2012

- Designa os Grupos detentores de PMS no Mercado de Infraestrutura Passiva para redes de transporte e acesso [Comentário: Os atos 6.617, 6.619, 6.620 e 6.622 do Conselho Diretor da ANATEL foram os primeiros a designar os grupos detentores de Poder de Mercado Significativo (PMS) no esteio do Plano Geral de Metas de Competição (PGMC), aprovado pela Resolução nº 600, de 2012. Alterações ou atualizações posteriores das listagens são mantidas no sítio eletrônico da ANATEL, em link correspondente ao PGMC.]

Anexo

- ✓ Os atos 6.617, 6.619, 6.620 e 6.622 do Conselho Diretor da ANATEL foram os primeiros a designar os grupos detentores de Poder de Mercado Significativo (PMS) no esteio do Plano Geral de Metas de Competição (PGMC), aprovado pela Resolução nº 600, de 2012. Alterações ou atualizações posteriores das listagens são mantidas no sítio eletrônico da ANATEL, em link correspondente ao PGMC.

Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 6.621, de 8 de novembro de 2012

- Designa os Grupos detentores de PMS no Mercado de Terminação de Chamadas em Redes Móveis nas Regiões do Plano Geral de Autorizações – PGA [Comentário: Os atos 6.617, 6.619, 6.620 e 6.622 do Conselho Diretor da ANATEL foram os primeiros a designar os grupos detentores de Poder de Mercado Significativo (PMS) no esteio do Plano Geral de Metas de Competição (PGMC), aprovado pela Resolução nº 600, de 2012. Alterações ou atualizações posteriores das listagens são mantidas no sítio eletrônico da ANATEL, em link correspondente ao PGMC.]

Anexo

- ✓ Os atos 6.617, 6.619, 6.620 e 6.622 do Conselho Diretor da ANATEL foram os primeiros a designar os grupos detentores de Poder de Mercado Significativo (PMS) no esteio do Plano Geral de Metas de Competição (PGMC), aprovado pela Resolução nº 600, de 2012. Alterações ou atualizações posteriores das listagens são mantidas no sítio eletrônico da ANATEL, em link correspondente ao PGMC.

Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 6.622, de 8 de novembro de 2012

- Designa os Grupos detentores de PMS no Mercado Relevante de Roaming Nacional nas Áreas de Registro (AR) [Comentário: Os atos 6.617, 6.619, 6.620 e 6.622 do Conselho Diretor da ANATEL foram os primeiros a designar os grupos detentores de Poder de Mercado Significativo (PMS) no esteio do Plano Geral de Metas de Competição (PGMC), aprovado pela Resolução nº 600, de 2012. Alterações ou atualizações posteriores das listagens são mantidas no sítio eletrônico da ANATEL, em link correspondente ao PGMC.]

Anexo

- ✓ Os atos 6.617, 6.619, 6.620 e 6.622 do Conselho Diretor da ANATEL foram os primeiros a designar os grupos detentores de Poder de Mercado Significativo (PMS) no esteio do Plano Geral de Metas de Competição (PGMC), aprovado

pela Resolução nº 600, de 2012. Alterações ou atualizações posteriores das listagens são mantidas no sítio eletrônico da ANATEL, em link correspondente ao PGMC.

Universalização e Massificação



Normatização

Portaria MC nº 330, de 5 de julho de 2012 - Estabelece o procedimento de aprovação dos projetos de investimento considerados como prioritários em infraestrutura nos setores de telecomunicações e radiodifusão, para efeito do Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011.

Anexo 1 - Cadastro do Projeto Prioritário

Anexo 2 - Demonstração dos Fluxos de Caixa

Anexo 3 - Quadro Anual de Usos e Fontes do Investimento

Anexo 4 - Quadro de Acompanhamento Anual de Usos e Fontes do Investimento

Anexo 5 - Alterações na Execução dos Investimentos Suportados pela Emissão de Debêntures.

Anexo 6 - Justificativa da Não Emissão de Debêntures

Anexo 7 - Alterações de Pessoas Jurídicas que Integram a SPE

Acesso às Telecomunicações



Normatização

Portaria MC nº 186, de 28 de março de 2012 - Altera a Portaria nº 376, de 19 de agosto de 2011, referente à instituição do Projeto de Implantação e Manutenção das Cidades Digitais.

Portador de Deficiência



Normatização

Portaria MC nº 312, de 26 de junho de 2012 - Altera texto do item 7.1 da Norma Complementar nº1/2006, estabelecendo valor mínimo de horas para veiculação obrigatória do recurso de legenda oculta para emissoras do serviço de sons e imagens e de retransmissão de televisão.

Educação e Pesquisa



Normatização

Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012 - Altera a alíquota das contribuições previdenciárias sobre a folha de salários devidas pelas empresas que especifica; institui o Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da

Cadeia Produtiva de Veículos Automotores, o Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações, o Regime Especial de Incentivo a Computadores para Uso Educacional, o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência; restabelece o Programa Um Computador por Aluno; altera o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores, instituído pela Lei no 11.484, de 31 de maio de 2007; altera as Leis nos 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 11.033, de 21 de dezembro de 2004, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 10.865, de 30 de abril de 2004, 11.774, de 17 de setembro de 2008, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, 11.484, de 31 de maio de 2007, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 10.406, de 10 de janeiro de 2002, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 12.431, de 24 de junho de 2011, 12.414, de 9 de junho de 2011, 8.666, de 21 de junho de 1993, 10.925, de 23 de julho de 2004, os Decretos-Leis nos 1.455, de 7 de abril de 1976, 1.593, de 21 de dezembro de 1977, e a Medida Provisória no 2.199-14, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012 - Altera a alíquota das contribuições previdenciárias sobre a folha de salários devidas pelas empresas que especifica, institui o Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores, o Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações, o Regime Especial de Incentivo a Computadores para Uso Educacional, o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica, o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência, restabelece o Programa Um Computador por Aluno, altera o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores, instituído pela Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007, e dá outras providências.

Decreto nº 7.750, de 8 de junho de 2012 - Regulamenta o Programa Um Computador por Aluno - PROUCA e o Regime Especial de Incentivo a Computadores para Uso Educacional - REICOMP.

Anexo - Processo Produtivo Básico (PPB) para Máquina Automática para Processamento de Dados Digital Portátil, destinada à utilização do Programa Um Computador por Aluno – PROUCA.

Portaria MC nº 186, de 28 de março de 2012 - Altera a Portaria nº 376, de 19 de agosto de 2011, referente à instituição do Projeto de Implantação e Manutenção das Cidades Digitais.

Financiamento da Universalização



Normatização

Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012 - Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2012 a 2015.

Decreto nº 7.715, de 3 de abril de 2012 - Altera o Decreto no 5.602, de 6 de dezembro de 2005, que regulamenta o Programa de Inclusão Digital instituído pela Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005.

- ✓ Inclusão de itens, em especial, modem e tablet PC, na lista de beneficiários da redução das alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS.

Portaria nº 359, de 02 de agosto de 2012 - Institui o Programa Redes Digitais da Cidadania.

Metas de Universalização



Normatização

Resolução da ANATEL nº 598, de 23 de outubro de 2012 - Aprova o Regulamento de Obrigações de Universalização e dá outras providências.

Anexo

Fundos Setoriais de Telecomunicações

FUST



Atos

Resolução de Gestão do FUST - 2011 - Resolução de Gestão do FUST – 2011

Pesquisa & Desenvolvimento



Normatização

Portaria MC nº 186, de 28 de março de 2012 - Altera a Portaria nº 376, de 19 de agosto de 2011, referente à instituição do Projeto de Implantação e Manutenção das Cidades Digitais.

Qualidade do Serviço



Normatização

Portaria MC nº 312, de 26 de junho de 2012 - Altera texto do item 7.1 da Norma Complementar nº1/2006, estabelecendo valor mínimo de horas para veiculação obrigatória do recurso de legenda oculta para emissoras do serviço de sons e imagens e de retransmissão de televisão.

Portaria MC nº 354, de 11 de julho de 2012 - Regulamenta a padronização do volume do áudio nos intervalos comerciais da programação dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens nos termos da Lei nº 10.222, de 9 de maio de 2001.

Resolução da ANATEL nº 589, de 7 de maio de 2012 - Aprova o Regulamento de Aplicação de Sanções Administrativas.

Anexo

Resolução da ANATEL nº 604, de 27 de novembro de 2012 - Aprova alteração no Regulamento do Serviço Móvel Pessoal - SMP, aprovado pela Resolução nº 477, de 7 de agosto de 2007, alterado pela Resolução nº 491, de 12 de fevereiro de 2008, pela Resolução nº 509, de 14 de agosto de 2008, pela Resolução nº 564, de 20 de abril de 2011, pela Resolução nº 567, de 24 de maio de 2011, e pela Resolução nº 575, de 28 de outubro de 2011.

Anexo

Regulação de Conteúdo



Normatização

Lei nº 12.735, de 30 de novembro de 2012 - Altera o Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, o Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 - Código Penal Militar, e a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para tipificar condutas realizadas mediante uso de sistema eletrônico, digital ou similares, que sejam praticadas contra sistemas informatizados e similares; e dá outras providências.

Controle Social, Hierárquico e Interorgânico



Normatização

Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012 - Regulamenta a Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição.

Anexo - Formulário de Grau de Sigilo



Atos

Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 1.133, de 29 de fevereiro de 2012 - Declara nulo o art. 79 do Regimento Interno da Anatel, que dispõe sobre o sigilo de PADO.

Relatório Anual da ANATEL 2011

Relatório da Ouvidoria da ANATEL 2012

Sigilo em Telecomunicações



Normatização

Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012 - Regulamenta a Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no

inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição.

Anexo - Formulário de Grau de Sigilo

Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012 - Regulamenta procedimentos para credenciamento de segurança e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo, e dispõe sobre o Núcleo de Segurança e Credenciamento.

Anexo 1 - Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo – TCMS.

Anexo 2 - Código de Indexação de Documento que Contém Informação Classificada – CIDIC – Categorias

- ✓ A possibilidade de que se publiquem somente os respectivos números, datas de expedição e ementas de atos normativos relativos à informação classificada em qualquer grau de sigilo ou protegida por sigilo judicial ou legal, vem disciplinada no art.20, caput do Decreto 7.845, de 14 de novembro de 2012.



Atos

Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 1.133, de 29 de fevereiro de 2012 - Declara nulo o art. 79 do Regimento Interno da Anatel, que dispõe sobre o sigilo de PADO.

Convergência



Normatização

Portaria MC nº 482, de 6 de dezembro de 2012 - Cria o Programa de Estímulo ao Desenvolvimento do Padrão Nacional de Interatividade da Televisão Digital Brasileira - Ginga Brasil.

Resolução da ANATEL nº 581, de 26 de março de 2012 - Aprova o Regulamento do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC) bem como a prestação do Serviço de TV a Cabo (TVC), do Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal (MMDS), do Serviço de Distribuição de Sinais de Televisão e de Áudio por Assinatura via Satélite (DTH) e do Serviço Especial de Televisão por Assinatura (TVA)

Anexo

Classificações de Serviços no Setor de Telecomunicações

Quanto ao Interesse

Serviço de Interesse Coletivo



Normatização

Resolução da ANATEL nº 600, de 8 de novembro de 2012 - Aprova o Plano Geral de Metas de Competição (PGMC).

Anexo



Atos

Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 6.617, de 8 de novembro de 2012

- Designa os Grupos detentores de PMS no Mercado de Oferta de Infraestrutura de Rede Fixa de Acesso para Transmissão de Dados por Meio de Par de Cobre ou Cabo Coaxial em Taxas de Transmissão Iguais ou Inferiores a 10 Mbps nos Municípios, e dá outras providências [Comentário: Os atos 6.617, 6.619, 6.620 e 6.622 do Conselho Diretor da ANATEL foram os primeiros a designar os grupos detentores de Poder de Mercado Significativo (PMS) no esteio do Plano Geral de Metas de Competição (PGMC), aprovado pela Resolução nº 600, de 2012. [Alterações ou atualizações posteriores das listagens são mantidas no sítio eletrônico da ANATEL, em link correspondente ao PGMC.]

Anexo

- ✓ Os atos 6.617, 6.619, 6.620 e 6.622 do Conselho Diretor da ANATEL foram os primeiros a designar os grupos detentores de Poder de Mercado Significativo (PMS) no esteio do Plano Geral de Metas de Competição (PGMC), aprovado pela Resolução nº 600, de 2012. Alterações ou atualizações posteriores das listagens são mantidas no sítio eletrônico da ANATEL, em link correspondente ao PGMC.

Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 6.619, de 8 de novembro de 2012

- Designa os Grupos detentores de PMS no Mercado Relevante de Oferta Atacadista de Infraestrutura de Rede Fixa de Transporte Local e de Longa Distância para Transmissão de Dados em Taxas de Transmissão Iguais ou Inferiores a 34 Mbps nos Municípios, e dá outras providências [Comentário: Os atos 6.617, 6.619, 6.620 e 6.622 do Conselho Diretor da ANATEL foram os primeiros a designar os grupos detentores de Poder de Mercado Significativo (PMS) no esteio do Plano Geral de Metas de Competição (PGMC), aprovado pela Resolução nº 600, de 2012. Alterações ou atualizações posteriores das listagens são mantidas no sítio eletrônico da ANATEL, em link correspondente ao PGMC.]

Anexo

- ✓ Os atos 6.617, 6.619, 6.620 e 6.622 do Conselho Diretor da ANATEL foram os primeiros a designar os grupos detentores de Poder de Mercado Significativo (PMS) no esteio do Plano Geral de Metas de Competição (PGMC), aprovado pela Resolução nº 600, de 2012. Alterações ou atualizações posteriores das listagens são mantidas no sítio eletrônico da ANATEL, em link correspondente ao PGMC.

Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 6.620, de 8 de novembro de 2012

- Designa os Grupos detentores de PMS no Mercado de Infraestrutura Passiva para redes de transporte e acesso [Comentário: Os atos 6.617, 6.619, 6.620 e 6.622 do Conselho Diretor da ANATEL foram os primeiros a designar os grupos detentores de Poder de Mercado Significativo (PMS) no esteio do Plano Geral de Metas de Competição (PGMC), aprovado pela Resolução nº 600, de 2012.

Alterações ou atualizações posteriores das listagens são mantidas no sítio eletrônico da ANATEL, em link correspondente ao PGMC.]

Anexo

- ✓ Os atos 6.617, 6.619, 6.620 e 6.622 do Conselho Diretor da ANATEL foram os primeiros a designar os grupos detentores de Poder de Mercado Significativo (PMS) no esteio do Plano Geral de Metas de Competição (PGMC), aprovado pela Resolução nº 600, de 2012. Alterações ou atualizações posteriores das listagens são mantidas no sítio eletrônico da ANATEL, em link correspondente ao PGMC.

Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 6.621, de 8 de novembro de 2012

- Designa os Grupos detentores de PMS no Mercado de Terminação de Chamadas em Redes Móveis nas Regiões do Plano Geral de Autorizações – PGA [Comentário: Os atos 6.617, 6.619, 6.620 e 6.622 do Conselho Diretor da ANATEL foram os primeiros a designar os grupos detentores de Poder de Mercado Significativo (PMS) no esteio do Plano Geral de Metas de Competição (PGMC), aprovado pela Resolução nº 600, de 2012. Alterações ou atualizações posteriores das listagens são mantidas no sítio eletrônico da ANATEL, em link correspondente ao PGMC.]

Anexo

- ✓ Os atos 6.617, 6.619, 6.620 e 6.622 do Conselho Diretor da ANATEL foram os primeiros a designar os grupos detentores de Poder de Mercado Significativo (PMS) no esteio do Plano Geral de Metas de Competição (PGMC), aprovado pela Resolução nº 600, de 2012. Alterações ou atualizações posteriores das listagens são mantidas no sítio eletrônico da ANATEL, em link correspondente ao PGMC.

Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 6.622, de 8 de novembro de 2012

- Designa os Grupos detentores de PMS no Mercado Relevante de Roaming Nacional nas Áreas de Registro (AR) [Comentário: Os atos 6.617, 6.619, 6.620 e 6.622 do Conselho Diretor da ANATEL foram os primeiros a designar os grupos detentores de Poder de Mercado Significativo (PMS) no esteio do Plano Geral de Metas de Competição (PGMC), aprovado pela Resolução nº 600, de 2012. Alterações ou atualizações posteriores das listagens são mantidas no sítio eletrônico da ANATEL, em link correspondente ao PGMC.]

Anexo

- ✓ Os atos 6.617, 6.619, 6.620 e 6.622 do Conselho Diretor da ANATEL foram os primeiros a designar os grupos detentores de Poder de Mercado Significativo (PMS) no esteio do Plano Geral de Metas de Competição (PGMC), aprovado pela Resolução nº 600, de 2012. Alterações ou atualizações posteriores das listagens são mantidas no sítio eletrônico da ANATEL, em link correspondente ao PGMC.

Quanto ao Gênero

TV por Assinatura



Normatização

Resolução da ANATEL nº 581, de 26 de março de 2012 - Aprova o Regulamento do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC) bem como a prestação do Serviço de TV a Cabo (TVC), do Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal (MMDS), do Serviço de Distribuição de Sinais de Televisão e de Áudio por Assinatura via Satélite (DTH) e do Serviço Especial de Televisão por Assinatura (TVA)

Anexo

Serviço de Radiodifusão

Serviço de Comunicação de Massa ou Eletrônica de Massa



Normatização

Lei nº 12.735, de 30 de novembro de 2012 - Altera o Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, o Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 - Código Penal Militar, e a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para tipificar condutas realizadas mediante uso de sistema eletrônico, digital ou similares, que sejam praticadas contra sistemas informatizados e similares; e dá outras providências.

Serviços no Setor de Telecomunicações

Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC)



Normatização

Resolução da ANATEL nº 579, de 29 de fevereiro de 2012 - Aprova alteração do Anexo I do Regulamento de Tarifação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral - STFC Prestado no Regime Público, aprovado pela Resolução nº 424, de 6 de dezembro de 2005 e do Plano Geral de Códigos Nacionais - PGCN, Anexo II à Resolução nº 263, de 8 de junho de 2001, para mudar o Município de Saubara, no Estado da Bahia, da Área de Tarifação 752 (Feira de Santana) para a Área de Tarifação 712 (Salvador) e do Código Nacional 75 para o Código Nacional 71.

Anexo 2

Resolução da ANATEL nº 580, de 19 de março de 2012 - Aprova alteração do Anexo I do Regulamento de Tarifação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral - STFC Prestado no Regime Público, aprovado pela Resolução nº 424, de 6 de dezembro de 2005 e do Plano Geral de Códigos Nacionais - PGCN, Anexo II à Resolução nº 263, de 8 de junho de

2001, para mudar o Município de Vila Boa, no Estado de Goiás, da Área de Tarifação 612D (Cavalcante) para a Área de Tarifação 612B (Formosa) e do Código Nacional 62 para o Código Nacional 61.

Anexo 1

Anexo 2

Resolução da ANATEL nº 587, de 25 de abril de 2012 - Altera os Anexos I e II do Regulamento sobre Áreas Locais para o Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral – STFC.

Anexo 1

Anexo 2

Anexo 3

Anexo 4

Anexo 5

Anexo 6

Anexo 7

Anexo 8

Resolução da ANATEL nº 588, de 7 de maio de 2012 - Aprova o Regulamento de Remuneração pelo Uso de Redes de Prestadoras do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC.

Anexo

Resolução da ANATEL nº 598, de 23 de outubro de 2012 - Aprova o Regulamento de Obrigações de Universalização e dá outras providências.

Anexo



Atos

Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 2.295, de 23 de abril de 2012 - Declara conveniente e autoriza a abertura de procedimento licitatório para expedição de autorizações de uso de radiofrequências na subfaixa 2500 MHz a 2690 MHz e/ou na subfaixa de 451 MHz a 458 MHz e de 461 MHz a 468 MHz associadas ao SCM, STFC e SMP.

Serviço Móvel Pessoal (SMP)



Normatização

Lei nº 12.663, de 5 de junho de 2012 - Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações FIFA 2013, à Copa do Mundo FIFA 2014 e à Jornada Mundial da Juventude - 2013, que serão realizadas no Brasil; altera as Leis nos 6.815, de 19 de agosto de 1980, e 10.671, de 15 de maio de 2003; e estabelece concessão de prêmio e de auxílio especial mensal aos jogadores das seleções campeãs do mundo em 1958, 1962 e 1970.

Lei nº 12.735, de 30 de novembro de 2012 - Altera o Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, o Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 - Código Penal Militar, e a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para tipificar condutas realizadas mediante uso de sistema eletrônico, digital ou similares, que sejam praticadas contra sistemas informatizados e similares; e dá outras providências.

Resolução da ANATEL nº 604, de 27 de novembro de 2012 - Aprova alteração no Regulamento do Serviço Móvel Pessoal - SMP, aprovado pela Resolução nº 477, de 7 de agosto de 2007, alterado pela Resolução nº 491, de 12 de fevereiro de 2008, pela Resolução nº 509, de 14 de agosto de 2008, pela Resolução nº 564, de 20 de abril de 2011, pela Resolução nº 567, de 24 de maio de 2011, e pela Resolução nº 575, de 28 de outubro de 2011.

Anexo



Atos



Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 2.295, de 23 de abril de 2012 - Declara conveniente e autoriza a abertura de procedimento licitatório para expedição de autorizações de uso de radiofrequências na subfaixa 2500 MHz a 2690 MHz e/ou na subfaixa de 451 MHz a 458 MHz e de 461 MHz a 468 MHz associadas ao SCM, STFC e SMP.

Súmula da ANATEL nº 13, de 31 de outubro de 2012 - Estão incluídas na base de cálculo do valor devido a título de renovação do direito de uso de radiofrequências previsto nos Termos de Autorização para a prestação do Serviço Móvel Pessoal (SMP), dentre outras, as receitas de interconexão, de facilidades ou comodidades adicionais, e as receitas operacionais inerentes à prestação do SMP.

Serviço de Comunicação Multimídia (SCM)



Normatização

Lei nº 12.663, de 5 de junho de 2012 - Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações FIFA 2013, à Copa do Mundo FIFA 2014 e à Jornada Mundial da Juventude - 2013, que serão realizadas no Brasil; altera as Leis nos 6.815, de 19 de agosto de 1980, e 10.671, de 15 de maio de 2003; e estabelece concessão de prêmio e de auxílio especial mensal aos jogadores das seleções campeãs do mundo em 1958, 1962 e 1970.

Lei nº 12.735, de 30 de novembro de 2012 - Altera o Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, o Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 - Código Penal Militar, e a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para tipificar condutas realizadas mediante uso de sistema eletrônico, digital ou similares, que sejam praticadas contra sistemas informatizados e similares; e dá outras providências.

Lei nº 12.737, de 30 de novembro de 2012 - Dispõe sobre a tipificação criminal de delitos informáticos; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; e dá outras providências.



Atos

Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 2.295, de 23 de abril de 2012 - Declara conveniente e autoriza a abertura de procedimento licitatório para expedição de autorizações de uso de radiofrequências na subfaixa 2500 MHz a 2690 MHz e/ou na subfaixa de 451 MHz a 458 MHz e de 461 MHz a 468 MHz associadas ao SCM, STFC e SMP.

Internet



Normatização

Lei nº 12.663, de 5 de junho de 2012 - Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações FIFA 2013, à Copa do Mundo FIFA 2014 e à Jornada Mundial da Juventude - 2013, que serão realizadas no Brasil; altera as Leis nos 6.815, de 19 de agosto de 1980, e 10.671, de 15 de maio de 2003; e estabelece concessão de prêmio e de auxílio especial mensal aos jogadores das seleções campeãs do mundo em 1958, 1962 e 1970.

Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012 - Altera a alíquota das contribuições previdenciárias sobre a folha de salários devidas pelas empresas que especifica; institui o Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores, o Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações, o Regime Especial de Incentivo a Computadores para Uso Educacional, o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência; restabelece o Programa Um Computador por Aluno; altera o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores, instituído pela Lei no 11.484, de 31 de maio de 2007; altera as Leis nos 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 11.033, de 21 de dezembro de 2004, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 10.865, de 30 de abril de 2004, 11.774, de 17 de setembro de 2008, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, 11.484, de 31 de maio de 2007, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 10.406, de 10 de janeiro de 2002, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 12.431, de 24 de junho de 2011, 12.414, de 9 de junho de 2011, 8.666, de 21 de junho de 1993, 10.925, de 23 de julho de 2004, os Decretos-Leis nos 1.455, de 7 de abril de 1976, 1.593, de 21 de dezembro de 1977, e a Medida Provisória no 2.199-14, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

Lei nº 12.735, de 30 de novembro de 2012 - Altera o Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, o Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 - Código Penal Militar, e a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para tipificar condutas realizadas mediante uso de sistema eletrônico,

digital ou similares, que sejam praticadas contra sistemas informatizados e similares; e dá outras providências.

Lei nº 12.737, de 30 de novembro de 2012 - Dispõe sobre a tipificação criminal de delitos informáticos; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; e dá outras providências.

Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012 - Altera a alíquota das contribuições previdenciárias sobre a folha de salários devidas pelas empresas que especifica, institui o Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores, o Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações, o Regime Especial de Incentivo a Computadores para Uso Educacional, o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica, o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência, restabelece o Programa Um Computador por Aluno, altera o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores, instituído pela Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007, e dá outras providências.

Decreto nº 7.750, de 8 de junho de 2012 - Regulamenta o Programa Um Computador por Aluno - PROUCA e o Regime Especial de Incentivo a Computadores para Uso Educacional - REICOMP.

Anexo - Processo Produtivo Básico (PPB) para Máquina Automática para Processamento de Dados Digital Portátil, destinada à utilização do Programa Um Computador por Aluno – PROUCA.

Portaria nº 359, de 02 de agosto de 2012 - Institui o Programa Redes Digitais da Cidadania.

TV a Cabo



Normatização

Lei nº 12.663, de 5 de junho de 2012 - Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações FIFA 2013, à Copa do Mundo FIFA 2014 e à Jornada Mundial da Juventude - 2013, que serão realizadas no Brasil; altera as Leis nos 6.815, de 19 de agosto de 1980, e 10.671, de 15 de maio de 2003; e estabelece concessão de prêmio e de auxílio especial mensal aos jogadores das seleções campeãs do mundo em 1958, 1962 e 1970.

Resolução da ANATEL nº 581, de 26 de março de 2012 - Aprova o Regulamento do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC) bem como a prestação do Serviço de TV a Cabo (TVC), do Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal (MMDS), do Serviço de Distribuição de Sinais de Televisão e de Áudio por Assinatura via Satélite (DTH) e do Serviço Especial de Televisão por Assinatura (TVA)

Anexo

TVA (Serviço Especial de TV por Assinatura)



Normatização

Resolução da ANATEL nº 581, de 26 de março de 2012 - Aprova o Regulamento do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC) bem como a prestação do Serviço de TV a Cabo (TVC), do Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal (MMDS), do Serviço de Distribuição de Sinais de Televisão e de Áudio por Assinatura via Satélite (DTH) e do Serviço Especial de Televisão por Assinatura (TVA)

Anexo

DTH (Direct to Home - Serviço de Distribuição de Sinais de Televisão e de Áudio por Assinatura Via Satélite)



Normatização

Lei nº 12.663, de 5 de junho de 2012 - Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações FIFA 2013, à Copa do Mundo FIFA 2014 e à Jornada Mundial da Juventude - 2013, que serão realizadas no Brasil; altera as Leis nos 6.815, de 19 de agosto de 1980, e 10.671, de 15 de maio de 2003; e estabelece concessão de prêmio e de auxílio especial mensal aos jogadores das seleções campeãs do mundo em 1958, 1962 e 1970.

Resolução da ANATEL nº 581, de 26 de março de 2012 - Aprova o Regulamento do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC) bem como a prestação do Serviço de TV a Cabo (TVC), do Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal (MMDS), do Serviço de Distribuição de Sinais de Televisão e de Áudio por Assinatura via Satélite (DTH) e do Serviço Especial de Televisão por Assinatura (TVA)

Anexo

MMDS (Multichannel Multipoint Distribution Service - Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal)



Normatização

Lei nº 12.663, de 5 de junho de 2012 - Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações FIFA 2013, à Copa do Mundo FIFA 2014 e à Jornada Mundial da Juventude - 2013, que serão realizadas no Brasil; altera as Leis nos 6.815, de 19 de agosto de 1980, e 10.671, de 15 de maio de 2003; e estabelece concessão de prêmio e de auxílio especial mensal aos jogadores das seleções campeãs do mundo em 1958, 1962 e 1970.

Resolução da ANATEL nº 581, de 26 de março de 2012 - Aprova o Regulamento do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC) bem como a prestação do Serviço de TV a Cabo (TVC), do Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal (MMDS), do Serviço de Distribuição de Sinais de

Televisão e de Áudio por Assinatura via Satélite (DTH) e do Serviço Especial de Televisão por Assinatura (TVA)

Anexo

Radiodifusão

Competência da Presidência da República para outorgar, por meio de concessão, a exploração dos serviços de radiodifusão de sons e imagens, e do Ministério das Comunicações para outorgar, por meio de concessão, permissão ou autorização, a exploração dos serviços de radiodifusão sonora.



Normatização

Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012 - Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2012 a 2015.

Lei nº 12.603, de 3 de abril de 2012 - Altera o inciso I do § 4º do art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para beneficiar a educação a distância com a redução de custos em meios de comunicação que sejam explorados mediante autorização, concessão ou permissão do Poder Público.

Lei nº 12.663, de 5 de junho de 2012 - Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações FIFA 2013, à Copa do Mundo FIFA 2014 e à Jornada Mundial da Juventude - 2013, que serão realizadas no Brasil; altera as Leis nos 6.815, de 19 de agosto de 1980, e 10.671, de 15 de maio de 2003; e estabelece concessão de prêmio e de auxílio especial mensal aos jogadores das seleções campeãs do mundo em 1958, 1962 e 1970.

Decreto nº 7.670, de 16 de janeiro de 2012 - Altera dispositivos do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e dos Decretos nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e nº 5.820, de 29 de junho de 2006.

- ✓ Competência da Presidência da República para outorgar, por meio de concessão, a exploração dos serviços de radiodifusão de sons e imagens, e do Ministério das Comunicações para outorgar, por meio de concessão, permissão ou autorização, a exploração dos serviços de radiodifusão sonora.

Decreto nº 7.776, de 24 de julho de 2012 - Altera o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto no 52.795, de 31 de outubro de 1963, e o Regulamento do Serviço de Retransmissão de Televisão e do Serviço de Repetição de Televisão, anclares ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, aprovado pelo Decreto 5.371, de 17 de fevereiro de 2005.

Decreto nº 7.791, de 17 de agosto de 2012 - Regulamenta a compensação fiscal na apuração do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ pela

divulgação gratuita da propaganda partidária e eleitoral, de plebiscitos e referendos.

Portaria MC nº 86, de 15 de fevereiro de 2012 - Disciplina o funcionamento em caráter provisório de entidades prestadoras de Serviços de Radiodifusão.

Portaria MC nº 329, de 4 de julho de 2012 - Dispõe sobre o procedimento de renovação de outorgas de concessões, permissões e autorizações dos serviços de radiodifusão.

Anexo 1 - Documentos Necessários à Instrução dos Processos de Renovação de Outorgas de Concessões, Permissões e Autorizações para a Execução de Serviços de Radiodifusão, deferidas a Pessoas Jurídicas de Direito Público Interno, em original ou cópia autenticada.

Anexo II - Documentos Necessários à Instrução dos Processos de Renovação de Outorgas de Concessões e Permissões para a Execução de Serviços de Radiodifusão Comerciais, deferidas a Pessoas Jurídicas de Natureza Privada, em original ou cópia autenticada.

Anexo 3 - Documentos Necessários à Instrução dos Processos de Renovação de Outorgas de Concessões e Permissões para a Execução de Serviços de Radiodifusão Exclusivamente Educativos, deferidas a Pessoas Jurídicas de Natureza Privada, em original ou cópia autenticada

Portaria MC nº 354, de 11 de julho de 2012 - Regulamenta a padronização do volume do áudio nos intervalos comerciais da programação dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens nos termos da Lei nº 10.222, de 9 de maio de 2001.

Portaria MC nº 355, de 12 de julho de 2012 - Dispõe sobre procedimentos para outorga dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens com fins exclusivamente educativos.

Anexo 1 - Documentos Necessários para Habilitação de Pessoas Jurídicas de Direito Público Interno, em original ou cópia autenticada.

Anexo 2 - Documentos Necessários para Habilitação de Instituições de Educação Superior criadas e mantidas pela iniciativa privada, com sede no Brasil e credenciadas pelo Ministério da Educação, na forma do art. 12 do Decreto nº 5.773, de 2006, e de fundações de direito privado a que se refere o inciso III do art. 44 da Lei 10.406, de 2002, cujos estatutos não contrariem o Código Brasileiro de Telecomunicações e legislação correlata, em original ou cópia autenticada.

Anexo 3 - Modelo de Proposta

Anexo 4 - Modelo de Declaração de Quantitativo de Alunos

Anexo 5 - Modelo de Requerimento para Assentimento Prévio

Portaria MC nº 358, de 17 de julho de 2012 - Altera texto da Norma nº 01/2010 - Norma técnica para execução dos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão com utilização de tecnologia digital.

Portaria MC nº 365, de 14 de agosto de 2012 - Cria o Conselho Consultivo da Rádio Digital.

Portaria MC nº 366, de 14 de agosto de 2012 - Dispõe sobre os procedimentos de autorização para a execução dos serviços de retransmissão e repetição de televisão.

Anexo 1 - Manifestação Formal de Interesse

Anexo 2 - Modelo de Requerimento

Anexo 3 - Documentos Necessários para Habilitação de Pessoas Jurídicas de Direito Público Interno (Estados, Distrito Federal e Municípios)

Anexo 4 - Documentos Necessários para Habilitação de Pessoas Jurídicas Integrantes da Administração Indireta Federal, Estadual, Distrital e Municipal.

Anexo 5 - Documentos Necessários para Habilitação de Concessionárias do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens Interessadas na Execução do Serviço de RTV para Retransmitir seus Próprios Sinais

- Documentos Necessários para Habilitação de Demais Pessoas Jurídicas

Anexo 7 - Documentos Necessários para Habilitação de Interessados na Execução do Serviço de RpTV

Anexo 8 - Declaração de Concordância

Resolução da ANATEL nº 583, de 27 de março de 2012 - Altera o Regulamento Técnico para Prestação do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens e de Retransmissão de Televisão.

Anexo

Resolução da ANATEL nº 594, de 11 de julho de 2012 - Aprovação do Plano Básico de Distribuição de Canais de Radiodifusão Sonora em Onda Curta - PBOC, faixas de 49m, 31m, 25m, 19m e 16m.

Anexo 2

Anexo 4

Anexo 5

Resolução da ANATEL nº 596, de 06 de agosto de 2012 - Aprova o Regulamento de Fiscalização.

Anexo

Radiodifusão Comunitária



Normatização

Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012 - Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2012 a 2015.

Serviço Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos (SARC)



Normatização

Resolução da ANATEL nº 584, de 27 de março de 2012 - Alteração do Regulamento sobre Canalização e Condições de Uso de Radiofrequências para os serviços Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos - SARC, de Repetição de Televisão - RpTV e de Televisão em Circuito Fechado com Utilização de Radioenlace - CFTV, e dá outras providências.

Anexo

Serviço Especial de Repetição de Televisão (RpTV)



Normatização

Resolução da ANATEL nº 584, de 27 de março de 2012 - Alteração do Regulamento sobre Canalização e Condições de Uso de Radiofrequências para os serviços Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos - SARC, de Repetição de Televisão - RpTV e de Televisão em Circuito Fechado com Utilização de Radioenlace - CFTV, e dá outras providências.

Anexo

Serviço Especial de Circuito Fechado de Televisão com Utilização de Radioenlace (CFTV)



Normatização

Resolução da ANATEL nº 584, de 27 de março de 2012 - Alteração do Regulamento sobre Canalização e Condições de Uso de Radiofrequências para os serviços Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos - SARC, de Repetição de Televisão - RpTV e de Televisão em Circuito Fechado com Utilização de Radioenlace - CFTV, e dá outras providências.

Anexo

Televisão Aberta

TV Digital



Normatização

Portaria MC nº 482, de 6 de dezembro de 2012 - Cria o Programa de Estímulo ao Desenvolvimento do Padrão Nacional de Interatividade da Televisão Digital Brasileira - Gínga Brasil.

Portaria MC nº 486, de 18 de dezembro de 2012 - Altera a Norma nº 01/2010 – Norma Técnica para Execução dos Serviços de Radiodifusão de Sons e

Imagens e de Retransmissão de Televisão com utilização de tecnologia digital, aprovada pela Portaria MC nº 276, de 26 de março de 2010.

Portaria MC nº 489, de 18 de dezembro de 2012 - Aprova a Norma Regulamentar do Canal da Cidadania.

Anexo - Norma Regulamentar do Canal da Cidadania

Portaria MC nº 513, de 27 de dezembro de 2012 - Altera a Norma nº 01/2010 – Norma Técnica para Execução dos Serviços de Radiodifusão de Sons e Imagens e de Retransmissão de Televisão com utilização de tecnologia digital, aprovada pela Portaria MC nº 276, de 26 de março de 2010.

Serviço de Rede de Transporte de Telecomunicações (SRTT)

Serviço por Linha Dedicada



Normatização

Resolução da ANATEL nº 590, de 15 de maio de 2012 - Aprova o Regulamento de Exploração Industrial de Linha Dedicada – EILD.



Atos

Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 2.716, de 15 de maio de 2012 - Estabelece os Valores de Referência de EILD Padrão para Grupo detentor de PMS na oferta de EILD.

Serviço Móvel Global por Satélite (SMGS)



Normatização

Resolução da ANATEL nº 593, de 27 de junho de 2012 - Aprova a Norma para o Licenciamento de Estações Terrenas.

Anexo

Serviço Fixo por Satélite



Normatização

Resolução da ANATEL nº 593, de 27 de junho de 2012 - Aprova a Norma para o Licenciamento de Estações Terrenas.

Anexo

Resolução da ANATEL nº 599, de 30 de outubro de 2012 - Aprova a Norma das Condições de Operação de Satélites Geoestacionários em Banda Ka com Cobertura sobre o Território Brasileiro.

Serviço de Acesso Condicionado



Normatização

Lei nº 12.663, de 5 de junho de 2012 - Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações FIFA 2013, à Copa do Mundo FIFA 2014 e à Jornada Mundial da Juventude - 2013, que serão realizadas no Brasil; altera as Leis nos 6.815, de 19 de agosto de 1980, e 10.671, de 15 de maio de 2003; e estabelece concessão de prêmio e de auxílio especial mensal aos jogadores das seleções campeãs do mundo em 1958, 1962 e 1970.

Lei nº 12.735, de 30 de novembro de 2012 - Altera o Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, o Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 - Código Penal Militar, e a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para tipificar condutas realizadas mediante uso de sistema eletrônico, digital ou similares, que sejam praticadas contra sistemas informatizados e similares; e dá outras providências.

Serviço de Radiodifusão por Satélite



Normatização

Resolução da ANATEL nº 593, de 27 de junho de 2012 - Aprova a Norma para o Licenciamento de Estações Terrenas.

Anexo

Serviço de Telecomunicações Aeronáuticas

Serviço Móvel Aeronáutico



Normatização

Lei nº 12.648, de 17 de maio de 2012 - Altera dispositivos das Leis nos 7.920, de 12 de dezembro de 1989, 8.399, de 7 de janeiro de 1992, 9.825, de 23 de agosto de 1999, 12.462, de 5 de agosto de 2011, 6.009, de 26 de dezembro de 1973, e 5.862, de 12 de dezembro de 1972; revoga o Decreto-Lei nº 1.896, de 17 de dezembro de 1981; e dá outras providências.

- ✓ O Serviço Móvel Aeronáutico (SMA) consiste em uma das atividades de telecomunicações aeronáuticas destinado à comunicação entre controladores de tráfego e pilotos, ao lado do Serviço Fixo Aeronáutico (SFA), destinado à comunicação entre os diferentes órgãos de controle de tráfego aéreo, e da Rede Internacional Fixa de Telecomunicações Aeronáuticas (AFTN - *Aeronautical Fixed Telecommunications Network*). A regulação de tais atividades é dividida entre a Agência Nacional de Telecomunicações e o Comando da Aeronáutica. A Lei 12.648/2012, produto da conversão da Medida Provisória nº 551, de 22 de novembro de 2012, mediante alteração do art.8º da Lei 6.009, de 26 de dezembro de 1973, instituiu três tipos tarifários expressos pertinentes as telecomunicações na navegação aérea e de competência do Comando da Aeronáutica, quais sejam: a Tarifa de Uso das Comunicações e dos Auxílios

à Navegação Aérea em Rota; a Tarifa de Uso das Comunicações e dos Auxílios-Rádio à Navegação Aérea em Área de Controle de Aproximação; e a Tarifa de Uso das Comunicações e dos Auxílios-Rádio à Navegação Aérea em Área de Controle de Controle de Aeródromo.

Ramos Jurídicos Afins

Direito do Consumidor



Direito do Consumidor

O art.3º do Regulamento de Aplicação de Sanções Administrativas prevê que as sanções nele dispostas são aplicáveis sem prejuízo das medidas previstas na legislação consumerista e das sanções de natureza civil e penal, inclusive a prevista pelo art.183 da Lei nº 9.472/1997.



Normatização

Resolução da ANATEL nº 579, de 29 de fevereiro de 2012 - Aprova alteração do Anexo I do Regulamento de Tarifação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral - STFC Prestado no Regime Público, aprovado pela Resolução nº 424, de 6 de dezembro de 2005 e do Plano Geral de Códigos Nacionais - PGCN, Anexo II à Resolução nº 263, de 8 de junho de 2001, para mudar o Município de Saubara, no Estado da Bahia, da Área de Tarifação 752 (Feira de Santana) para a Área de Tarifação 712 (Salvador) e do Código Nacional 75 para o Código Nacional 71.

Anexo 2

Resolução da ANATEL nº 580, de 19 de março de 2012 - Aprova alteração do Anexo I do Regulamento de Tarifação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral - STFC Prestado no Regime Público, aprovado pela Resolução nº 424, de 6 de dezembro de 2005 e do Plano Geral de Códigos Nacionais - PGCN, Anexo II à Resolução nº 263, de 8 de junho de 2001, para mudar o Município de Vila Boa, no Estado de Goiás, da Área de Tarifação 612D (Cavalcante) para a Área de Tarifação 612B (Formosa) e do Código Nacional 62 para o Código Nacional 61.

Anexo 1

Anexo 2

Resolução da ANATEL nº 589, de 7 de maio de 2012 - Aprova o Regulamento de Aplicação de Sanções Administrativas.

Anexo

- ✓ O art.3º do Regulamento de Aplicação de Sanções Administrativas prevê que as sanções nele dispostas são aplicáveis sem prejuízo das medidas previstas na legislação consumerista e das sanções de natureza civil e penal, inclusive a prevista pelo art.183 da Lei nº 9.472/1997.

Resolução da ANATEL nº 604, de 27 de novembro de 2012 - Aprova alteração no Regulamento do Serviço Móvel Pessoal - SMP, aprovado pela

Resolução nº 477, de 7 de agosto de 2007, alterado pela Resolução nº 491, de 12 de fevereiro de 2008, pela Resolução nº 509, de 14 de agosto de 2008, pela Resolução nº 564, de 20 de abril de 2011, pela Resolução nº 567, de 24 de maio de 2011, e pela Resolução nº 575, de 28 de outubro de 2011.

Anexo

Direito da Concorrência



Normatização

Resolução da ANATEL nº 590, de 15 de maio de 2012 - Aprova o Regulamento de Exploração Industrial de Linha Dedicada – EILD.

Resolução da ANATEL nº 600, de 8 de novembro de 2012 - Aprova o Plano Geral de Metas de Competição (PGMC).

Anexo



Atos

Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 2.716, de 15 de maio de 2012 - Estabelece os Valores de Referência de EILD Padrão para Grupo detentor de PMS na oferta de EILD.

Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 6.617, de 8 de novembro de 2012

- Designa os Grupos detentores de PMS no Mercado de Oferta de Infraestrutura de Rede Fixa de Acesso para Transmissão de Dados por Meio de Par de Cobre ou Cabo Coaxial em Taxas de Transmissão Iguais ou Inferiores a 10 Mbps nos Municípios, e dá outras providências [Comentário: Os atos 6.617, 6.619, 6.620 e 6.622 do Conselho Diretor da ANATEL foram os primeiros a designar os grupos detentores de Poder de Mercado Significativo (PMS) no esteio do Plano Geral de Metas de Competição (PGMC), aprovado pela Resolução nº 600, de 2012. [Alterações ou atualizações posteriores das listagens são mantidas no sítio eletrônico da ANATEL, em link correspondente ao PGMC.]

Anexo

- ✓ Os atos 6.617, 6.619, 6.620 e 6.622 do Conselho Diretor da ANATEL foram os primeiros a designar os grupos detentores de Poder de Mercado Significativo (PMS) no esteio do Plano Geral de Metas de Competição (PGMC), aprovado pela Resolução nº 600, de 2012. Alterações ou atualizações posteriores das listagens são mantidas no sítio eletrônico da ANATEL, em link correspondente ao PGMC.

Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 6.619, de 8 de novembro de 2012

- Designa os Grupos detentores de PMS no Mercado Relevante de Oferta Atacadista de Infraestrutura de Rede Fixa de Transporte Local e de Longa Distância para Transmissão de Dados em Taxas de Transmissão Iguais ou Inferiores a 34 Mbps nos Municípios, e dá outras providências [Comentário: Os atos 6.617, 6.619, 6.620 e 6.622 do Conselho Diretor da ANATEL foram os primeiros a designar os grupos detentores de Poder de Mercado Significativo

(PMS) no esteio do Plano Geral de Metas de Competição (PGMC), aprovado pela Resolução nº 600, de 2012. Alterações ou atualizações posteriores das listagens são mantidas no sítio eletrônico da ANATEL, em link correspondente ao PGMC.]

Anexo

- ✓ Os atos 6.617, 6.619, 6.620 e 6.622 do Conselho Diretor da ANATEL foram os primeiros a designar os grupos detentores de Poder de Mercado Significativo (PMS) no esteio do Plano Geral de Metas de Competição (PGMC), aprovado pela Resolução nº 600, de 2012. Alterações ou atualizações posteriores das listagens são mantidas no sítio eletrônico da ANATEL, em link correspondente ao PGMC.

Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 6.620, de 8 de novembro de 2012

- Designa os Grupos detentores de PMS no Mercado de Infraestrutura Passiva para redes de transporte e acesso [Comentário: Os atos 6.617, 6.619, 6.620 e 6.622 do Conselho Diretor da ANATEL foram os primeiros a designar os grupos detentores de Poder de Mercado Significativo (PMS) no esteio do Plano Geral de Metas de Competição (PGMC), aprovado pela Resolução nº 600, de 2012. Alterações ou atualizações posteriores das listagens são mantidas no sítio eletrônico da ANATEL, em link correspondente ao PGMC.]

Anexo

- ✓ Os atos 6.617, 6.619, 6.620 e 6.622 do Conselho Diretor da ANATEL foram os primeiros a designar os grupos detentores de Poder de Mercado Significativo (PMS) no esteio do Plano Geral de Metas de Competição (PGMC), aprovado pela Resolução nº 600, de 2012. Alterações ou atualizações posteriores das listagens são mantidas no sítio eletrônico da ANATEL, em link correspondente ao PGMC.

Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 6.621, de 8 de novembro de 2012

- Designa os Grupos detentores de PMS no Mercado de Terminação de Chamadas em Redes Móveis nas Regiões do Plano Geral de Autorizações – PGA [Comentário: Os atos 6.617, 6.619, 6.620 e 6.622 do Conselho Diretor da ANATEL foram os primeiros a designar os grupos detentores de Poder de Mercado Significativo (PMS) no esteio do Plano Geral de Metas de Competição (PGMC), aprovado pela Resolução nº 600, de 2012. Alterações ou atualizações posteriores das listagens são mantidas no sítio eletrônico da ANATEL, em link correspondente ao PGMC.]

Anexo

- ✓ Os atos 6.617, 6.619, 6.620 e 6.622 do Conselho Diretor da ANATEL foram os primeiros a designar os grupos detentores de Poder de Mercado Significativo (PMS) no esteio do Plano Geral de Metas de Competição (PGMC), aprovado pela Resolução nº 600, de 2012. Alterações ou atualizações posteriores das listagens são mantidas no sítio eletrônico da ANATEL, em link correspondente ao PGMC.

Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 6.622, de 8 de novembro de 2012

- Designa os Grupos detentores de PMS no Mercado Relevante de Roaming Nacional nas Áreas de Registro (AR) [Comentário: Os atos 6.617, 6.619, 6.620

e 6.622 do Conselho Diretor da ANATEL foram os primeiros a designar os grupos detentores de Poder de Mercado Significativo (PMS) no esteio do Plano Geral de Metas de Competição (PGMC), aprovado pela Resolução nº 600, de 2012. Alterações ou atualizações posteriores das listagens são mantidas no sítio eletrônico da ANATEL, em link correspondente ao PGMC.]

Anexo

- ✓ Os atos 6.617, 6.619, 6.620 e 6.622 do Conselho Diretor da ANATEL foram os primeiros a designar os grupos detentores de Poder de Mercado Significativo (PMS) no esteio do Plano Geral de Metas de Competição (PGMC), aprovado pela Resolução nº 600, de 2012. Alterações ou atualizações posteriores das listagens são mantidas no sítio eletrônico da ANATEL, em link correspondente ao PGMC.

Direito Aeroespacial



Normatização

Resolução da ANATEL nº 599, de 30 de outubro de 2012 - Aprova a Norma das Condições de Operação de Satélites Geoestacionários em Banda Ka com Cobertura sobre o Território Brasileiro.

Direito Penal



Direito Penal

O art.3º do Regulamento de Aplicação de Sanções Administrativas prevê que as sanções nele dispostas são aplicáveis sem prejuízo das medidas previstas na legislação consumerista e das sanções de natureza civil e penal, inclusive a prevista pelo art.183 da Lei nº 9.472/1997.



Normatização

Lei nº 12.735, de 30 de novembro de 2012 - Altera o Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, o Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 - Código Penal Militar, e a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para tipificar condutas realizadas mediante uso de sistema eletrônico, digital ou similares, que sejam praticadas contra sistemas informatizados e similares; e dá outras providências.

Lei nº 12.737, de 30 de novembro de 2012 - Dispõe sobre a tipificação criminal de delitos informáticos; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; e dá outras providências.

Resolução da ANATEL nº 589, de 7 de maio de 2012 - Aprova o Regulamento de Aplicação de Sanções Administrativas.

Anexo

- ✓ O art.3º do Regulamento de Aplicação de Sanções Administrativas prevê que as sanções nele dispostas são aplicáveis sem prejuízo das medidas previstas na

legislação consumerista e das sanções de natureza civil e penal, inclusive a prevista pelo art.183 da Lei nº 9.472/1997.

Aplicações de Telecomunicações

Aplicações Educacionais



Normatização

Lei nº 12.603, de 3 de abril de 2012 - Altera o inciso I do § 4º do art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para beneficiar a educação a distância com a redução de custos em meios de comunicação que sejam explorados mediante autorização, concessão ou permissão do Poder Público.

Portaria MC nº 355, de 12 de julho de 2012 - Dispõe sobre procedimentos para outorga dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens com fins exclusivamente educativos.

Anexo 1 - Documentos Necessários para Habilitação de Pessoas Jurídicas de Direito Público Interno, em original ou cópia autenticada.

Anexo 2 - Documentos Necessários para Habilitação de Instituições de Educação Superior criadas e mantidas pela iniciativa privada, com sede no Brasil e credenciadas pelo Ministério da Educação, na forma do art. 12 do Decreto nº 5.773, de 2006, e de fundações de direito privado a que se refere o inciso III do art. 44 da Lei 10.406, de 2002, cujos estatutos não contrariem o Código Brasileiro de Telecomunicações e legislação correlata, em original ou cópia autenticada.

Anexo 3 - Modelo de Proposta

Anexo 4 - Modelo de Declaração de Quantitativo de Alunos

Anexo 5 - Modelo de Requerimento para Assentimento Prévio

Portaria MC nº 489, de 18 de dezembro de 2012 - Aprova a Norma Regulamentar do Canal da Cidadania.

Anexo - Norma Regulamentar do Canal da Cidadania

Internet



Normatização

Lei nº 12.663, de 5 de junho de 2012 - Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações FIFA 2013, à Copa do Mundo FIFA 2014 e à Jornada Mundial da Juventude - 2013, que serão realizadas no Brasil; altera as Leis nos 6.815, de 19 de agosto de 1980, e 10.671, de 15 de maio de 2003; e estabelece concessão de prêmio e de auxílio especial mensal aos jogadores das seleções campeãs do mundo em 1958, 1962 e 1970.

Lei nº 12.735, de 30 de novembro de 2012 - Altera o Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, o Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de

outubro de 1969 - Código Penal Militar, e a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para tipificar condutas realizadas mediante uso de sistema eletrônico, digital ou similares, que sejam praticadas contra sistemas informatizados e similares; e dá outras providências.

Lei nº 12.737, de 30 de novembro de 2012 - Dispõe sobre a tipificação criminal de delitos informáticos; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; e dá outras providências.

Portaria nº 359, de 02 de agosto de 2012 - Institui o Programa Redes Digitais da Cidadania.

Acessibilidade



Normatização

Portaria MC nº 312, de 26 de junho de 2012 - Altera texto do item 7.1 da Norma Complementar nº1/2006, estabelecendo valor mínimo de horas para veiculação obrigatória do recurso de legenda oculta para emissoras do serviço de sons e imagens e de retransmissão de televisão.

Acesso a Serviços de Interesse Público e Uso de Radiofrequência por tais Serviços



Normatização

Lei nº 12.737, de 30 de novembro de 2012 - Dispõe sobre a tipificação criminal de delitos informáticos; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; e dá outras providências.

Tráfego Aéreo



Normatização

Lei nº 12.648, de 17 de maio de 2012 - Altera dispositivos das Leis nos 7.920, de 12 de dezembro de 1989, 8.399, de 7 de janeiro de 1992, 9.825, de 23 de agosto de 1999, 12.462, de 5 de agosto de 2011, 6.009, de 26 de dezembro de 1973, e 5.862, de 12 de dezembro de 1972; revoga o Decreto-Lei nº 1.896, de 17 de dezembro de 1981; e dá outras providências.

- ✓ A regulação das telecomunicações aeronáuticas é dividida entre a Agência Nacional de Telecomunicações e o Comando da Aeronáutica. A Lei 12.648/2012, produto da conversão da Medida Provisória nº 551, de 22 de novembro de 2012, mediante alteração do art.8º da Lei 6.009, de 26 de dezembro de 1973, instituiu três tipos tarifários expressos pertinentes as telecomunicações na navegação aérea e de competência do Comando da Aeronáutica, quais sejam: a Tarifa de Uso das Comunicações e dos Auxílios à Navegação Aérea em Rota; a Tarifa de Uso das Comunicações e dos Auxílios-Rádio à Navegação Aérea em Area de Controle de Aproximação; e a Tarifa de Uso das Comunicações e dos Auxílios-Rádio à Navegação Aérea em Area de Controle de Controle de Aeródromo.

Banda Larga



Normatização

Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012 - Altera a alíquota das contribuições previdenciárias sobre a folha de salários devidas pelas empresas que especifica; institui o Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores, o Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações, o Regime Especial de Incentivo a Computadores para Uso Educacional, o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência; restabelece o Programa Um Computador por Aluno; altera o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores, instituído pela Lei no 11.484, de 31 de maio de 2007; altera as Leis nos 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 11.033, de 21 de dezembro de 2004, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 10.865, de 30 de abril de 2004, 11.774, de 17 de setembro de 2008, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, 11.484, de 31 de maio de 2007, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 10.406, de 10 de janeiro de 2002, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 12.431, de 24 de junho de 2011, 12.414, de 9 de junho de 2011, 8.666, de 21 de junho de 1993, 10.925, de 23 de julho de 2004, os Decretos-Leis nos 1.455, de 7 de abril de 1976, 1.593, de 21 de dezembro de 1977, e a Medida Provisória no 2.199-14, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012 - Altera a alíquota das contribuições previdenciárias sobre a folha de salários devidas pelas empresas que especifica, institui o Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores, o Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações, o Regime Especial de Incentivo a Computadores para Uso Educacional, o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica, o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência, restabelece o Programa Um Computador por Aluno, altera o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores, instituído pela Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007, e dá outras providências.

Decreto nº 7.750, de 8 de junho de 2012 - Regulamenta o Programa Um Computador por Aluno - PROUCA e o Regime Especial de Incentivo a Computadores para Uso Educacional - REICOMP.

Anexo - Processo Produtivo Básico (PPB) para Máquina Automática para Processamento de Dados Digital Portátil, destinada à utilização do Programa Um Computador por Aluno – PROUCA.

Portaria MC nº 330, de 5 de julho de 2012 - Estabelece o procedimento de aprovação dos projetos de investimento considerados como prioritários em infraestrutura nos setores de telecomunicações e radiodifusão, para efeito do Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011.

Anexo 1 - Cadastro do Projeto Prioritário

Anexo 2 - Demonstração dos Fluxos de Caixa

Anexo 3 - Quadro Anual de Usos e Fontes do Investimento

Anexo 4 - Quadro de Acompanhamento Anual de Usos e Fontes do Investimento

Anexo 5 - Alterações na Execução dos Investimentos Suportados pela Emissão de Debêntures.

Anexo 6 - Justificativa da Não Emissão de Debêntures

Anexo 7 - Alterações de Pessoas Jurídicas que Integram a SPE

Portaria nº 359, de 02 de agosto de 2012 - Institui o Programa Redes Digitais da Cidadania.

Aeroportos



Normatização

Lei nº 12.648, de 17 de maio de 2012 - Altera dispositivos das Leis nos 7.920, de 12 de dezembro de 1989, 8.399, de 7 de janeiro de 1992, 9.825, de 23 de agosto de 1999, 12.462, de 5 de agosto de 2011, 6.009, de 26 de dezembro de 1973, e 5.862, de 12 de dezembro de 1972; revoga o Decreto-Lei nº 1.896, de 17 de dezembro de 1981; e dá outras providências.

- ✓ A regulação das telecomunicações aeronáuticas é dividida entre a Agência Nacional de Telecomunicações e o Comando da Aeronáutica. A Lei 12.648/2012, produto da conversão da Medida Provisória nº 551, de 22 de novembro de 2012, mediante alteração do art.8º da Lei 6.009, de 26 de dezembro de 1973, instituiu três tipos tarifários expressos pertinentes as telecomunicações na navegação aérea e de competência do Comando da Aeronáutica, quais sejam: a Tarifa de Uso das Comunicações e dos Auxílios à Navegação Aérea em Rota; a Tarifa de Uso das Comunicações e dos Auxílios-Rádio à Navegação Aérea em Área de Controle de Aproximação; e a Tarifa de Uso das Comunicações e dos Auxílios-Rádio à Navegação Aérea em Área de Controle de Controle de Aeródromo.

Atores no Setor de Telecomunicações

ANATEL



Normatização

Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012 - Regulamenta a Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição.

Anexo - Formulário de Grau de Sigilo

Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012 - Regulamenta procedimentos para credenciamento de segurança e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo, e dispõe sobre o Núcleo de Segurança e Credenciamento.

Anexo 1 - Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo – TCMS.

Anexo 2 - Código de Indexação de Documento que Contém Informação Classificada – CIDIC – Categorias

- ✓ A possibilidade de que se publiquem somente os respectivos números, datas de expedição e ementas de atos normativos relativos à informação classificada em qualquer grau de sigilo ou protegida por sigilo judicial ou legal, vem disciplinada no art.20, caput do Decreto 7.845, de 14 de novembro de 2012.

Resolução da ANATEL nº 596, de 06 de agosto de 2012 - Aprova o Regulamento de Fiscalização.

Anexo



Atos

Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 1.133, de 29 de fevereiro de 2012 - Declara nulo o art. 79 do Regimento Interno da Anatel, que dispõe sobre o sigilo de PADO.

Relatório Anual da ANATEL 2011

Relatório da Ouvidoria da ANATEL 2012

Resolução de Gestão do FUST - 2011 - Resolução de Gestão do FUST – 2011

Poder Executivo

Presidência da República



Normatização

Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012 - Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2012 a 2015.

Decreto nº 7.670, de 16 de janeiro de 2012 - Altera dispositivos do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e dos Decretos nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e nº 5.820, de 29 de junho de 2006.

- ✓ Competência da Presidência da República para outorgar, por meio de concessão, a exploração dos serviços de radiodifusão de sons e imagens.

Ministério da Defesa



Normatização

Lei nº 12.648, de 17 de maio de 2012 - Altera dispositivos das Leis nos 7.920, de 12 de dezembro de 1989, 8.399, de 7 de janeiro de 1992, 9.825, de 23 de agosto de 1999, 12.462, de 5 de agosto de 2011, 6.009, de 26 de dezembro de 1973, e 5.862, de 12 de dezembro de 1972; revoga o Decreto-Lei nº 1.896, de 17 de dezembro de 1981; e dá outras providências.

- ✓ A regulação das telecomunicações aeronáuticas é dividida entre a Agência Nacional de Telecomunicações e o Comando da Aeronáutica. A Lei 12.648/2012, produto da conversão da Medida Provisória nº 551, de 22 de novembro de 2012, mediante alteração do art.8º da Lei 6.009, de 26 de dezembro de 1973, instituiu três tipos tarifários expressos pertinentes as telecomunicações na navegação aérea e de competência do Comando da Aeronáutica, quais sejam: a Tarifa de Uso das Comunicações e dos Auxílios à Navegação Aérea em Rota; a Tarifa de Uso das Comunicações e dos Auxílios-Rádio à Navegação Aérea em Área de Controle de Aproximação; e a Tarifa de Uso das Comunicações e dos Auxílios-Rádio à Navegação Aérea em Área de Controle de Controle de Aeródromo.

Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012 - Regulamenta procedimentos para credenciamento de segurança e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo, e dispõe sobre o Núcleo de Segurança e Credenciamento.

Anexo 1 - Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo – TCMS.

Anexo 2 - Código de Indexação de Documento que Contém Informação Classificada – CIDIC – Categorias

- ✓ A possibilidade de que se publiquem somente os respectivos números, datas de expedição e ementas de atos normativos relativos à informação classificada em qualquer grau de sigilo ou protegida por sigilo judicial ou legal, vem disciplinada no art.20, caput do Decreto 7.845, de 14 de novembro de 2012.

Ministério das Comunicações



Normatização

Decreto nº 7.670, de 16 de janeiro de 2012 - Altera dispositivos do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e dos Decretos nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e nº 5.820, de 29 de junho de 2006.

- ✓ Competência do Ministério das Comunicações para outorgar, por meio de concessão, permissão ou autorização, a exploração dos serviços de radiodifusão sonora.

Portaria MC nº 9, de 19 de janeiro de 2012 - Revoga atos normativos editados em data anterior à criação da Anatel - Agência Nacional de Telecomunicações.

Portaria MC nº 106, de 2 de março de 2012 - Estabelece normas para utilização de multiprogramação e para a operação compartilhada com entes públicos nos canais consignados a órgãos dos Poderes da União.

Portaria MC nº 366, de 14 de agosto de 2012 - Dispõe sobre os procedimentos de autorização para a execução dos serviços de retransmissão e repetição de televisão.

Anexo 1 - Manifestação Formal de Interesse

Anexo 2 - Modelo de Requerimento

Anexo 3 - Documentos Necessários para Habilitação de Pessoas Jurídicas de Direito Público Interno (Estados, Distrito Federal e Municípios)

Anexo 4 - Documentos Necessários para Habilitação de Pessoas Jurídicas Integrantes da Administração Indireta Federal, Estadual, Distrital e Municipal.

Anexo 5 - Documentos Necessários para Habilitação de Concessionárias do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens Interessadas na Execução do Serviço de RTV para Retransmitir seus Próprios Sinais

- Documentos Necessários para Habilitação de Demais Pessoas Jurídicas

Anexo 7 - Documentos Necessários para Habilitação de Interessados na Execução do Serviço de RpTV

Anexo 8 - Declaração de Concordância



Atos

Resolução de Gestão do FUST - 2011 - Resolução de Gestão do FUST – 2011

Prestadora / Operadora



Normatização

Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012 - Altera a alíquota das contribuições previdenciárias sobre a folha de salários devidas pelas empresas que especifica; institui o Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores, o Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações, o Regime Especial de Incentivo a Computadores para Uso Educacional, o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência; restabelece o Programa Um Computador por Aluno; altera o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores, instituído pela Lei no 11.484, de 31 de maio de 2007; altera as Leis nos 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 11.033, de 21 de dezembro de 2004, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 10.865, de 30 de abril de 2004, 11.774, de 17 de setembro de 2008, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, 11.484, de 31 de maio de 2007, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 10.406, de 10 de janeiro de 2002, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 12.431, de 24 de junho de 2011, 12.414, de 9 de junho de 2011, 8.666, de 21 de junho de 1993, 10.925, de 23 de julho de 2004, os Decretos-Leis nos 1.455, de 7 de

abril de 1976, 1.593, de 21 de dezembro de 1977, e a Medida Provisória no 2.199-14, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012 - Altera a alíquota das contribuições previdenciárias sobre a folha de salários devidas pelas empresas que especifica, institui o Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores, o Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações, o Regime Especial de Incentivo a Computadores para Uso Educacional, o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica, o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência, restabelece o Programa Um Computador por Aluno, altera o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores, instituído pela Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007, e dá outras providências.

Decreto nº 7.750, de 8 de junho de 2012 - Regulamenta o Programa Um Computador por Aluno - PROUCA e o Regime Especial de Incentivo a Computadores para Uso Educacional - REICOMP.

Anexo - Processo Produtivo Básico (PPB) para Máquina Automática para Processamento de Dados Digital Portátil, destinada à utilização do Programa Um Computador por Aluno – PROUCA.

Decreto nº 7.867, de 19 de dezembro de 2012 - Aprova o Programa de Dispêndios Globais - PDG para 2013 das empresas estatais federais, e dá outras providências.

Anexo - Programa de Dispêndios Globais – PDG para 2013 das empresas estatais federais.

Portaria MC nº 312, de 26 de junho de 2012 - Altera texto do item 7.1 da Norma Complementar nº1/2006, estabelecendo valor mínimo de horas para veiculação obrigatória do recurso de legenda oculta para emissoras do serviço de sons e imagens e de retransmissão de televisão.

Resolução da ANATEL nº 588, de 7 de maio de 2012 - Aprova o Regulamento de Remuneração pelo Uso de Redes de Prestadoras do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC.

Anexo

Resolução da ANATEL nº 590, de 15 de maio de 2012 - Aprova o Regulamento de Exploração Industrial de Linha Dedicada – EILD.

Resolução nº 595, de 11 de julho de 2012 - Altera o regulamento de cobrança de Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviços e Telecomunicações e pelo Direito de Exploração de Satélite.

Anexo

- ✓ A Res.595 fixa o preço público de autorização do SeAC e os valores de adaptação, transferência e consolidação do SeAC e dos Serviços de TV por Assinatura precedentes.

Resolução da ANATEL nº 598, de 23 de outubro de 2012 - Aprova o Regulamento de Obrigações de Universalização e dá outras providências.

Anexo

Resolução da ANATEL nº 600, de 8 de novembro de 2012 - Aprova o Plano Geral de Metas de Competição (PGMC).

Anexo

Resolução da ANATEL nº 604, de 27 de novembro de 2012 - Aprova alteração no Regulamento do Serviço Móvel Pessoal - SMP, aprovado pela Resolução nº 477, de 7 de agosto de 2007, alterado pela Resolução nº 491, de 12 de fevereiro de 2008, pela Resolução nº 509, de 14 de agosto de 2008, pela Resolução nº 564, de 20 de abril de 2011, pela Resolução nº 567, de 24 de maio de 2011, e pela Resolução nº 575, de 28 de outubro de 2011.

Anexo



Atos

Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 2.716, de 15 de maio de 2012 - Estabelece os Valores de Referência de EILD Padrão para Grupo detentor de PMS na oferta de EILD.

Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 6.617, de 8 de novembro de 2012 - Designa os Grupos detentores de PMS no Mercado de Oferta de Infraestrutura de Rede Fixa de Acesso para Transmissão de Dados por Meio de Par de Cobre ou Cabo Coaxial em Taxas de Transmissão Iguais ou Inferiores a 10 Mbps nos Municípios, e dá outras providências [Comentário: Os atos 6.617, 6.619, 6.620 e 6.622 do Conselho Diretor da ANATEL foram os primeiros a designar os grupos detentores de Poder de Mercado Significativo (PMS) no esteio do Plano Geral de Metas de Competição (PGMC), aprovado pela Resolução nº 600, de 2012. [Alterações ou atualizações posteriores das listagens são mantidas no sítio eletrônico da ANATEL, em link correspondente ao PGMC.]

Anexo

- ✓ Os atos 6.617, 6.619, 6.620 e 6.622 do Conselho Diretor da ANATEL foram os primeiros a designar os grupos detentores de Poder de Mercado Significativo (PMS) no esteio do Plano Geral de Metas de Competição (PGMC), aprovado pela Resolução nº 600, de 2012. Alterações ou atualizações posteriores das listagens são mantidas no sítio eletrônico da ANATEL, em link correspondente ao PGMC.

Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 6.619, de 8 de novembro de 2012 - Designa os Grupos detentores de PMS no Mercado Relevante de Oferta Atacadista de Infraestrutura de Rede Fixa de Transporte Local e de Longa Distância para Transmissão de Dados em Taxas de Transmissão Iguais ou Inferiores a 34 Mbps nos Municípios, e dá outras providências [Comentário: Os atos 6.617, 6.619, 6.620 e 6.622 do Conselho Diretor da ANATEL foram os primeiros a designar os grupos detentores de Poder de Mercado Significativo (PMS) no esteio do Plano Geral de Metas de Competição (PGMC), aprovado pela Resolução nº 600, de 2012. Alterações ou atualizações posteriores das

listagens são mantidas no sítio eletrônico da ANATEL, em link correspondente ao PGMC.]

Anexo

- ✓ Os atos 6.617, 6.619, 6.620 e 6.622 do Conselho Diretor da ANATEL foram os primeiros a designar os grupos detentores de Poder de Mercado Significativo (PMS) no esteio do Plano Geral de Metas de Competição (PGMC), aprovado pela Resolução nº 600, de 2012. Alterações ou atualizações posteriores das listagens são mantidas no sítio eletrônico da ANATEL, em link correspondente ao PGMC.

Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 6.620, de 8 de novembro de 2012

- Designa os Grupos detentores de PMS no Mercado de Infraestrutura Passiva para redes de transporte e acesso [Comentário: Os atos 6.617, 6.619, 6.620 e 6.622 do Conselho Diretor da ANATEL foram os primeiros a designar os grupos detentores de Poder de Mercado Significativo (PMS) no esteio do Plano Geral de Metas de Competição (PGMC), aprovado pela Resolução nº 600, de 2012. Alterações ou atualizações posteriores das listagens são mantidas no sítio eletrônico da ANATEL, em link correspondente ao PGMC.]

Anexo

- ✓ Os atos 6.617, 6.619, 6.620 e 6.622 do Conselho Diretor da ANATEL foram os primeiros a designar os grupos detentores de Poder de Mercado Significativo (PMS) no esteio do Plano Geral de Metas de Competição (PGMC), aprovado pela Resolução nº 600, de 2012. Alterações ou atualizações posteriores das listagens são mantidas no sítio eletrônico da ANATEL, em link correspondente ao PGMC.

Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 6.621, de 8 de novembro de 2012

- Designa os Grupos detentores de PMS no Mercado de Terminação de Chamadas em Redes Móveis nas Regiões do Plano Geral de Autorizações – PGA [Comentário: Os atos 6.617, 6.619, 6.620 e 6.622 do Conselho Diretor da ANATEL foram os primeiros a designar os grupos detentores de Poder de Mercado Significativo (PMS) no esteio do Plano Geral de Metas de Competição (PGMC), aprovado pela Resolução nº 600, de 2012. Alterações ou atualizações posteriores das listagens são mantidas no sítio eletrônico da ANATEL, em link correspondente ao PGMC.]

Anexo

- ✓ Os atos 6.617, 6.619, 6.620 e 6.622 do Conselho Diretor da ANATEL foram os primeiros a designar os grupos detentores de Poder de Mercado Significativo (PMS) no esteio do Plano Geral de Metas de Competição (PGMC), aprovado pela Resolução nº 600, de 2012. Alterações ou atualizações posteriores das listagens são mantidas no sítio eletrônico da ANATEL, em link correspondente ao PGMC.

Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 6.622, de 8 de novembro de 2012

- Designa os Grupos detentores de PMS no Mercado Relevante de Roaming Nacional nas Áreas de Registro (AR) [Comentário: Os atos 6.617, 6.619, 6.620 e 6.622 do Conselho Diretor da ANATEL foram os primeiros a designar os grupos detentores de Poder de Mercado Significativo (PMS) no esteio do Plano

Geral de Metas de Competição (PGMC), aprovado pela Resolução nº 600, de 2012. Alterações ou atualizações posteriores das listagens são mantidas no sítio eletrônico da ANATEL, em link correspondente ao PGMC.]

Anexo

- ✓ Os atos 6.617, 6.619, 6.620 e 6.622 do Conselho Diretor da ANATEL foram os primeiros a designar os grupos detentores de Poder de Mercado Significativo (PMS) no esteio do Plano Geral de Metas de Competição (PGMC), aprovado pela Resolução nº 600, de 2012. Alterações ou atualizações posteriores das listagens são mantidas no sítio eletrônico da ANATEL, em link correspondente ao PGMC.

Usuário / Consumidor



Normatização

Portaria MC nº 312, de 26 de junho de 2012 - Altera texto do item 7.1 da Norma Complementar nº1/2006, estabelecendo valor mínimo de horas para veiculação obrigatória do recurso de legenda oculta para emissoras do serviço de sons e imagens e de retransmissão de televisão.

Portaria MC nº 354, de 11 de julho de 2012 - Regulamenta a padronização do volume do áudio nos intervalos comerciais da programação dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens nos termos da Lei nº 10.222, de 9 de maio de 2001.

Resolução da ANATEL nº 579, de 29 de fevereiro de 2012 - Aprova alteração do Anexo I do Regulamento de Tarifação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral - STFC Prestado no Regime Público, aprovado pela Resolução nº 424, de 6 de dezembro de 2005 e do Plano Geral de Códigos Nacionais - PGCN, Anexo II à Resolução nº 263, de 8 de junho de 2001, para mudar o Município de Saubara, no Estado da Bahia, da Área de Tarifação 752 (Feira de Santana) para a Área de Tarifação 712 (Salvador) e do Código Nacional 75 para o Código Nacional 71.

Anexo 2

Resolução da ANATEL nº 580, de 19 de março de 2012 - Aprova alteração do Anexo I do Regulamento de Tarifação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral – STFC Prestado no Regime Público, aprovado pela Resolução nº 424, de 6 de dezembro de 2005 e do Plano Geral de Códigos Nacionais - PGCN, Anexo II à Resolução nº 263, de 8 de junho de 2001, para mudar o Município de Vila Boa, no Estado de Goiás, da Área de Tarifação 612D (Cavalcante) para a Área de Tarifação 612B (Formosa) e do Código Nacional 62 para o Código Nacional 61.

Anexo 1

Anexo 2

Resolução da ANATEL nº 598, de 23 de outubro de 2012 - Aprova o Regulamento de Obrigações de Universalização e dá outras providências.

Anexo

Resolução da ANATEL nº 604, de 27 de novembro de 2012 - Aprova alteração no Regulamento do Serviço Móvel Pessoal - SMP, aprovado pela Resolução nº 477, de 7 de agosto de 2007, alterado pela Resolução nº 491, de 12 de fevereiro de 2008, pela Resolução nº 509, de 14 de agosto de 2008, pela Resolução nº 564, de 20 de abril de 2011, pela Resolução nº 567, de 24 de maio de 2011, e pela Resolução nº 575, de 28 de outubro de 2011.

Anexo

Normas Referenciadas

Lei Ordinária

Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012 - Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2012 a 2015.	
Anexos	
Dispositivos	LGT, Art. 2º, inciso I; LGT, Art. 2º, inciso VI; LGT, Art. 211, caput.
Correlata	Lei nº 11.318/2006 - Altera a Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2004/2007.
Regulamentada por	Portaria nº 359, de 02 de agosto de 2012 - Institui o Programa Redes Digitais da Cidadania.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 19/01/2012, págs. 1-2 Diário Oficial da União, Seção 1, 23/01/2012, pág. 1 [Retificação] Diário Oficial da União, Seção 1, 08/08/2012, pág. 47 [Retificação]

Lei nº 12.603, de 3 de abril de 2012 - Altera o inciso I do § 4º do art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para beneficiar a educação a distância com a redução de custos em meios de comunicação que sejam explorados mediante autorização, concessão ou permissão do Poder Público.	
Dispositivos	CF, Art. 221, inciso I; LGT, Art. 211, caput.
Altera	Lei nº 9.393, de 20 de dezembro de 1996
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 04/04/2012, pág. 1

Lei nº 12.648, de 17 de maio de 2012 - Altera dispositivos das Leis nos 7.920, de 12 de dezembro de 1989, 8.399, de 7 de janeiro de 1992, 9.825, de 23 de agosto de 1999, 12.462, de 5 de agosto de 2011, 6.009, de 26 de dezembro de 1973, e 5.862, de 12 de dezembro de 1972; revoga o Decreto-Lei nº 1.896, de 17 de dezembro de 1981; e dá outras providências.	
Dispositivos	LGT, Art. 162, § 3º.
Altera	Lei 5.862, de 12 de dezembro de 1972 Lei 6.009, de 26 de dezembro de 1973 Lei 7.920, de 12 de dezembro de 1989 Lei nº 8.399, de 7 de janeiro de 1992 Lei nº 9.825, de 23 de agosto de 1999 Lei 12.462, de 5 de agosto de 2011
Revoga	Decreto-Lei nº 1.896, de 17 de dezembro de 1981

Correlata	Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 - Dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica. Medida Provisória nº 551/2011 Portaria MD/DAC nº 431/1999 - Institui a Sistemática para a Cobrança dos preços relativos às Tarifas de Uso das Comunicações e dos Auxílios à Navegação Aérea, de Sobrevôos (sem pouso) do espaço aéreo sob a responsabilidade do Governo Brasileiro.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 18/05/2012, págs. 1-2

Lei nº 12.663, de 5 de junho de 2012 - Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações FIFA 2013, à Copa do Mundo FIFA 2014 e à Jornada Mundial da Juventude - 2013, que serão realizadas no Brasil; altera as Leis nos 6.815, de 19 de agosto de 1980, e 10.671, de 15 de maio de 2003; e estabelece concessão de prêmio e de auxílio especial mensal aos jogadores das seleções campeãs do mundo em 1958, 1962 e 1970.

Dispositivos	CF, Art. 220, § 1º; LGT, Art. 211, caput.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 06/06/2012, págs. 3-7

Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012 - Altera a alíquota das contribuições previdenciárias sobre a folha de salários devidas pelas empresas que especifica; institui o Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores, o Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações, o Regime Especial de Incentivo a Computadores para Uso Educacional, o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência; restabelece o Programa Um Computador por Aluno; altera o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores, instituído pela Lei no 11.484, de 31 de maio de 2007; altera as Leis nos 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 11.033, de 21 de dezembro de 2004, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 10.865, de 30 de abril de 2004, 11.774, de 17 de setembro de 2008, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, 11.484, de 31 de maio de 2007, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 10.406, de 10 de janeiro de 2002, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 12.431, de 24 de junho de 2011, 12.414, de 9 de junho de 2011, 8.666, de 21 de junho de 1993, 10.925, de 23 de julho de 2004, os Decretos-Leis nos 1.455, de 7 de abril de 1976, 1.593, de 21 de dezembro de 1977, e a Medida Provisória no 2.199-14, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

Anexos	
Dispositivos	LGT, Art. 2º, inciso I; LGT, Art. 2º, inciso V; LGT, Art. 3º, inciso I.
Altera	Lei 10.865, de 30 de abril de 2004 Lei nº 9.430/1996 Lei 11.033, de 21 de dezembro de 2004 Lei nº 10.406/2002 Lei nº 10.637/2002 Lei do bem - Institui o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação - REPES, o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras - RECAP e o Programa de Inclusão Digital, dentre outras providências. Lei nº 11.774, de 17 de setembro de 2008 Lei nº 12.431/2011 - Dispõe sobre a incidência do imposto sobre a renda nas operações que especifica; altera as Leis nos 11.478, de 29 de maio de 2007, 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 12.350, de 20 de dezembro de 2010, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 8.248, de 23 de outubro de 1991, 9.648, de 27 de maio de 1998, 11.943, de 28 de maio de 2009, 9.808, de 20 de julho de 1999,

	10.260, de 12 de julho de 2001, 11.096, de 13 de janeiro de 2005, 11.180, de 23 de setembro de 2005, 11.128, de 28 de junho de 2005, 11.909, de 4 de março de 2009, 11.371, de 28 de novembro de 2006, 12.249, de 11 de junho de 2010, 10.150, de 21 de dezembro de 2000, 10.312, de 27 de novembro de 2001, e 12.058, de 13 de outubro de 2009, e o Decreto-Lei no 288, de 28 de fevereiro de 1967; institui o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Usinas Nucleares (Renuclear); dispõe sobre medidas tributárias relacionadas ao Plano Nacional de Banda Larga; altera a legislação relativa à isenção do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM); dispõe sobre a extinção do Fundo Nacional de Desenvolvimento; e dá outras providências. Lei nº 12.546/2011 Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 18/09/2012, págs. 1-11 Diário Oficial da União, Seção 1, 19/09/2012, pág. 1 [Retificação]

Lei nº 12.735, de 30 de novembro de 2012 - Altera o Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, o Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 - Código Penal Militar, e a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para tipificar condutas realizadas mediante uso de sistema eletrônico, digital ou similares, que sejam praticadas contra sistemas informatizados e similares; e dá outras providências.

Dispositivos	CF, Art. 5º, inciso IV; CF, Art. 220, § 1º; LGT, Art. 131, caput; LGT, Livro III, Título V, CAPÍTULO II - Da Autorização de Uso de Radiofrequência.
Altera	Lei nº 7.716/1989 - Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Código Penal Código Penal Militar
Correlata	Lei nº 7.716/1989 - Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Lei nº 12.288/ 2010 - Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nºs 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 03/12/2012, pág. 1

Lei nº 12.737, de 30 de novembro de 2012 - Dispõe sobre a tipificação criminal de delitos informáticos; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; e dá outras providências.

Dispositivos	CF, Art. 5º, inciso IV; LGT, Livro III, Título VI, CAPÍTULO II - Das Sanções Penais.
Altera	Código Penal
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 03/12/2012, págs. 1-2

Medida Provisória

Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012 - Altera a alíquota das contribuições previdenciárias sobre a folha de salários devidas pelas empresas que específica, institui o Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores, o Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações, o Regime Especial de Incentivo a Computadores para Uso Educacional, o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica, o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência, restabelece o Programa Um Computador por Aluno, altera o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores, instituído pela Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007, e dá outras providências.

Dispositivos	LGT, Art. 2º, inciso I; LGT, Art. 2º, inciso V; LGT, Art. 3º, inciso I.
Altera	Lei nº 9.430/1996 Lei 11.033, de 21 de dezembro de 2004 Lei nº 10.637/2002 Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004 Lei nº 11.774, de 17 de setembro de 2008 Lei nº 12.546/2011
Regulamentada por	Decreto nº 7.750/2012 - Regulamenta o Programa Um Computador por Aluno - PROUCA e o Regime Especial de Incentivo a Computadores para Uso Educacional - REICOMP.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 04/04/2012, págs. 2-6

Decreto

Decreto nº 7.670, de 16 de janeiro de 2012 - Altera dispositivos do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e dos Decretos nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e nº 5.820, de 29 de junho de 2006.	
Dispositivos	CF, Art. 223, caput; LGT, Art. 211, caput.
Altera	Decreto nº 52.795/1963 - Aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão. Decreto nº 88.066/1983 - Dá nova regulamentação à Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e à renovação das concessões outorgadas para exploração de serviços de radiodifusão de sons e imagens (televisão). Decreto nº 5.820/2006 - Dispõe sobre a implantação do SBTVD-T, estabelece diretrizes para a transição do sistema de transmissão analógica para o sistema de transmissão digital do serviço de radiodifusão de sons e imagens e do serviço de retransmissão de televisão, e dá outras providências.
Correlata	Portaria MC nº 489, de 18 de dezembro de 2012 - Aprova a Norma Regulamentar do Canal da Cidadania.
Regulamenta	Lei nº 4.117/1962 - Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 17/01/2012, págs. 1-3

Decreto nº 7.715, de 3 de abril de 2012 - Altera o Decreto no 5.602, de 6 de dezembro de 2005, que regulamenta o Programa de Inclusão Digital instituído pela Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005.	
Dispositivos	LGT, Art. 79, § 1º; LGT, Art. 81, § único, inciso II.
Altera	Decreto nº 5.602/2005 - Regulamenta o Programa de Inclusão Digital instituído pela Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005.
Regulamenta	Lei do bem - Institui o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação - REPES, o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras - RECAP e o Programa de Inclusão Digital, dentre outras providências.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 04/04/2012, pág. 12

Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012 - Regulamenta a Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição.

Anexos	Anexo - Formulário de Grau de Sigilo
Dispositivos	CF, Art. 5º, inciso XXXIII; LGT, Art. 37, caput; LGT, Art. 39, caput; LGT, Art. 174, caput.
Correlata	Lei nº 9.784/1999 - Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. Decreto nº 7.845/2012 - Regulamenta procedimentos para credenciamento de segurança e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo, e dispõe sobre o Núcleo de Segurança e Credenciamento.
Regulamenta	Lei nº 12.527/2011 - Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.
Publicação	Diário Oficial da União, Edição Extra, 16/05/2012, págs. 1-6.

Decreto nº 7.750, de 8 de junho de 2012 - Regulamenta o Programa Um Computador por Aluno - PROUCA e o Regime Especial de Incentivo a Computadores para Uso Educacional - REICOMP.	
Anexos	Anexo - Processo Produtivo Básico (PPB) para Máquina Automática para Processamento de Dados Digital Portátil, destinada à utilização do Programa Um Computador por Aluno - PROUCA.
Dispositivos	LGT, Art. 2º, inciso I; LGT, Art. 2º, inciso V; LGT, Art. 3º, inciso I.
Regulamenta	Medida Provisória nº 563/2012 - Altera a alíquota das contribuições previdenciárias sobre a folha de salários devidas pelas empresas que especifica, institui o Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores, o Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações, o Regime Especial de Incentivo a Computadores para Uso Educacional, o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica, o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência, restabelece o Programa Um Computador por Aluno, altera o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores, instituído pela Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007, e dá outras providências.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 11-06-2012, págs. 1-2 Diário Oficial da União, Seção 1, 12/06/2012, págs. 1-3 [Republicação]

Decreto nº 7.769, de 28 de junho de 2012 - Dispõe sobre a gestão do planejamento, da construção e do lançamento do Satélite Geostacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas - SGDC.	
Dispositivos	CF, Art. 170, caput.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 29-06-2012, págs. 3-4

Decreto nº 7.776, de 24 de julho de 2012 - Altera o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto no 52.795, de 31 de outubro de 1963, e o Regulamento do Serviço de Retransmissão de Televisão e do Serviço de Repetição de Televisão, anclares ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, aprovado pelo Decreto 5.371, de 17 de fevereiro de 2005.	
Dispositivos	CF, Art. 21, inciso XII, alínea a (em 15/08/1995); LGT, Art. 211, caput.
Altera	Decreto nº 52.795/1963 - Aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão. Decreto nº 5.371/2005 - Aprova o Regulamento do Serviço de Retransmissão de Televisão e do Serviço de Repetição de Televisão, anclares ao Serviço de Radiodifusão

	de Sons e Imagens. - Anexo - Regulamento do Serviço de Retransmissão de Televisão e do Serviço de Repetição de Televisão, anclares ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens.
Regulamenta	Lei nº 4.117/1962 - Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 25-07-2012, pág. 4

Decreto nº 7.791, de 17 de agosto de 2012 - Regulamenta a compensação fiscal na apuração do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ pela divulgação gratuita da propaganda partidária e eleitoral, de plebiscitos e referendos.

Dispositivos	LGT, Art. 211, caput.
Revoga	Decreto nº 5.331, de 4 de janeiro de 2005
Correlata	Lei nº 9.430/1996 Decreto 57.690, de 1º de fevereiro de 1966
Regulamenta	Lei nº 9.096/1995 - Dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal. Lei nº 9.504/1997 - Estabelece normas para as eleições.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 20-08-2012, pág. 1

Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012 - Regulamenta procedimentos para credenciamento de segurança e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo, e dispõe sobre o Núcleo de Segurança e Credenciamento.

Anexos	Anexo 1 - Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo – TCMS. Anexo 2 - Código de Indexação de Documento que Contém Informação Classificada – CIDIC – Categorias
Dispositivos	CF, Art. 5º, inciso XXXIII; LGT, Art. 39, caput; LGT, Art. 158, § 1º, inciso I; LGT, Art. 158, § 2º; LGT, Art. 163, § 2º, inciso II; LGT, Art. 174, caput.
Revoga	Decreto nº 5.301, de 9 de dezembro de 2004
Correlata	Decreto nº 7.724/2012 - Regulamenta a Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição.
Regulamenta	Lei nº 12.527/2011 - Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 16/11/2012, págs. 1-4

Decreto nº 7.867, de 19 de dezembro de 2012 - Aprova o Programa de Dispêndios Globais - PDG para 2013 das empresas estatais federais, e dá outras providências.

Anexos	Anexo - Programa de Dispêndios Globais – PDG para 2013 das empresas estatais federais.
Dispositivos	LGT, Art. 186, caput.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 20/12/2012, págs. 37-48

Portaria Ministerial

Portaria MC nº 9, de 19 de janeiro de 2012 - Revoga atos normativos editados em data anterior à criação da Anatel - Agência Nacional de Telecomunicações.	
Órgão Emissor	Ministério das Comunicações - Gabinete do Ministro.
Dispositivos	LGT, Art. 22, inciso IV; LGT, Art. 214, inciso I.
Revoga	<p>Portaria MC nº 122, de 2 de julho de 1982</p> <p>Portaria MC nº 215, de 31 de agosto de 1987</p> <p>Portaria MC nº 138, de 15 de junho de 1988</p> <p>Portaria MC nº 26, de 29 de janeiro de 1991</p> <p>Portaria MC nº 1.267, de 31 de agosto de 1993</p> <p>Portaria MC nº 1.534/1996 - Aprova a Norma nº 21/96, que define os requisitos gerais de numeração para rede de Serviço Móvel Celular. - Anexo - Numeração de Rede de Serviço Móvel Celular</p> <p>Portaria MC nº 1.535/1996 - Aprova a Norma nº 22/96, que fixa critérios para reajuste e revisão das tarifas de Serviço Móvel Celular. - Anexo - Critérios para Reajuste e Revisão das Tarifas de Serviço Móvel Celular.</p> <p>Portaria MC nº 1.536/1996 - Aprova a Norma nº 23/96, que fixa critérios para elaboração e aplicação de Plano de Serviço na prestação do Serviço Móvel Celular.</p> <p>Portaria MC nº 1.537/1996 - Aprova a Norma nº 24/96, que disciplina a remuneração do uso das redes de Serviço Móvel Celular e Serviço Telefônico Público. - Anexo - Remuneração do Uso das Redes de Serviço Móvel Celular e Serviço Telefônico Público.</p> <p>Portaria MC nº 1.538/1996 - Aprova a Norma nº 25/96, que fixa critérios e procedimentos para determinação de valores para as tarifas de uso das redes de Serviço Móvel Celular e de Serviço Telefônico Público. - Anexo - Critérios e Procedimentos para determinação de Valores para as Tarifas de Uso das Redes de Serviço Móvel Celular e Serviço Telefônico Público.</p> <p>Portaria MC nº 1.539/1996 - Aprova a Norma nº 26/96, que fixa Critérios para o Processamento e Repasse de Valores entre as Empresas Prestadoras de Serviço Móvel Celular e Serviço Telefônico Público. - Anexo - Critérios para o Processamento e Repasse de Valores entre as Empresas Prestadoras de Serviço Móvel Celular e Serviço Telefônico Público .</p> <p>Portaria MC nº 1.541/1996</p> <p>Portaria MC nº 1.542/1996 - Republica com alterações a Norma nº 11/94, que fixa Critérios para Determinação de Valor nas Chamadas entre Assinantes do Serviço Telefônico Público e do Serviço Móvel Celular Faturadas pela Concessionária. - Anexo - Critérios para Determinação de Valor nas Chamadas entre Assinantes do Serviço Telefônico Público e do Serviço Móvel Celular Faturadas pela Concessionária.</p> <p>Portaria MC nº 263, de 7 de maio de 1997</p>
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 26/01/2012, pág. 53

Portaria MC nº 86, de 15 de fevereiro de 2012 - Disciplina o funcionamento em caráter provisório de entidades prestadoras de Serviços de Radiodifusão.	
Órgão Emissor	Ministério das Comunicações - Gabinete do Ministro.
Dispositivos	CF, Art. 21, inciso XII, alínea a (em 15/08/1995); LGT, Art. 211, caput.
Regulamenta	Decreto nº 52.795/1963 - Aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 16/02/2012, pág. 33
------------	---

Portaria MC nº 106, de 2 de março de 2012 - Estabelece normas para utilização de multiprogramação e para a operação compartilhada com entes públicos nos canais consignados a órgãos dos Poderes da União.

Órgão Emissor	Ministério das Comunicações - Gabinete do Ministro.
Dispositivos	CF, Art. 223, caput; LGT, Art. 211, caput.
Correlata	Portaria MC nº 24/2009 - Aprova a Norma Geral para Execução dos Serviços de Televisão Pública Digital - Nº 01/2009. - Anexo - Norma nº 01/2009 – Norma Geral para Execução dos Serviços de Televisão Pública Digital.
Regulamenta	Decreto nº 5.820/2006 - Dispõe sobre a implantação do SBTVD-T, estabelece diretrizes para a transição do sistema de transmissão analógica para o sistema de transmissão digital do serviço de radiodifusão de sons e imagens e do serviço de retransmissão de televisão, e dá outras providências.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 05/03/2012, pág. 35

Portaria MC nº 186, de 28 de março de 2012 - Altera a Portaria nº 376, de 19 de agosto de 2011, referente à instituição do Projeto de Implantação e Manutenção das Cidades Digitais.

Órgão Emissor	Ministério das Comunicações - Gabinete do Ministro.
Dispositivos	LGT, Art. 2º, inciso I.
Correlata	Portaria MC nº 469/2011
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 29/03/2012, pág. 117

Portaria MC nº 312, de 26 de junho de 2012 - Altera texto do item 7.1 da Norma Complementar nº1/2006, estabelecendo valor mínimo de horas para veiculação obrigatória do recurso de legenda oculta para emissoras do serviço de sons e imagens e de retransmissão de televisão.

Órgão Emissor	Ministério das Comunicações - Gabinete do Ministro.
Dispositivos	LGT, Art. 3º, inciso III; LGT, Art. 19, inciso I; LGT, Art. 79, § 1º.
Altera	Anexo à Portaria MC nº 310, de 27 de junho de 2006 - Norma Complementar nº 01/2006 - Recursos de acessibilidade, para pessoas com deficiência, na programação veiculada nos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão.
Regulamenta	Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 29/06/2012, pág. 63

Portaria MC nº 329, de 4 de julho de 2012 - Dispõe sobre o procedimento de renovação de outorgas de concessões, permissões e autorizações dos serviços de radiodifusão.

Órgão Emissor	Ministério das Comunicações - Gabinete do Ministro.
Anexos	Anexo 1 - Documentos Necessários à Instrução dos Processos de Renovação de Outorgas de Concessões, Permissões e Autorizações para a Execução de Serviços de Radiodifusão, deferidas a Pessoas Jurídicas de Direito Público Interno, em original ou cópia autenticada.

	<p>Anexo II - Documentos Necessários à Instrução dos Processos de Renovação de Outorgas de Concessões e Permissões para a Execução de Serviços de Radiodifusão Comerciais, deferidas a Pessoas Jurídicas de Natureza Privada, em original ou cópia autenticada.</p> <p>Anexo 3 - Documentos Necessários à Instrução dos Processos de Renovação de Outorgas de Concessões e Permissões para a Execução de Serviços de Radiodifusão Exclusivamente Educativos, deferidas a Pessoas Jurídicas de Natureza Privada, em original ou cópia autenticada</p>
Dispositivos	CF, Art. 21, inciso XII, alínea a (em 15/08/1995); CF, Art. 223, caput; LGT, Art. 211, caput.
Correlata	Portaria MC nº 153, de 15 de março de 2012
Regulamenta	Lei nº 4.117/1962 - Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações. Decreto nº 52.795/1963 - Aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 11/07/2012, págs. 31-32

Portaria MC nº 330, de 5 de julho de 2012 - Estabelece o procedimento de aprovação dos projetos de investimento considerados como prioritários em infraestrutura nos setores de telecomunicações e radiodifusão, para efeito do Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011.

Órgão Emissor	Ministério das Comunicações - Gabinete do Ministro.
Anexos	<p>Anexo 1 - Cadastro do Projeto Prioritário</p> <p>Anexo 2 - Demonstração dos Fluxos de Caixa</p> <p>Anexo 3 - Quadro Anual de Usos e Fontes do Investimento</p> <p>Anexo 4 - Quadro de Acompanhamento Anual de Usos e Fontes do Investimento</p> <p>Anexo 5 - Alterações na Execução dos Investimentos Suportados pela Emissão de Debêntures.</p> <p>Anexo 6 - Justificativa da Não Emissão de Debêntures</p> <p>Anexo 7 - Alterações de Pessoas Jurídicas que Integram a SPE</p>
Dispositivos	LGT, Art. 2º, inciso I.
Regulamenta	<p>Lei nº 12.431/2011 - Dispõe sobre a incidência do imposto sobre a renda nas operações que especifica; altera as Leis nos 11.478, de 29 de maio de 2007, 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 12.350, de 20 de dezembro de 2010, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 8.248, de 23 de outubro de 1991, 9.648, de 27 de maio de 1998, 11.943, de 28 de maio de 2009, 9.808, de 20 de julho de 1999, 10.260, de 12 de julho de 2001, 11.096, de 13 de janeiro de 2005, 11.180, de 23 de setembro de 2005, 11.128, de 28 de junho de 2005, 11.909, de 4 de março de 2009, 11.371, de 28 de novembro de 2006, 12.249, de 11 de junho de 2010, 10.150, de 21 de dezembro de 2000, 10.312, de 27 de novembro de 2001, e 12.058, de 13 de outubro de 2009, e o Decreto-Lei no 288, de 28 de fevereiro de 1967; institui o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Usinas Nucleares (Renuclear); dispõe sobre medidas tributárias relacionadas ao Plano Nacional de Banda Larga; altera a legislação relativa à isenção do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM); dispõe sobre a extinção do Fundo Nacional de Desenvolvimento; e dá outras providências.</p> <p>Decreto 7.603, de 9 de novembro de 2011</p>

Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 06/07/2012, págs. 71-72
------------	---

Portaria MC nº 354, de 11 de julho de 2012 - Regulamenta a padronização do volume do áudio nos intervalos comerciais da programação dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens nos termos da Lei nº 10.222, de 9 de maio de 2001.

Órgão Emissor	Ministério das Comunicações - Gabinete do Ministro.
Dispositivos	CF, Art. 5º, inciso XXXII; CF, Art. 21, inciso XII, alínea a (em 15/08/1995); LGT, Art. 19, inciso VIII; LGT, Art. 211, caput.
Regulamenta	Lei nº 10.222/2001 - Padroniza o volume de áudio das transmissões de rádio e televisão nos espaços dedicados à propaganda, e dá outras providências.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 12/07/2012, pág. 79

Portaria MC nº 355, de 12 de julho de 2012 - Dispõe sobre procedimentos para outorga dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens com fins exclusivamente educativos.

Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Anexos	Anexo 1 - Documentos Necessários para Habilitação de Pessoas Jurídicas de Direito Público Interno, em original ou cópia autenticada. Anexo 2 - Documentos Necessários para Habilitação de Instituições de Educação Superior criadas e mantidas pela iniciativa privada, com sede no Brasil e credenciadas pelo Ministério da Educação, na forma do art. 12 do Decreto nº 5.773, de 2006, e de fundações de direito privado a que se refere o inciso III do art. 44 da Lei 10.406, de 2002, cujos estatutos não contrariem o Código Brasileiro de Telecomunicações e legislação correlata, em original ou cópia autenticada. Anexo 3 - Modelo de Proposta Anexo 4 - Modelo de Declaração de Quantitativo de Alunos Anexo 5 - Modelo de Requerimento para Assentimento Prévio
Dispositivos	CF, Art. 223, § 3º; LGT, Art. 211, caput.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 13/07/2012, págs. 112-114

Portaria MC nº 358, de 17 de julho de 2012 - Altera texto da Norma nº 01/2010 - Norma técnica para execução dos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão com utilização de tecnologia digital.

Órgão Emissor	Ministério das Comunicações - Gabinete do Ministro.
Dispositivos	CF, Art. 223, caput; LGT, Art. 211, caput.
Regulamenta	Anexo à Portaria MC nº 256, de 18 de abril de 1997 - Documentos necessários à instrução das propostas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em original ou cópia autenticada.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 18/07/2012, pág. 40

Portaria nº 359, de 02 de agosto de 2012 - Institui o Programa Redes Digitais da Cidadania.

Órgão Emissor	Ministério das Comunicações - Gabinete do Ministro.
Dispositivos	LGT, Art. 2º, inciso I; LGT, Art. 2º, inciso VI.
Regulamenta	Lei nº 12.593/2012 - Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2012 a 2015.

Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 03/08/2012, págs. 52-53
------------	---

Portaria MJ nº 1.642, de 3 de agosto de 2012 - Regulamenta as disposições da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, da Lei nº 10.359, de 27 de dezembro de 2001, do Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007, e da Lei nº 12.485 de 12 de setembro de 2011, relativas ao processo de classificação indicativa para serviço audiovisual de acesso condicionado.

Órgão Emissor	Ministério da Justiça - Gabinete do Ministro.
Dispositivos	CF, Art. 21, inciso XVI; CF, Art. 220, § 3º; LGT, Art. 127, inciso III.
Correlata	Decreto nº 592, de 6 de julho de 1992 Lei nº 10.406/2002 Decreto nº 678, de 6 de novembro de 1992
Regulamenta	Lei nº 8.069/1990 - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Lei nº 10.359/2001 - Dispõe sobre a obrigatoriedade de os novos aparelhos de televisão conterem dispositivo que possibilite o bloqueio temporário da recepção de programação inadequada. Lei nº 12.485/2011 - Dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; altera a Medida Provisória no 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nºs 11.437, de 28 de dezembro de 2006, 5.070, de 7 de julho de 1966, 8.977, de 6 de janeiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997; e dá outras providências. Decreto nº 6.061/2007
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 06/08/2012, págs. 28-29

Portaria MC nº 365, de 14 de agosto de 2012 - Cria o Conselho Consultivo da Rádio Digital.	
Órgão Emissor	Ministério das Comunicações - Gabinete do Ministro.
Dispositivos	CF, Art. 223, caput; LGT, Art. 211, caput.
Revoga	Portaria MC nº 83/2007 - Cria o Conselho Consultivo do Rádio Digital com o objetivo de assessorar o Ministro de Estado das Comunicações na elaboração do planejamento para implantação do Rádio Digital no Brasil.
Regulamenta	Lei nº 4.117/1962 - Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 15/08/2012, pág. 41

Portaria MC nº 366, de 14 de agosto de 2012 - Dispõe sobre os procedimentos de autorização para a execução dos serviços de retransmissão e repetição de televisão.

Órgão Emissor	Ministério das Comunicações - Gabinete do Ministro.
Anexos	Anexo 1 - Manifestação Formal de Interesse Anexo 2 - Modelo de Requerimento Anexo 3 - Documentos Necessários para Habilitação de Pessoas Jurídicas de Direito Público Interno (Estados, Distrito Federal e Municípios) Anexo 4 - Documentos Necessários para Habilitação de Pessoas Jurídicas Integrantes da Administração Indireta Federal, Estadual, Distrital e Municipal. Anexo 5 - Documentos Necessários para Habilitação de Concessionárias do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens Interessadas na Execução do Serviço de RTV para Retransmitir seus Próprios Sinais - Documentos Necessários para Habilitação de Demais Pessoas Jurídicas

	Anexo 7 - Documentos Necessários para Habilitação de Interessados na Execução do Serviço de RpTV Anexo 8 - Declaração de Concordância
Dispositivos	CF, Art. 223, caput; LGT, Art. 211, caput.
Correlata	Decreto nº 52.795/1963 - Aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.
Regulamenta	Decreto nº 5.371/2005 - Aprova o Regulamento do Serviço de Retransmissão de Televisão e do Serviço de Repetição de Televisão, anclares ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens. - Anexo - Regulamento do Serviço de Retransmissão de Televisão e do Serviço de Repetição de Televisão, anclares ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 15/08/2012, págs. 41-43

Portaria MC nº 482, de 6 de dezembro de 2012 - Cria o Programa de Estímulo ao Desenvolvimento do Padrão Nacional de Interatividade da Televisão Digital Brasileira - Ginga Brasil.

Órgão Emissor	Ministério das Comunicações - Gabinete do Ministro.
Dispositivos	CF, Art. 218, caput; CF, Art. 221, caput; LGT, Art. 78, caput.
Regulamenta	Decreto nº 5.820/2006 - Dispõe sobre a implantação do SBTVD-T, estabelece diretrizes para a transição do sistema de transmissão analógica para o sistema de transmissão digital do serviço de radiodifusão de sons e imagens e do serviço de retransmissão de televisão, e dá outras providências.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 07/12/2012, pág. 213

Portaria MC nº 486, de 18 de dezembro de 2012 - Altera a Norma nº 01/2010 – Norma Técnica para Execução dos Serviços de Radiodifusão de Sons e Imagens e de Retransmissão de Televisão com utilização de tecnologia digital, aprovada pela Portaria MC nº 276, de 26 de março de 2010.

Órgão Emissor	Ministério das Comunicações - Gabinete do Ministro.
Dispositivos	LGT, Art. 211, caput.
Altera	Anexo à Portaria MC nº 276, de 29 de março de 2010 - Norma Técnica para Execução dos Serviços de Radiodifusão de Sons e Imagens e de Retransmissão de Televisão com utilização da tecnologia digital.
Regulamenta	Decreto nº 5.820/2006 - Dispõe sobre a implantação do SBTVD-T, estabelece diretrizes para a transição do sistema de transmissão analógica para o sistema de transmissão digital do serviço de radiodifusão de sons e imagens e do serviço de retransmissão de televisão, e dá outras providências.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 19/12/2012, pág. 84

Portaria MC nº 489, de 18 de dezembro de 2012 - Aprova a Norma Regulamentar do Canal da Cidadania.

Órgão Emissor	Ministério das Comunicações - Gabinete do Ministro.
Anexos	Anexo - Norma Regulamentar do Canal da Cidadania
Dispositivos	LGT, Art. 211, caput.
Altera	Portaria MC nº 189/ 2010 - Estabelece as diretrizes para operacionalização do Canal da Cidadania.
Correlata	Lei nº 4.117/1962 - Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.

	Decreto-Lei nº 236/1967 - Complementa e modifica a Lei número 4.117 de 27 de agosto de 1962. Decreto nº 7.670/2012 - Altera dispositivos do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e dos Decretos nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e nº 5.820, de 29 de junho de 2006.
Regulamenta	Decreto nº 5.820/2006 - Dispõe sobre a implantação do SBTVD-T, estabelece diretrizes para a transição do sistema de transmissão analógica para o sistema de transmissão digital do serviço de radiodifusão de sons e imagens e do serviço de retransmissão de televisão, e dá outras providências.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 19/12/2012, págs. 84-86

Portaria MC nº 513, de 27 de dezembro de 2012 - Altera a Norma nº 01/2010 – Norma Técnica para Execução dos Serviços de Radiodifusão de Sons e Imagens e de Retransmissão de Televisão com utilização de tecnologia digital, aprovada pela Portaria MC nº 276, de 26 de março de 2010.	
Órgão Emissor	Ministério das Comunicações - Gabinete do Ministro.
Dispositivos	LGT, Art. 211, caput.
Altera	Anexo à Portaria MC nº 276, de 29 de março de 2010 - Norma Técnica para Execução dos Serviços de Radiodifusão de Sons e Imagens e de Retransmissão de Televisão com utilização da tecnologia digital.
Regulamenta	Decreto nº 5.820/2006 - Dispõe sobre a implantação do SBTVD-T, estabelece diretrizes para a transição do sistema de transmissão analógica para o sistema de transmissão digital do serviço de radiodifusão de sons e imagens e do serviço de retransmissão de televisão, e dá outras providências.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 28/12/2012, pág. 127

Resolução

Resolução da ANATEL nº 579, de 29 de fevereiro de 2012 - Aprova alteração do Anexo I do Regulamento de Tarifação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral - STFC Prestado no Regime Público, aprovado pela Resolução nº 424, de 6 de dezembro de 2005 e do Plano Geral de Códigos Nacionais - PGCN, Anexo II à Resolução nº 263, de 8 de junho de 2001, para mudar o Município de Saubara, no Estado da Bahia, da Área de Tarifação 752 (Feira de Santana) para a Área de Tarifação 712 (Salvador) e do Código Nacional 75 para o Código Nacional 71.	
Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Anexos	Anexo 2
Dispositivos	LGT, Art. 19, inciso IV; LGT, Art. 19, inciso VII; LGT, Art. 64, Parágrafo Único; LGT, Art. 103, caput.
Altera	Anexo à Resolução da ANATEL nº 263, de 8 de junho de 2001 - Plano Geral de Códigos Nacionais – PGCN. Anexo à Resolução da ANATEL nº 424, de 6 de dezembro de 2005 - Regulamento de Tarifação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral – STFC Prestado no Regime Público.
Regulamenta	Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.

Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 06/03/2012, pág. 98
------------	---

Resolução da ANATEL nº 580, de 19 de março de 2012 - Aprova alteração do Anexo I do Regulamento de Tarifação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral – STFC Prestado no Regime Público, aprovado pela Resolução nº 424, de 6 de dezembro de 2005 e do Plano Geral de Códigos Nacionais - PGCN, Anexo II à Resolução nº 263, de 8 de junho de 2001, para mudar o Município de Vila Boa, no Estado de Goiás, da Área de Tarifação 612D (Cavalcante) para a Área de Tarifação 612B (Formosa) e do Código Nacional 62 para o Código Nacional 61.

Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Anexos	Anexo 1 Anexo 2
Dispositivos	LGT, Art. 19, inciso IV; LGT, Art. 19, inciso VII; LGT, Art. 64, Parágrafo Único; LGT, Art. 103, caput.
Altera	Anexo à Resolução da ANATEL nº 263, de 8 de junho de 2001 - Plano Geral de Códigos Nacionais – PGCN. Anexo à Resolução da ANATEL nº 424, de 6 de dezembro de 2005 - Regulamento de Tarifação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral – STFC Prestado no Regime Público.
Regulamenta	Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 22/03/2012, pág. 44

Resolução da ANATEL nº 581, de 26 de março de 2012 - Aprova o Regulamento do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC) bem como a prestação do Serviço de TV a Cabo (TVC), do Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal (MMDS), do Serviço de Distribuição de Sinais de Televisão e de Áudio por Assinatura via Satélite (DTH) e do Serviço Especial de Televisão por Assinatura (TVA)

Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Anexos	Anexo
Dispositivos	CF, Art. 220, § 5º; CF, Art. 221, inciso IV; CF, Art. 222, § 3º; LGT, Art. 212, caput; LGT, Art. 214, inciso I.
Altera	Resolução da ANATEL nº 411/2005 - Aprova o Plano Geral de Metas de Qualidade para os serviços de televisão por assinatura (PGMQ – televisão por assinatura). Resolução da ANATEL nº 488/2007 - Aprova o Regulamento de Proteção e Defesa dos Direitos dos Assinantes dos Serviços de Televisão por Assinatura.
Revoga	Anexo ao Decreto nº 95.744, de 23 de fevereiro de 1988 - Regulamento do Serviço Especial de Televisão por Assinatura. Anexo ao Decreto nº 2.206, de 14 de abril de 1997 - Regulamento do Serviço de TV a Cabo. Anexo à Portaria MC nº 254, de 16 de abril de 1997 - Norma nº 2/94 – REV/97 - Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal – MMDS. [Ressalva: Item 9 da Norma sobre Aspectos Técnicos] Anexo à Portaria MC nº 256, de 18 de abril de 1997 - Norma nº 013/96-REV/97 – Serviço de TV a Cabo. [Ressalva: Itens 2, 8 e 9, referentes, respectivamente, a Definições, Aspectos Técnicos e Operação dos Sistemas de TV a Cabo.]

	Anexo à Portaria MC nº 321, de 21 de maio de 1997 - Norma nº 008/97 - Serviço de Distribuição de Sinais de Televisão e de Áudio por Assinatura Via Satélite (DTH).
Correlata	<p>Lei nº 8.977/1995 - Dispõe sobre o Serviço de TV a Cabo, e dá outras providências.</p> <p>Decreto nº 95.815/1988 - Altera a redação dos artigos 10, 16 e 38 do Regulamento do Serviço Especial de Televisão por Assinatura TVA, aprovado pelo Decreto nº 95.744, de 23 de fevereiro de 1988.</p> <p>Resolução da ANATEL nº 493/2008 - Aprova a alteração do art. 6º do Plano Geral de Metas de Qualidade para os serviços de televisão por assinatura (PGMQ – televisão por assinatura).</p> <p>Resolução da ANATEL nº 528/2009 - Altera o art. 2º, inciso IV; o art. 3º, incisos XXIII e XXIV; o art. 13; a alínea "b", do § 1º, do art. 14; o parágrafo único do art. 15; o art. 16; o art. 29 e o art. 30; inclui os incisos XIII e XIV no art. 2º; o § 4º no art. 16; os §§ 1º e 2º, no art. 27; e o art. 41; e revoga o art. 32 do Regulamento de Proteção e Defesa dos Direitos dos Assinantes dos Serviços de Televisão por Assinatura, aprovado pela Resolução nº 488, de 3 de dezembro de 2007. - Anexo - Dispositivos alterados do Regulamento de Proteção e Defesa dos Direitos dos Assinantes dos Serviços de Televisão por Assinatura.</p>
Regulamenta	<p>Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.</p> <p>Lei nº 12.485/2011 - Dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; altera a Medida Provisória no 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nºs 11.437, de 28 de dezembro de 2006, 5.070, de 7 de julho de 1966, 8.977, de 6 de janeiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997; e dá outras providências.</p>
Publicação	<p>Diário Oficial da União, Seção 1, 28/03/2012, págs. 111-117</p> <p>Diário Oficial da União, Seção 1, 12/06/2012, pág. 142 [Retificação]</p>

Resolução da ANATEL nº 583, de 27 de março de 2012 - Altera o Regulamento Técnico para Prestação do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens e de Retransmissão de Televisão.	
Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Anexos	Anexo
Dispositivos	LGT, Art. 19, inciso VIII; LGT, Art. 157, caput; LGT, Art. 159, caput; LGT, Art. 211, Parágrafo Único.
Altera	Anexo à Resolução da ANATEL nº 284, de 7 de dezembro de 2001 - Regulamento Técnico para a Prestação do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens e do Serviço de Retransmissão de Televisão.
Correlata	<p>Portaria MC nº 24/2009 - Aprova a Norma Geral para Execução dos Serviços de Televisão Pública Digital - Nº 01/2009. - Anexo - Norma nº 01/2009 – Norma Geral para Execução dos Serviços de Televisão Pública Digital.</p> <p>Resolução da ANATEL nº 398/2005 - Aprova alterações do Regulamento Técnico para Emissoras de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada, e do Regulamento Técnico para Prestação do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens e do Serviço de Retransmissão de Televisão. - Anexo 1 - Alteração do Regulamento Técnico para Emissoras de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada, aprovado pela Resolução nº 67, de 12 de novembro de 1998, alterado pela Resolução nº 363, de 20 de abril de 2004 - Alterações do Regulamento Técnico para Emissoras de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada. - Anexo 2 - Alteração do Regulamento Técnico para a Prestação do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens e do Serviço de Retransmissão de Televisão, aprovado pela Resolução nº 284, de 7 de dezembro de 2001 - Alterações</p>

	do Regulamento Técnico para a Prestação do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens. - Anexo 3 - Anexo VII – Critérios Técnicos para Estudos Envolvendo Canais Digitais - Alterações do Regulamento Técnico para a Prestação do Serviço de Retransmissão de Televisão. - Anexo 4 - Valores de Intensidade de Campo (em dBuV/M) obtidos pelo método descrito na Recomendação ITU-R P 1546-1 - Tabelas de Valores de Intensidade de Campo.
Regulamenta	Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 05/04/2012, págs. 50-52

Resolução da ANATEL nº 584, de 27 de março de 2012 - Alteração do Regulamento sobre Canalização e Condições de Uso de Radiofrequências para os serviços Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos - SARC, de Repetição de Televisão - RpTV e de Televisão em Circuito Fechado com Utilização de Radioenlace - CFTV, e dá outras providências.

Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Anexos	Anexo
Dispositivos	LGT, Art. 19, inciso VIII; LGT, Art. 160, caput; LGT, Art. 211, caput.
Revoga	Portaria MC nº 1.279, de 28 de dezembro de 1994 Resolução da ANATEL nº 82/1998 - Aprova o Regulamento sobre Canalização e Condições de Uso de Freqüências para os Serviços Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos, Especial de Repetição de Televisão e Especial de Circuito Fechado de Televisão com Utilização de Radioenlace e dá outras providências.
Correlata	Decreto nº 5.820/2006 - Dispõe sobre a implantação do SBTVD-T, estabelece diretrizes para a transição do sistema de transmissão analógica para o sistema de transmissão digital do serviço de radiodifusão de sons e imagens e do serviço de retransmissão de televisão, e dá outras providências. Resolução da ANATEL nº 303/2002 - Aprova o Regulamento sobre Limitação da Exposição a Campos Elétricos, Magnéticos e Eletromagnéticos na Faixa de Radiofrequências entre 9 kHz e 300 GHz.
Regulamenta	Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 30/03/2012, págs. 119-125

Resolução da ANATEL nº 586, de 5 de abril de 2012 - Aprova o Regulamento do Acesso Individual Classe Especial - AICE, do Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público em geral - STFC, prestado em regime público.

Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Anexos	Anexo
Revoga	Resolução da ANATEL nº 427/2005 - Aprova o Regulamento do Acesso Individual Classe Especial – AICE, do Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público em geral – STFC, prestado em regime público. - Anexo - Regulamento do Acesso Individual Classe Especial – AICE, do Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público em geral – STFC, prestado em regime público.

Regulamenta	Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 09/04/2012, pág. 96

Resolução da ANATEL nº 587, de 25 de abril de 2012 - Altera os Anexos I e II do Regulamento sobre Áreas Locais para o Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral – STFC.

Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Anexos	Anexo 1 Anexo 2 Anexo 3 Anexo 4 Anexo 5 Anexo 6 Anexo 7 Anexo 8
Dispositivos	LGT, Art. 2º, inciso I; LGT, Art. 64, Parágrafo Único; LGT, Art. 103, caput.
Correlata	Resolução da ANATEL nº 560/2011 - Aprova o Regulamento sobre Áreas Locais para o Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral – STFC.
Regulamenta	Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995. Anexo à Resolução da ANATEL nº 560, de 21 de janeiro de 2011 - Regulamento sobre Áreas Locais para o Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral – STFC.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 08/05/2012, págs. 36-38

Resolução da ANATEL nº 588, de 7 de maio de 2012 - Aprova o Regulamento de Remuneração pelo Uso de Redes de Prestadoras do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC.

Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Anexos	Anexo
Dispositivos	CF, Art. 5º, inciso XXXII; LGT, Art. 19, inciso XV; LGT, Art. 64, Parágrafo Único; LGT, Art. 93, inciso XII; LGT, Art. 110, inciso VI; LGT, Art. 146, caput; LGT, Art. 146, inciso I; LGT, Art. 147, caput; LGT, Art. 149, caput; LGT, Art. 150, caput; LGT, Art. 152, caput; LGT, Art. 183, caput.
Revoga	Anexo à Resolução da ANATEL nº 457, de 8 de fevereiro de 2007 - Regulamento de Remuneração pelo Uso de Redes de Prestadoras do Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC.
Correlata	Resolução da ANATEL nº 101/1999 - Regulamento para Apuração de Controle e de Transferência de Controle em Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações.
Regulamenta	Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.

Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 09/05/2012, págs. 62-63
------------	---

Resolução da ANATEL nº 589, de 7 de maio de 2012 - Aprova o Regulamento de Aplicação de Sanções Administrativas.

Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Anexos	Anexo
Dispositivos	CF, Art.5º, inciso LIV; CF, Art.5º, inciso LV; LGT, Art. 19, inciso VI; LGT, Art. 93, inciso XIV; LGT, Art. 137, caput; LGT, Art. 173, caput; LGT, Art. 177, caput.
Altera	Anexo à Resolução da ANATEL nº 334, de 16 de abril de 2003 - Regulamento para Utilização do Cartão Indutivo em Telefone de Uso Público do STFC.
Correlata	Lei nº 9.784/1999 - Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. Lei nº 11.934/2009 - Dispõe sobre limites à exposição humana a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos; altera a Lei no 4.771, de 15 de setembro de 1965; e dá outras providências. Análise do Conselho Diretor da ANATEL nº 213/2012, de 27 de abril de 2012 Parecer nº 1413/2011/PGF/PFEAnatel, de 24 de outubro de 2011 Portaria do Conselho Diretor da ANATEL nº 192/2012, de 28 de fevereiro de 2012
Regulamenta	Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 10/05/2012, págs. 102-104 Diário Oficial da União, Seção 1, 17/05/2012, págs. 80-82 [Republicação] Diário Oficial da União, Seção 1, 20/06/2012, pág. 75 [Retificação]

Resolução da ANATEL nº 590, de 15 de maio de 2012 - Aprova o Regulamento de Exploração Industrial de Linha Dedicada – EILD.

Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Anexos	
Dispositivos	LGT, Art. 93, inciso VIII; LGT, Art. 146, inciso III; LGT, Art. 154, caput; LGT, Art. 155, caput.
Correlata	Resolução da ANATEL nº 101/1999 - Regulamento para Apuração de Controle e de Transferência de Controle em Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações. Resolução da ANATEL nº 396/2005 - Aprova o Regulamento de Separação e Alocação de Contas. - Anexo - Regulamento de Separação e Alocação de Contas. - Anexo 1 - Anexo 2 - Anexo 3 Resolução da ANATEL nº 402/2005 - Aprova o Regulamento de Exploração Industrial de Linha Dedicada. - Anexo - Regulamento de Exploração Industrial de Linha Dedicada. Resolução da ANATEL nº 437/2006 - Determina os Grupos detentores de Poder de Mercado Significativo (PMS) na oferta de Exploração Industrial de Linha Dedicada (EILD).
Regulamenta	Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.

Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 18/05/2012, págs. 69-72
------------	---

Resolução da ANATEL nº 593, de 27 de junho de 2012 - Aprova a Norma para o Licenciamento de Estações Terrenas.

Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Anexos	Anexo
Dispositivos	LGT, Art. 162, caput; LGT, Art. 170, caput.
Correlata	Resolução da ANATEL nº 414/2005 - Aprova Norma para Certificação e Homologação de Equipamentos para Estações Terrenas do Serviço Fixo por Satélite. - Anexo - Norma para Certificação e Homologação de Equipamentos para Estações Terrenas do Serviço Fixo por Satélite. Resolução da ANATEL nº 457/2007 - Aprova o Regulamento sobre Autorização de Uso Temporário de Radiofrequências. - Anexo - Regulamento sobre Autorização de Uso Temporário de Radiofrequências.
Regulamenta	Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 04/07/2012, págs. 66-68 Diário Oficial da União, Seção 1, 06/07/2012, pág. 73 [Retificação]

Resolução da ANATEL nº 594, de 11 de julho de 2012 - Aprovação do Plano Básico de Distribuição de Canais de Radiodifusão Sonora em Onda Curta - PBOC, faixas de 49m, 31m, 25m, 19m e 16m.

Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Anexos	Anexo 2 Anexo 4 Anexo 5
Dispositivos	LGT, Art. 19, inciso VIII; LGT, Art. 211, caput.
Revoga	Anexo à Portaria MC nº 74, de 17 de setembro de 1990
Regulamenta	Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 25/07/2012, págs. 52-55

Resolução nº 595, de 11 de julho de 2012 - Altera o regulamento de cobrança de Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviços e Telecomunicações e pelo Direito de Exploração de Satélite.

Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Anexos	Anexo
Dispositivos	LGT, Art. 22, inciso VII; LGT, Art. 48, caput; LGT, Art. 131, caput; LGT, Art. 136, caput.
Altera	Anexo à Resolução da ANATEL nº 386, de 3 de novembro de 2004 - Regulamento de Cobrança de Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviços de Telecomunicações e pelo Direito de Exploração de Satélite.
Correlata	Lei nº 12.485/2011 - Dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; altera a Medida Provisória no 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nºs 11.437,

	de 28 de dezembro de 2006, 5.070, de 7 de julho de 1966, 8.977, de 6 de janeiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997; e dá outras providências.
Regulamenta	Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 25/07/2012, pág. 55

Resolução da ANATEL nº 596, de 06 de agosto de 2012 - Aprova o Regulamento de Fiscalização.

Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Anexos	Anexo
Dispositivos	LGT, Art. 19, inciso XIII; LGT, Art. 93, inciso X; LGT, Art. 96, inciso V; LGT, Art. 127, caput; LGT, Art. 144, caput; LGT, Art. 160, caput.
Revoga	Resolução da ANATEL nº 441/2006 - Aprova o Regulamento de Fiscalização. - Anexo - Regulamento de Fiscalização.
Regulamenta	Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 09/08/2012, págs. 52-54

Resolução da ANATEL nº 597, de 2 de outubro de 2012 - Aprova o Regulamento para Certificação e Homologação de Acumuladores Chumbo-Ácido Estacionários Ventilados.

Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Anexos	Anexo
Dispositivos	LGT, Art. 19, inciso XIII.
Regulamenta	Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 11/10/2012, págs. 56-65

Resolução da ANATEL nº 598, de 23 de outubro de 2012 - Aprova o Regulamento de Obrigações de Universalização e dá outras providências.

Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Anexos	Anexo
Dispositivos	LGT, Art. 3º, inciso I; LGT, Art. 18, inciso III; LGT, Art. 64, Parágrafo Único; LGT, Art. 79, § 1º; LGT, Art. 80, caput.
Revoga	Resolução da ANATEL nº 536/2009 - Aprova o Regulamento de Acompanhamento e Controle das Obrigações de Universalização do Serviço Telefone Fixo Comutado destinado ao uso do público em geral (STFC), e dá outras providências. Resolução da ANATEL nº 539/2010 - Aprova o Regulamento do Plano Geral de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado Prestado em Regime Público – PGMU, aprovado pelo Decreto nº 4.769, de 27 de junho de 2003, alterado pelo Decreto nº 6.424, de 4 de abril de 2008. - Anexo - Regulamento do Plano Geral de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado Prestado em Regime Público – PGMU.

Correlata	Decreto nº 7.512/2011 - Aprova o Plano Geral de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado Prestado no Regime Público - PGMU, e dá outras providências. Resolução da ANATEL nº 477/2007 - Aprova o Regulamento do Serviço Móvel Pessoal - SMP.
Regulamenta	Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 25/10/2012, págs. 101-106 Diário Oficial da União, Seção 1, 12/11/2012, pág. 98 [Retificação]

Resolução da ANATEL nº 599, de 30 de outubro de 2012 - Aprova a Norma das Condições de Operação de Satélites Geoestacionários em Banda Ka com Cobertura sobre o Território Brasileiro.	
Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Anexos	
Dispositivos	LGT, Art. 170, caput; LGT, Art. 172, caput.
Regulamenta	Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 06/11/2012, págs. 49-50

Resolução da ANATEL nº 600, de 8 de novembro de 2012 - Aprova o Plano Geral de Metas de Competição (PGMC).	
Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Anexos	Anexo
Dispositivos	CF, Art. 170, inciso IV; CF, Art. 173, § 4º (em 04/06/1998); LGT, Art. 7º, § 1º; LGT, Art. 19, inciso XIX; LGT, Art. 70, caput; LGT, Art. 71, caput; LGT, Art. 127, inciso VIII.
Altera	Lei nº 12.529/2011 - Estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica; altera a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, e a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985; revoga dispositivos da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e a Lei nº 9.781, de 19 de janeiro de 1999; e dá outras providências. Decreto nº 4.733/2003 - Dispõe sobre políticas públicas de telecomunicações, e dá outras providências. Decreto nº 6.654/2008 - Aprova o Plano Geral de Outorgas de Serviço de Telecomunicações prestado no regime público. - Anexo 1 - Plano Geral de Outorgas. - Anexo 2 - Regiões do Plano Geral de Outorgas. - Anexo 3 - Setores das Regiões do Plano Geral de Outorgas Anexo à Resolução da ANATEL nº 101, de 4 de fevereiro de 1999 - Regulamento para Apuração de Controle e de Transferência de Controle em Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações. Anexo à Resolução da ANATEL nº 516, de 30 de outubro de 2008 - Plano Geral de Atualização da Regulamentação das Telecomunicações no Brasil (PGR).

Regulamenta	Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 12/11/2012, págs. 90-96 Diário Oficial da União, Seção 1, 26/11/2012, pág. 55 [Retificação]

Resolução da ANATEL nº 601, de 13 de novembro de 2012 - Aprova a Norma para Certificação e Homologação de Acumuladores Chumbo-Ácido Estacionários Ventilados para Aplicação em Sistemas Fotovoltaicos de Baixa Potência.

Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Anexos	Anexo
Dispositivos	LGT, Art. 19, inciso XIII; LGT, Art. 214, inciso I.
Correlata	Resolução da ANATEL nº 379/2004 - Aprova Norma para Certificação e Homologação de Acumuladores Chumbo-Ácido Estacionários para Aplicações Específicas. - Anexo - Norma para Certificação e Homologação de Acumuladores Chumbo-Ácido Estacionários para Aplicações Específicas.
Regulamenta	Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 04/12/2012, págs. 41-47

Resolução da ANATEL nº 602, de 13 de novembro de 2012 - Aprova a Norma para Certificação e Homologação de Acumuladores Chumbo-Ácido Estacionários Ventilados para Aplicações Específicas.

Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Anexos	Anexo
Dispositivos	LGT, Art. 19, inciso VIII; LGT, Art. 214, inciso I.
Revoga	Resolução da ANATEL nº 379/2004 - Aprova Norma para Certificação e Homologação de Acumuladores Chumbo-Ácido Estacionários para Aplicações Específicas. - Anexo - Norma para Certificação e Homologação de Acumuladores Chumbo-Ácido Estacionários para Aplicações Específicas.
Regulamenta	Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 06/12/2012, págs. 88-93

Resolução da ANATEL nº 603, de 13 de novembro de 2012 - Aprova a Norma para Certificação e Homologação de Acumuladores Chumbo-Ácido Estacionários Regulados por Válvula para Aplicações Específicas.

Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Anexos	Anexo
Dispositivos	LGT, Art. 19, inciso XIII; LGT, Art. 214, inciso I.
Correlata	Resolução da ANATEL nº 242/2000 - Aprova o Regulamento para Certificação e Homologação de Produtos para Telecomunicações. Resolução da ANATEL nº 379/2004 - Aprova Norma para Certificação e Homologação de Acumuladores Chumbo-Ácido Estacionários para Aplicações Específicas. - Anexo

	- Norma para Certificação e Homologação de Acumuladores Chumbo-Ácido Estacionários para Aplicações Específicas.
Regulamenta	Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 07/12/2012, págs. 213-220

Resolução da ANATEL nº 604, de 27 de novembro de 2012 - Aprova alteração no Regulamento do Serviço Móvel Pessoal - SMP, aprovado pela Resolução nº 477, de 7 de agosto de 2007, alterado pela Resolução nº 491, de 12 de fevereiro de 2008, pela Resolução nº 509, de 14 de agosto de 2008, pela Resolução nº 564, de 20 de abril de 2011, pela Resolução nº 567, de 24 de maio de 2011, e pela Resolução nº 575, de 28 de outubro de 2011.	
Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Anexos	Anexo
Dispositivos	CF, Art. 5º, inciso XXXII; LGT, Art. 6º, caput; LGT, Art. 19, inciso X; LGT, Art. 127, caput.
Altera	Anexo à Resolução da ANATEL nº 477, de 7 de agosto de 2007 - Regulamento do Serviço Móvel Pessoal – SMP.
Correlata	Resolução da ANATEL nº 491/ 2008 - Aprova a alteração do art. 118 do Anexo à Resolução nº 477, de 7 de agosto de 2007, que trata do Regulamento do Serviço Móvel Pessoal – SMP, e acrescenta ao Anexo o art. 119. Resolução da ANATEL nº 509/2008 - Aprova o Regulamento da Central de Intermediação de Comunicação Telefônica a ser utilizada por pessoas com deficiência auditiva ou da fala – CIC. Resolução da ANATEL nº 564/2011 - Aprova alteração no Regulamento do Serviço Móvel Pessoal - SMP, aprovado pela Resolução nº 477, de 7 de agosto de 2007, e alterado pelas Resoluções nº 491, de 12 de fevereiro de 2008, e nº 509, de 14 de agosto de 2008. Resolução da ANATEL nº 567/2011 - Aprova alteração do Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado, aprovado pela Resolução nº 426, de 2005; do Regulamento do Serviço Móvel Pessoal, aprovado pela Resolução nº 477, de 2007; e do Regulamento de Proteção e Defesa dos Direitos dos Assinantes dos Serviços de Televisão por Assinatura, aprovado pela Resolução nº 488, de 2007, e alterado pela Resolução nº 528, de 2009. Resolução nº 575/2011 - Aprova o Regulamento de Gestão da Qualidade da Prestação do Serviço Móvel Pessoal - RGQ-SMP e altera o Regulamento do Serviço Móvel Pessoal - SMP, aprovado pela Resolução nº 477, de 7 de agosto de 2007, e alterado pelas Resoluções nº 491, de 12 de fevereiro de 2008, nº 509, de 14 de agosto de 2008, nº 564, de 20 de abril de 2011 e nº 567, de 24 de maio de 2011.
Regulamenta	Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 29/11/2012, pág. 54

Atos Referenciados

Ato Administrativo

Ato

Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 1.133, de 29 de fevereiro de 2012	
Ementa	Declara nulo o art. 79 do Regimento Interno da Anatel, que dispõe sobre o sigilo de PADO.
Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Dispositivos	LGT, Art. 19, inciso XXVII; LGT, Art. 39, caput; LGT, Art. 174, caput.
Regulamenta	Resolução da ANATEL nº 270/2001 - Aprova o Regimento Interno da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 01/03/2012, pág. 75

Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 2.099, de 14 de abril de 2012	
Ementa	Aprova a Edição 2012 do Plano de Atribuição, Destinação e Distribuição de Faixas de Frequências no Brasil.
Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Anexos	Anexo
Dispositivos	LGT, Art. 19, inciso VIII; LGT, Art. 22, inciso VIII; LGT, Art. 158, caput; LGT, Art. 158, § 1º, inciso III.
Regulamenta	Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 25/04/2012, pág. 106

Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 2.295, de 23 de abril de 2012	
Ementa	Declara conveniente e autoriza a abertura de procedimento licitatório para expedição de autorizações de uso de radiofrequências na subfaixa 2500 MHz a 2690 MHz e/ou na subfaixa de 451 MHz a 458 MHz e de 461 MHz a 468 MHz associadas ao SCM, STFC e SMP.
Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Dispositivos	LGT, Art. 64, Parágrafo Único; LGT, Art. 157, caput; LGT, Art. 159, caput; LGT, Art. 160, caput; LGT, Art. 163, caput; LGT, Art. 164, inciso I; LGT, Art. 165, caput.
Regulamenta	Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 24/04/2012, pág. 31

Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 2.716, de 15 de maio de 2012	
Ementa	Estabelece os Valores de Referência de EILD Padrão para Grupo detentor de PMS na oferta de EILD.
Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.

Dispositivos	LGT, Art. 93, inciso VIII; LGT, Art. 146, inciso III; LGT, Art. 154, caput; LGT, Art. 155, caput.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 25/12/2012, pág. 101

Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 6.617, de 8 de novembro de 2012	
Ementa	Designa os Grupos detentores de PMS no Mercado de Oferta de Infraestrutura de Rede Fixa de Acesso para Transmissão de Dados por Meio de Par de Cobre ou Cabo Coaxial em Taxas de Transmissão Iguais ou Inferiores a 10 Mbps nos Municípios, e dá outras providências [Comentário: Os atos 6.617, 6.619, 6.620 e 6.622 do Conselho Diretor da ANATEL foram os primeiros a designar os grupos detentores de Poder de Mercado Significativo (PMS) no esteio do Plano Geral de Metas de Competição (PGMC), aprovado pela Resolução nº 600, de 2012. [Alterações ou atualizações posteriores das listagens são mantidas no sítio eletrônico da ANATEL, em link correspondente ao PGMC.]
Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Anexos	Anexo
Dispositivos	CF, Art. 170, inciso IV; CF, Art. 173, § 4º (em 04/06/1998); LGT, Art. 7º, § 1º; LGT, Art. 19, inciso XIX; LGT, Art. 70, caput; LGT, Art. 71, caput.
Regulamenta	Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 12/11/2012, pág. 96

Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 6.619, de 8 de novembro de 2012	
Ementa	Designa os Grupos detentores de PMS no Mercado Relevante de Oferta Atacadista de Infraestrutura de Rede Fixa de Transporte Local e de Longa Distância para Transmissão de Dados em Taxas de Transmissão Iguais ou Inferiores a 34 Mbps nos Municípios, e dá outras providências [Comentário: Os atos 6.617, 6.619, 6.620 e 6.622 do Conselho Diretor da ANATEL foram os primeiros a designar os grupos detentores de Poder de Mercado Significativo (PMS) no esteio do Plano Geral de Metas de Competição (PGMC), aprovado pela Resolução nº 600, de 2012. Alterações ou atualizações posteriores das listagens são mantidas no sítio eletrônico da ANATEL, em link correspondente ao PGMC.]
Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Anexos	Anexo
Dispositivos	CF, Art. 170, inciso IV; CF, Art. 173, § 4º (em 04/06/1998); LGT, Art. 7º, § 1º; LGT, Art. 19, inciso XIX; LGT, Art. 70, caput; LGT, Art. 71, caput.
Regulamenta	Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 12/11/2012, pág. 96

Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 6.620, de 8 de novembro de 2012	
Ementa	Designa os Grupos detentores de PMS no Mercado de Infraestrutura Passiva para redes de transporte e acesso [Comentário: Os atos 6.617, 6.619, 6.620 e 6.622 do Conselho Diretor da ANATEL foram os primeiros a designar os grupos detentores de Poder de Mercado Significativo (PMS) no esteio do Plano Geral de Metas de

	Competição (PGMC), aprovado pela Resolução nº 600, de 2012. Alterações ou atualizações posteriores das listagens são mantidas no sítio eletrônico da ANATEL, em link correspondente ao PGMC.]
Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Anexos	Anexo
Dispositivos	CF, Art. 170, inciso IV; CF, Art. 173, § 4º (em 04/06/1998); LGT, Art. 7º, § 1º; LGT, Art. 19, inciso XIX; LGT, Art. 70, caput; LGT, Art. 71, caput.
Regulamenta	Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 12/11/2012, págs. 96-97

Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 6.621, de 8 de novembro de 2012

Ementa	Designa os Grupos detentores de PMS no Mercado de Terminação de Chamadas em Redes Móveis nas Regiões do Plano Geral de Autorizações – PGA [Comentário: Os atos 6.617, 6.619, 6.620 e 6.622 do Conselho Diretor da ANATEL foram os primeiros a designar os grupos detentores de Poder de Mercado Significativo (PMS) no esteio do Plano Geral de Metas de Competição (PGMC), aprovado pela Resolução nº 600, de 2012. Alterações ou atualizações posteriores das listagens são mantidas no sítio eletrônico da ANATEL, em link correspondente ao PGMC.]
Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Anexos	Anexo
Dispositivos	CF, Art. 170, inciso IV; CF, Art. 173, § 4º (em 04/06/1998); LGT, Art. 19, inciso XIX; LGT, Art. 70, caput; LGT, Art. 71, caput.
Regulamenta	Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 12/11/2012, pág. 97

Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 6.622, de 8 de novembro de 2012

Ementa	Designa os Grupos detentores de PMS no Mercado Relevante de Roaming Nacional nas Áreas de Registro (AR) [Comentário: Os atos 6.617, 6.619, 6.620 e 6.622 do Conselho Diretor da ANATEL foram os primeiros a designar os grupos detentores de Poder de Mercado Significativo (PMS) no esteio do Plano Geral de Metas de Competição (PGMC), aprovado pela Resolução nº 600, de 2012. Alterações ou atualizações posteriores das listagens são mantidas no sítio eletrônico da ANATEL, em link correspondente ao PGMC.]
Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Anexos	Anexo
Dispositivos	CF, Art. 170, inciso IV; CF, Art. 173, § 4º (em 04/06/1998); LGT, Art. 7º, § 1º; LGT, Art. 19, inciso XIX; LGT, Art. 70, caput; LGT, Art. 71, caput.
Regulamenta	Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 12/11/2012, págs. 97-98

Verificar código de ordem do Ato

Resolução de Gestão do FUST - 2011	
Ementa	Resolução de Gestão do FUST – 2011
Órgão Emissor	ANATEL; Ministério das Comunicações.
Dispositivos	CF, Art. 70, Parágrafo Único (em 06/04/1998); LGT, Art. 81, § único, inciso II.

Relatório Anual da ANATEL

Relatório Anual da ANATEL 2011	
Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Dispositivos	LGT, Art. 19, inciso XXVIII.

Relatório da Ouvidoria da ANATEL

Relatório da Ouvidoria da ANATEL 2012	
Órgão Emissor	ANATEL - Ouvidoria.
Dispositivos	LGT, Art. 45, Parágrafo Único.

Súmula

Súmula da ANATEL nº 13, de 31 de outubro de 2012	
Ementa	Estão incluídas na base de cálculo do valor devido a título de renovação do direito de uso de radiofrequências previsto nos Termos de Autorização para a prestação do Serviço Móvel Pessoal (SMP), dentre outras, as receitas de interconexão, de facilidades ou comodidades adicionais, e as receitas operacionais inerentes à prestação do SMP.
Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Dispositivos	LGT, Art. 19, inciso XVI; LGT, Art. 167, § 1º.
Regulamenta	Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 27/11/2012, pág. 37

Índice Alfabético e Remissivo

Símbolos

2,5 GHz

(*ver* Faixa de 2,5 GHz)

450 MHz

Licitação

autorização para abertura de procedimento de, **379**

[Ato do Conselho Diretor da ANATEL n° 2.295, de 23 de abril de 2012]

Programa Um Computador por Aluno

isenção do Fistel para equipamentos de 450 MHz, **357**

[Lei n° 12.715/2012]

746,00 MHz a 800 MHz, 370

[Resolução da ANATEL n° 583/2012]

, **371**

[Resolução n° 586/2012]

A

Acerto de Contas

(*ver* Remuneração de Redes)

Acessibilidade, 346

Acesso a Informações

disciplina legal do acesso a informações, **359**

[Decreto n° 7.724/2012]

Informação Classificada regulamentação da, **361**

[Decreto n° 7.845/2012]

Acesso a Serviços de Interesse Público e Uso de Radiofrequência por tais Serviços, 346

Acesso às Telecomunicações, 322

Acumulador Chumbo-Ácido Estacionário para Aplicações Específicas

norma para certificação e homologação, **377**

[Resolução da ANATEL n° 602/2012]

norma para certificação e homologação de, **377**

[Resolução da ANATEL n° 603/2012]

Acumulador Chumbo-Ácido Estacionário Ventilado

norma para certificação e homologação de, **375**

[Resolução n° 597/2012]

Acumulador Chumbo-Ácido Estacionário Ventilado para Aplicação em Sistemas Fotovoltaicos de Baixa Potência

norma para certificação e homologação de, **377**

[Resolução da ANATEL n° 601/2012]

Adaptação

Preço Público

sua fixação para adaptacao de outorgas de DTH, MMDS, Serviço Esocial de TV por assinatura, e Serviço de TV a Cabo para o SeAC, **374**

[Resolução n° 595/2012]

Administração do Setor de Telecomunicações, 314

Administrador

Má-fé

infrações praticadas por pessoa jurídica resultam em sanção de multa para seus administradores ou controladores quando tiverem agido de, **373**

[Resolução n° 589/2012]

Adolescente

- (*ver Estatuto da Criança e do Adolescente*)
- Advertência**
(*ver Advertência (Sanção Administrativa)*)
- Advertência Administrativa (Sanção Administrativa)**
Regulamento de Aplicação de Sanções Administrativas
hipóteses de aplicação de advertência, **373**
[Resolução nº 589/2012]
- Aeroportos, 348**
- Agência Nacional de Telecomunicações**
Informação Classificada regulamentação da, **361**
[Decreto nº 7.845/2012]
- Agente de Fiscalização**
princípios regedores de suas funções, **375**
[Resolução da ANATEL nº 596/2012]
- Agente Econômico**
Plano Geral de Metas de Competição procedimentos para composição de conflitos entre agentes econômicos e matérias diretamente relacionadas com o, **376**
[Resolução da ANATEL nº 600/2012]
- Aluguel de Rede**
(*ver Exploração Industrial de Linha Dedicada*)
- ANATEL, 348**
(*ver Agência Nacional de Telecomunicações*)
- Antenas, 310**
- Aplicações de Telecomunicações, 345**
- Aplicações Educacionais, 345**
- Arbitramento Administrativo**
Resolução de Disputas sua previsão no Plano Geral de Metas de Competição, **376**
[Resolução da ANATEL nº 600/2012]
- Arcabouço Regulatório**
Revisão do Arcabouço Regulatório das Comunicações sua previsão como meta do PPA 2012/2015, **356**
[Lei nº 12.593/2012]
- Área de Tarifa Básica, 372**
(*ver também Área de Tarifação*)
[Resolução da ANATEL nº 587/2012]
- Área de Tarifação**
(*ver também Área de Tarifa Básica*)
(*ver também Área Local*)
(*ver também Código Nacional (Serviço Telefônico Fixo Comutado)*)
Serviço Telefônico Fixo Comutado alteração de área de tarifação do, **369**
[Resolução da ANATEL nº 580/2012]
- Área Local, 372**
(*ver também Área de Tarifação*)
[Resolução da ANATEL nº 587/2012]
Regulamento sobre Áreas Locais para o STFC alteração do, **372**
[Resolução da ANATEL nº 587/2012]
- Aspectos Históricos, 309**
- Assimetria Regulatória, 376**
(*ver também Poder de Mercado Significativo*)
(*ver também Regulação Assimétrica*)
[Resolução da ANATEL nº 600/2012]
Medida Regulatória Assimétrica diretrizes para a adoção de, **376**
[Resolução da ANATEL nº 600/2012]
seu elenco no setor de telecomunicações, **376**
[Resolução da ANATEL nº 600/2012]
- Atacado**
Poder de Mercado Significativo listagem de grupos detentores de PMS no Mercado Relevante de Oferta Atacadista de Infraestrutura de Rede Fixa de Transporte Local e de Longa Distância para Transmissão de Dados em Taxas de Transmissão

Iguais ou Inferiores a 34 Mbps nos Municípios, **380**

[Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 6.619, de 8 de novembro de 2012]

ATB

(*ver* Área de Tarifa Básica)

Ato de Concentração Econômica

(*ver* Competição)

Atores no Setor de Telecomunicações, 348

Atribuição, Destinação e Designação de Radiofrequência, 312

Autorização

(*ver* Autorização (Radiodifusão))

Autorização (Radiodifusão)

Competência

do Ministério das Comunicações para outorgar a exploração dos serviços de radiodifusão sonora, **359**

[Decreto nº 7.670/2012]

Autorização (regras aplicáveis), 315

Autorização, 373

(*ver também* Autorização de Uso de Radiofrequência)

[Resolução nº 589/2012]

Serviço Móvel Pessoal

inclusão, na base de cálculo do valor devido a título de renovação do direito de uso de radiofrequências do SMP, as receitas de interconexão, de facilidades ou comodidades adicionais e as receitas operacionais inerentes à prestação do SMP, **382**

[Súmula da ANATEL nº 13, de 31 de outubro de 2012]

Autorização de Uso de Radiofrequência

(*ver também* Autorização)

450 MHz

declaração de conveniência e autorização para abertura de procedimento de licitação para expedição de autorização de uso de radiofrequências nas subfaixas de 2500 MHz a 2690 MHz e/ou de 451 MHz a 458 MHz e de 461 MHz a 468 MHz, **379**

[Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 2.295, de 23 de abril de 2012]

Faixa de 2,5 GHz

declaração de conveniência e autorização para abertura de procedimento de licitação para expedição de autorização de uso de radiofrequências nas subfaixas de 2500 MHz a 2690 MHz e/ou de 451 MHz a 458 MHz e de 461 MHz a 468 MHz, **379**

[Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 2.295, de 23 de abril de 2012]

Serviço Móvel Pessoal

inclusão, na base de cálculo do valor devido a título de renovação do direito de uso de radiofrequências do SMP, as receitas de interconexão, de facilidades ou comodidades adicionais e as receitas operacionais inerentes à prestação do SMP, **382**

[Súmula da ANATEL nº 13, de 31 de outubro de 2012]

Autorização Provisória de Funcionamento

condições para, **362**

[Portaria MC nº 86, de 15 de fevereiro de 2012]

funcionamento em caráter provisório da entidade prestadora de serviços de radiodifusão, **360**

[Decreto nº 7.776/2012]

Avaliação de Conformidade

(*ver* **Certificação**)

B

Backhaul

(*ver também* **Banda Larga**)

Serviço Telefônico Fixo Comutado
caracterização do backhaul como
bem reversível, **375**
[Resolução n° 598/2012]

Banda Ka

(*ver também* **Banda Ku**)

Satélite Geoestacionário
condições de operação em Banda
Ka com cobertura sobre o
Território Brasileiro, **376**
[Resolução da ANATEL n° 599/2012]

Banda Ku, 376

(*ver também* **Banda Ka**)

[Resolução da ANATEL n° 599/2012]

Banda Larga, 347

Banda Larga

(*ver também* **Backhaul**)

(*ver também* **Oferta Atacadista de
Infraestrutura**)

(*ver também* **Oferta de infraestrutura**)

(*ver também* **Programa Nacional de
Banda Larga**)

Investimento

procedimento de aprovação de
projetos de investimento
considerados prioritários em
infraestrutura nos setores de
telecomunicações e radiodifusão,
364

[Portaria MC n° 330, de 5 de julho de
2012]

Poder de Mercado Significativo

listagem de grupos detentores de
PMS no Mercados de Oferta de
Infraestrutura de Rede Fixa de
Acesso para Transmissão de
Dados por Meio de Par de Cobre
ou Cabo Coaxial em Taxas de
Transmissão Iguais ou Inferiores
a 10 Mbps nos Municípios, **380**

[Ato do Conselho Diretor da ANATEL
n° 6.617, de 8 de novembro de 2012]

Regime Especial de Tributação do
Programa Nacional de Banda Larga
para Implantação de Redes de
Telecomunicações

instituição do, **357–358**

[Lei n° 12.715/2012] [Medida
Provisória n° 563/2012]

Regulamento de Obrigações de
Universalizações

larguras de banda por município
fixadas no, **375**

[Resolução n° 598/2012]

Bem Reversível

Backhaul

larguras de banda por município
fixadas no, **375**

[Resolução n° 598/2012]

Benefício Tributário

Imposto de Renda

procedimento de aprovação de
projetos de investimento
considerados prioritários em
infraestrutura nos setores de
telecomunicações e radiodifusão,
364

[Portaria MC n° 330, de 5 de julho de
2012]

Bill-and-Keep, 372

(*ver também* **Regulamento de
Remuneração pelo Uso das Redes
das Prestadoras de STFC**)

[Resolução da ANATEL n° 588/2012]

Boa-Fé

Satélite

exigência às exploradoras de
satélites para que coordenem suas
redes imbuídas de boa-fé e
cooperação mútua, **376**

[Resolução da ANATEL n° 599/2012]

C

Cabo Coaxial

Poder de Mercado Significativo

listagem de grupos detentores de PMS no Mercados de Oferta de Infraestrutura de Rede Fixa de Acesso para Transmissão de Dados por Meio de Par de Cobre ou Cabo Coaxial em Taxas de Transmissão Iguais ou Inferiores a 10 Mbps nos Municípios, **380**
[Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 6.617, de 8 de novembro de 2012]

Canal da cidadania

Diretrizes do Plano Plurianual disciplina do PPA 2012/2015 de meta de pelo menos um canal da cidadania implantado em cada unidade da federação, **356**
[Lei nº 12.593/2012]

Norma Regulamentar do Canal da Cidadania aprovação da, **367**
[Portaria MC nº 489, de 18 de dezembro de 2012]

Canal de Televisão

(*ver* **746,00 MHz a 800 MHz**)
(*ver* **Canal de Televisão (Radiodifusão)**)

Canal de Televisão (Radiodifusão), 370

(*ver também* **Interferência de Canal Adjacente**)
[Resolução da ANATEL nº 583/2012]

Canalização

(*ver* **Distribuição de Canais**)

Caráter Primário

Destinação de Radiofrequências manutenção de destinação de subfaixas de radiofrequências em caráter primário para o SARC, **371**
[Resolução da ANATEL nº 584/2012]

Certificação

Acumulador Chumbo-Ácido Estacionário para Aplicações Específicas, **377**
[Resolução da ANATEL nº 602/2012]
[Resolução da ANATEL nº 603/2012]

Acumulador Chumbo-Ácido Estacionário Ventilado, **375**
[Resolução nº 597/2012]

Acumulador Chumbo-Ácido Estacionário Ventilado para Aplicação em Sistemas Fotovoltaicos de Baixa Potência, **377**
[Resolução da ANATEL nº 601/2012]

Certificação / Homologação, 312 CFTV

(*ver* **Serviço Especial de Circuito Fechado de Televisão com Utilização de Rádioenlace**)

Chamada Sucessiva

Serviço Móvel Pessoal consideração de chamadas sucessivas como sendo uma única chamada, **378**
[Resolução da ANATEL nº 604/2012]

Cidades Digitais

Tecnologias da Informação e Comunicação sua apropriação pela gestão pública local e pela população como objetivo do Projeto de Implantação e Manutenção das Cidades Digitais, **363**
[Portaria MC nº 186, de 28 de março de 2012]

Classificação, 366

(*ver também* **Classificação Indicativa**)
[Portaria MJ nº 1.642, de 3 de agosto de 2012]

Classificação Indicativa

(*ver também* **Classificação**)
regulamento do Ministério da Justiça sobre, **366**
[Portaria MJ nº 1.642, de 3 de agosto de 2012]

Serviço de Acesso Condicionado regulamento de classificação indicativa para o, **366**
[Portaria MJ nº 1.642, de 3 de agosto de 2012]

Classificações de Serviços no Setor de Telecomunicações, 326

Cobre, 380

[Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 6.617, de 8 de novembro de 2012]

Código Nacional

(*ver* **Código Nacional (Serviço Telefônico Fixo Comutado)**)

Código Nacional (Serviço Telefônico Fixo Comutado), 372

(*ver também* **Área de Tarifação**)

[Resolução da ANATEL nº 587/2012]
alteração de, **368-369**

[Resolução da ANATEL nº 579/2012]
[Resolução da ANATEL nº 580/2012]

Coletivo

(*ver* **Serviço de Interesse Coletivo**)

Compartilhamento de Infraestrutura, 309

Compartilhamento de Redes

Exploração Industrial de Linha Dedicada, **373**

[Resolução nº 590/2012]

fixação dos valores de referência de EILD Padrão para grupo detentor de PMS na oferta de, **379**

[Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 2.716, de 15 de maio de 2012]

Compensação Fiscal

pela cedência do horário gratuito da propaganda partidária e eleitoral, de plebiscitos e referendos, **361**

[Decreto nº 7.791/2012]

Competência

Ministério das Comunicações

para outorgar, por meio de concessão, permissão ou autorização, a exploração dos serviços de radiodifusão sonora, **359**

[Decreto nº 7.670/2012]

Presidência da República

para outorgar, por meio de concessão, a exploração dos

serviços de radiodifusão de sons e imagens, **359**

[Decreto nº 7.670/2012]

Competição, 376

(*ver também* **Plano Geral de Metas de Competição**)

[Resolução da ANATEL nº 600/2012]

Plano Geral de Metas de Competição aprovação do, **376**

[Resolução da ANATEL nº 600/2012]

Composição de Conflitos, 376

(*ver também* **Resolução de Disputas**)

[Resolução da ANATEL nº 600/2012]

Comunicação Audiovisual de Acesso Condicionado

Classificação Indicativa

regulamento do Ministério da Justiça sobre, **366**

[Portaria MJ nº 1.642, de 3 de agosto de 2012]

Comunicação Social

Classificação Indicativa

sua regulamentação para o SeAC, **366**

[Portaria MJ nº 1.642, de 3 de agosto de 2012]

Concessão

(*ver* **Concessão (Radiodifusão)**)

Concessão (Radiodifusão)

(*ver também* **Concessão**)

Competência

da Presidência da República para outorgar a exploração dos serviços de radiodifusão de sons e imagens, **359**

[Decreto nº 7.670/2012]

do Ministério das Comunicações para outorgar a exploração dos serviços de radiodifusão sonora, **359**

[Decreto nº 7.670/2012]

Concessão (regras aplicáveis), 315

Concessão, 373

(*ver também* **Concessão (Radiodifusão)**)

(ver também Concessionária)

[Resolução nº 589/2012]

Plano Geral de Metas de Universalização do STFC no Regime Público

regulamentação do, **375**

[Resolução nº 598/2012]

Concessionária**(ver também Concessão)**

Plano Geral de Metas de Universalização do STFC no Regime Público

regulamentação do, **375**

[Resolução nº 598/2012]

Universalização

regras para declaração de cumprimento de obrigações de universalização por concessionária do STFC, **375**

[Resolução nº 598/2012]

Concorrência**(ver Competição)****Concorrência no Setor de Telecomunicações, 319****Condições de Uso de Radiofrequência e Canalização (Distribuição de Canais), 313****Conflito, 376**

[Resolução da ANATEL nº 600/2012]

Conflito entre Operadoras**(ver Resolução de Disputas)****Conselho Consultivo da Rádio Digital**criação do, **366**

[Portaria MC nº 365, de 14 de agosto de 2012]

Consumidor, 373**(ver também Usuário)**

[Resolução nº 589/2012]

Controlador

Mã-fé

infrações praticadas por pessoa jurídica resultam em sanção de multa para seus administradores

ou controladores quando tiverem agido de, **373**

[Resolução nº 589/2012]

Controle de Conteúdo**(ver também TV Digital)**

Classificação Indicativa

sua regulamentação para o SeAC, **366**

[Portaria MJ nº 1.642, de 3 de agosto de 2012]

INTERNET

possibilidade de determinação judicial de cessação das transmissões eletrônicas atentatórias à raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, **358**

[Lei nº 12.735/2012]

Controle Social, Hierárquico e Interorgânico, 325**Convergência, 326****Copa das Confederações**

Plano Plurianual

metas de banda larga para as cidades-sede da Copa das Confederações de 2013, **356**

[Lei nº 12.593/2012]

Copa do Mundo

Plano Plurianual

metas de banda larga para as cidades-sede da Copa do Mundo de 2014, **356**

[Lei nº 12.593/2012]

Criança**(ver Estatuto da Criança e do Adolescente)****Crime**

Delito Informático

sua tipificação criminal, **358**

[Lei nº 12.737/2012]

Invasão de Dispositivo Informático

sua tipificação criminal, **358**

[Lei nº 12.737/2012]

Preconceito

possibilidade de determinação judicial de cessação das

transmissões eletrônicas atentatórias à raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, **358**

[Lei nº 12.735/2012]

Serviço Telemático

tipificação criminal de interrupção ou perturbação de, **358**

[Lei nº 12.737/2012]

D

Debêntures

(*ver Emissão de Debêntures*)

Debêntures

Sociedade de Propósito Específico procedimento de aprovação de projetos de investimento considerados prioritários em infraestrutura nos setores de telecomunicações e radiodifusão, **364**

[Portaria MC nº 330, de 5 de julho de 2012]

Declaração de Inidoneidade

(*ver também Sanção Administrativa*)

Regulamento de Aplicação de Sanções Administrativas

hipóteses de aplicação de declaração de inidoneidade, **373**

[Resolução nº 589/2012]

Defesa do consumidor

(*ver Consumidor*)

Defesa do Usuário

(*ver Usuário*)

Delito Informático

(*ver também INTERNET*)

sua tipificação criminal, **358**

[Lei nº 12.737/2012]

Desenvolvimento Tecnológico

(*ver Pesquisa e Desenvolvimento*)

Destinação de Radiofrequências

(*ver também Destinação de Radiofrequências*)

(*ver também Plano de Atribuição, Destinação e Distribuição de Faixas de Frequências no Brasil*)

Serviço Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos

manutenção de destinação de subfaixas de radiofrequências em caráter primário para o, **371**

[Resolução da ANATEL nº 584/2012] revogação da destinação da subfaixa de radiofrequências de 26,100 MHz a 26,175 MHz para o SARC, **371**

[Resolução da ANATEL nº 584/2012]

Serviço de Repetição de Televisão

manutenção de destinação de subfaixas de radiofrequências em caráter primário para o, **371**

[Resolução da ANATEL nº 584/2012]

Serviço Especial de Circuito Fechado de Televisão com Utilização de Radioenlace

manutenção de destinação de subfaixas de radiofrequências em caráter primário para o, **371**

[Resolução da ANATEL nº 584/2012]

Serviço Especial de Radioacesso

revogação da destinação da subfaixa de radiofrequências de 944 MHz a 948 MHz para o, **371**

[Resolução da ANATEL nº 584/2012]

Digitalização

Inclusão Digital

inclusão de itens, em especial, modem e tablet PC, na lista de beneficiários da redução das alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, **359**

[Decreto nº 7.715/2012]

instituição do REPMBL-Redes e restabelecimento do REICOMP, **357-358**

[Lei nº 12.715/2012] [Medida Provisória nº 563/2012]

Regulamento sobre Canalização e Condições de Uso de Frequências para os Serviços Auxiliar de

Rádiodifusão e Correlatos, Especial de Repetição de Televisão e Especial de Circuito Fechado de Televisão com Utilização de Radioenlace aprovação do, **371**

[Resolução da ANATEL nº 584/2012]

Direct-to-Home

(*ver Serviço de Distribuição de Sinais de Televisão e de Áudio por Assinatura Via Satélite*)

Direito a Ampla Defesa e Contraditório

Procedimento Administrativo para Apuração de Descumprimento de Obrigações (Agência Nacional de Telecomunicações)

declaração de nulidade do art. 79 do Regimento Interno da Anatel, que dispunha sobre sigilo de PADO, **379**

[Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 1.133, de 29 de fevereiro de 2012]

Direito à Informação

exigência de divulgação pela concessionária de STFC das correspondentes metas de universalização, **375**

[Resolução nº 598/2012]

Procedimento Administrativo para Apuração de Descumprimento de Obrigações (Agência Nacional de Telecomunicações)

declaração de nulidade do art. 79 do Regimento Interno da Anatel, que dispunha sobre sigilo de PADO, **379**

[Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 1.133, de 29 de fevereiro de 2012]

Direito à intimidade

Procedimento Administrativo para Apuração de Descumprimento de Obrigações (Agência Nacional de Telecomunicações)

declaração de nulidade do art. 79 do Regimento Interno da Anatel,

que dispunha sobre sigilo de PADO, **379**

[Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 1.133, de 29 de fevereiro de 2012]

Direito Aeroespacial, 344

Direito da Concorrência, 342

Direito da Criança e do Adolescente, 366

(*ver também Estatuto da Criança e do Adolescente*)

[Portaria MJ nº 1.642, de 3 de agosto de 2012]

Classificação Indicativa

sua regulamentação para o Serviço de Acesso Condicionado, **366**

[Portaria MJ nº 1.642, de 3 de agosto de 2012]

Direito de Participação Política

(*ver Liberdade de Participação*)

Direito de Uso de Radiofrequência, 313

Direito do Consumidor, 341

Direito Penal, 344

Distribuição de Canais

(*ver também Espectro de Radiofrequências*)

Regulamento sobre Canalização e Condições de Uso de Frequências para os Serviços Auxiliar de Rádiodifusão e Correlatos, Especial de Repetição de Televisão e Especial de Circuito Fechado de Televisão com Utilização de Radioenlace, **371**

[Resolução da ANATEL nº 584/2012]

Regulamento Técnico para a Prestação do Serviço de Rádiodifusão de Sons e Imagens e do Serviço de Retransmissão de Televisão

alteração do, **370**

[Resolução da ANATEL nº 583/2012]

TV Digital

alteração do Regulamento Técnico para Prestação do Serviço de Rádiodifusão de Sons e Imagens

e do Serviço de Retransmissão de Televisão, **370**

[Resolução da ANATEL nº 583/2012]

DTH

(*ver Serviço de Distribuição de Sinais de Televisão e de Áudio por Assinatura Via Satélite*)

DTH (Direct to Home - Serviço de Distribuição de Sinais de Televisão e de Áudio por Assinatura Via Satélite), 334

E

ECA

(*ver Estatuto da Criança e do Adolescente*)

Educação, 356

(*ver também Radiodifusão Educativa*)

[Lei nº 12.603/2012]

Canal da cidadania

promoção de programas de finalidades educativas como objetivo do, **367**

[Portaria MC nº 489, de 18 de dezembro de 2012]

procedimento de apreciação de pedidos de outorga de concessão, permissão ou autorização para exploração de serviços de radiodifusão com fins exclusivamente educativos, **365**

[Portaria MC nº 355, de 12 de julho de 2012]

Educação à Distância

exigência de tratamento diferenciado por canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens, **356**

[Lei nº 12.603/2012]

Educação e Pesquisa, 322

EILD

(*ver Exploração Industrial de Linha Dedicada*)

Emissão de Debêntures, 364

[Portaria MC nº 330, de 5 de julho de 2012]

Ensino

Educação à Distância

exigência de tratamento diferenciado por canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens, **356**

[Lei nº 12.603/2012]

Equipamentos de Telecomunicações, 310

Espécies de Outorga, 315

Espectro de Radiofrequência, 312

Espectro de Radiofrequências

(*ver também Distribuição de Canais*)

(*ver também Gestão do Espectro de Radiofrequência*)

Plano Básico de Distribuição de Canais de Radiodifusão Sonora em Ondas Curtas

aprovação do, **374**

[Resolução nº 594/2012]

Plano de Atribuição, Destinação e Distribuição de Faixas de Frequências no Brasil edição 2012 do, **379**

[Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 2.099, de 14 de abril de 2012]

Estação Espacial

características das estações espaciais referentes a satélites geoestacionários em Banda Ka com cobertura sobre o Território Brasileiro, **376**

[Resolução da ANATEL nº 599/2012]

Estação Terrena

Norma para o licenciamento de estações terrenas

aprovação da, **374**

[Resolução nº 593/2012]

Estações de Telecomunicações, 310

Estatuto da Criança e do

Adolescente

(*ver também Direito da Criança e do Adolescente*)

Classificação Indicativa

sua regulamentação para o Serviço de Acesso Condicionado, **366**

[Portaria MJ nº 1.642, de 3 de agosto de 2012]

Estrada Vicinal (*ver Backhaul*)

Estudos

determinação de realização de estudos para definição do uso futuro do espectro de radiofrequências, em especial da faixa de 698 MHz a 806 MHz, **371**

[Resolução da ANATEL nº 584/2012]

Exploração Industrial de Linha Dedicada

fixação dos valores de referência de EILD Padrão para grupo detentor de PMS na oferta de, **379**

[Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 2.716, de 15 de maio de 2012]

Regulamento de Exploração Industrial de Linha Dedicada, **373**

[Resolução nº 590/2012]

F

Faixa de 2,5 GHz

Licitação

autorização para abertura de procedimento de, **379**

[Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 2.295, de 23 de abril de 2012]

Faixa de 450 MHz

(*ver 450 MHz*)

Faixa de Radiofrequência

(*ver Espectro de Radiofrequências*)

Família

Proteção dos Valores Éticos e Sociais da Família

regulamento de classificação indicativa para o SeAC, **366**

[Portaria MJ nº 1.642, de 3 de agosto de 2012]

Serviço de Acesso Condicionado

regulamento de classificação indicativa para o, **366**

[Portaria MJ nº 1.642, de 3 de agosto de 2012]

Fédération Internationale de Football Association, 357

[Lei nº 12.663/2012]

limites à transmissão, retransmissão ou exibição de eventos da FIFA por qualquer meio de comunicação, **357**

[Lei nº 12.663/2012]

FIFA

(*ver Fédération Internationale de Football Association*)

Financiamento da Universalização, 323

Fiscalização

da radiodifusão quanto a seus aspectos técnicos, **375**

[Resolução da ANATEL nº 596/2012]

Regulamento de Fiscalização

aprovação do, **375**

[Resolução da ANATEL nº 596/2012]

Fiscalização das Telecomunicações, 314

FISTEL

(*ver Fundo de Fiscalização das Telecomunicações*)

Fundamentos, 309

Fundo de Fiscalização das Telecomunicações

Isenção Tributária

sobre mercado de comunicação entre máquinas (M2M), equipamentos de 450 MHz, estações terrenas de satélite que sirvam ao PNBL, **357**

[Lei nº 12.715/2012]

possibilidade do Ministério das Comunicações conceder créditos do Fistel para investimentos em projetos estratégicos vetada na Lei 12.715/2012, **357**

[Lei nº 12.715/2012]

Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações

(*ver também Universalização*)

Relatório de Gestão do FUST

relatório de gestão FUST - 2011, **382**

[Resolução de Gestão do FUST - 2011]

Saldo Acumulado

relatório de gestão FUST - 2011, **382**

[Resolução de Gestão do FUST - 2011]

Fundos Setoriais de Telecomunicações, 324

FUST, 324

(*ver Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações*)

G

Gestão do Espectro de Radiofrequência

(*ver também Espectro de Radiofrequências*)

otimização das subfaixas de 21,55 GHz a 21,80 GHz, 22,75 GHz a 23,00 GHz e 39,5 GHz a 40,0 GHz para além do SARC, **371**

[Resolução da ANATEL nº 584/2012]

GINGA

(*ver também TV Digital*)

Programa de Estímulo ao Desenvolvimento do Padrão Nacional de Interatividade da Televisão Digital Brasileira criação do, **367**

[Portaria MC nº 482, de 6 de dezembro de 2012]

Ginga Brasil, 367

[Portaria MC nº 482, de 6 de dezembro de 2012]

H

Hacker

Delito Informático

tipificação criminal da conduta de hacker, **358**

[Lei nº 12.737/2012]

I

Incentivo Fiscal

Inclusão Digital

inclusão de itens, em especial, modem e tablet PC, na lista de beneficiários da redução das alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, **359**

[Decreto nº 7.715/2012]

instituição do REPMBL-Redes e restabelecimento do REICOMP, **357-358**

[Lei nº 12.715/2012] [Medida Provisória nº 563/2012]

Inclusão Digital

(*ver também Universalização*)

Incentivo Fiscal

inclusão de itens, em especial, modem e tablet PC, na lista de beneficiários da redução das alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, **359**

[Decreto nº 7.715/2012]

instituição do REPMBL-Redes e restabelecimento do REICOMP, **358**

[Medida Provisória nº 563/2012]

instituição do REPMBL-Redes e restabelecimento do REICOMP, **357**

[Lei nº 12.715/2012]

Informação Classificada

regulamentação da, **361**

[Decreto nº 7.845/2012]

Infração, 373

[Resolução nº 589/2012]

Classificação

das infrações administrativas segundo sua natureza e gravidade, **373**

[Resolução nº 589/2012]

Infraestrutura, 380

[Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 6.617, de 8 de novembro de 2012] [Ato do

Conselho Diretor da ANATEL nº 6.619, de 8 de novembro de 2012]

procedimento de aprovação de projetos de investimento considerados prioritários em infraestrutura nos setores de telecomunicações e radiodifusão, **364**

[Portaria MC nº 330, de 5 de julho de 2012]

Infraestrutura de Telecomunicações, 309

Infraestrutura e Recursos do Setor de Telecomunicações, 309

Infraestrutura Passiva

Poder de Mercado Significativo

listagem de grupos detentores de PMS no Mercado de Infraestrutura Passiva para redes de transporte e acesso, **380**

[Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 6.620, de 8 de novembro de 2012]

Instrução Processual

Renovação de Outorgas

seu procedimento de renovação de outorgas de concessões, permissões e autorizações de, **363**

[Portaria MC nº 329, de 4 de julho de 2012]

Interconexão, 309

Interconexão

Regulamento de Remuneração pelo Uso das Redes das Prestadoras de STFC, **372**

[Resolução da ANATEL nº 588/2012]

Serviço Móvel Pessoal

inclusão, na base de cálculo do valor devido a título de renovação do direito de uso de radiofrequências do SMP, as receitas de interconexão, de facilidades ou comodidades adicionais e as receitas operacionais inerentes à prestação do SMP, **382**

[Súmula da ANATEL nº 13, de 31 de outubro de 2012]

Interesse Coletivo

(*ver Serviço de Interesse Coletivo*)

Interferência de Canal Adjacente

(*ver também Canal de Televisão (Radiodifusão)*)

TV Digital

regulamentação do uso das máscaras de espectro radioelétrico na TV Digital terrestre para prevenção de interferências entre canais adjacentes, **370**

[Resolução da ANATEL nº 583/2012]

Internet, 332, 345

INTERNET, 358

(*ver também Delito Informático*)

(*ver também Serviço de Valor Adicionado*)

[Lei nº 12.737/2012]

Controle de Conteúdo

possibilidade de determinação judicial de cessação das transmissões eletrônicas atentatórias à raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, **358**

[Lei nº 12.735/2012]

Fédération Internationale de Football Association

limites à transmissão, retransmissão ou exibição de eventos da FIFA por qualquer meio de comunicação, **357**

[Lei nº 12.663/2012]

Inclusão Digital

instituição de Programa Redes Digitais da Cidadania, **365**

[Portaria nº 359, de 02 de agosto de 2012]

Invasão de Dispositivo Informático

sua tipificação criminal, **358**

[Lei nº 12.737/2012]

Investimento

Infraestrutura

procedimento de aprovação de projetos de investimento considerados prioritários em

infraestrutura nos setores de telecomunicações e radiodifusão, **364**

[Portaria MC nº 330, de 5 de julho de 2012]

ISDB-TB

(*ver Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre*)

Isenção Tributária, 357

(*ver também Tributo*)

[Lei nº 12.715/2012]

J

Jogos Olímpicos, 356

[Lei nº 12.593/2012]

L

Legenda Oculta

dever de que estações transmissoras ou retransmissoras dos serviços de radiodifusão de sons e imagens contenham, **363**

[Portaria MC nº 312, de 26 de junho de 2012]

Liberdade de Participação

dever da concessionária de STFC de divulgar em sua página de internet as consultas e audiências públicas realizadas pela ANATEL que objetivem a participação da sociedade no acompanhamento e controle das obrigações de universalização, **375**

[Resolução nº 598/2012]

Licitação

Autorização de Uso de Radiofrequência

declaração de conveniência e autorização para abertura de procedimento de licitação para expedição de autorização de uso de radiofrequências nas subfaixas de 2500 MHz a 2690 MHz e/ou

de 451 MHz a 458 MHz e de 461 MHz a 468 MHz, **379**

[Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 2.295, de 23 de abril de 2012]

Linha Dedicada

fixação dos valores de referência de EILD Padrão para grupo detentor de PMS na oferta de, **379**

[Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 2.716, de 15 de maio de 2012]

Regulamento de Exploração Industrial de Linha Dedicada, **373**

[Resolução nº 590/2012]

M

Má-fé

comportamentos classificados como de, **373**

[Resolução nº 589/2012]

infrações praticadas por pessoa jurídica resultam em sanção de multa para seus administradores ou controladores quando tiverem agido de, **373**

[Resolução nº 589/2012]

Máscara do Espectro de Transmissão

TV Digital

regulamentação do uso das máscaras de espectro radioelétrico na TV Digital terrestre para prevenção de interferências entre canais adjacentes, **370**

[Resolução da ANATEL nº 583/2012]

Medida Regulatória Assimétrica

diretrizes para a adoção de, **376**

[Resolução da ANATEL nº 600/2012]

espécies de, **376**

[Resolução da ANATEL nº 600/2012] seu elenco no setor de telecomunicações, **376**

[Resolução da ANATEL nº 600/2012]

Mercado Relevante

critérios e diretrizes para identificação dos Grupos com Poder de Mercado Significativo em cada, **376**

[Resolução da ANATEL nº 600/2012]

Infraestrutura Passiva

listagem de grupos detentores de PMS no Mercado de Infraestrutura Passiva para redes de transporte e acesso, **380**

[Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 6.620, de 8 de novembro de 2012]

Oferta Atacadista de Infraestrutura

listagem de grupos detentores de PMS no Mercado Relevante de Oferta Atacadista de Infraestrutura de Rede Fixa de Transporte Local e de Longa Distância para Transmissão de Dados em Taxas de Transmissão Iguais ou Inferiores a 34 Mbps nos Municípios, **380**

[Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 6.619, de 8 de novembro de 2012]

Oferta de infraestrutura

listagem de grupos detentores de PMS no Mercados de Oferta de Infraestrutura de Rede Fixa de Acesso para Transmissão de Dados por Meio de Par de Cobre ou Cabo Coaxial em Taxas de Transmissão Iguais ou Inferiores a 10 Mbps nos Municípios, **380**

[Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 6.617, de 8 de novembro de 2012]

Roaming Nacional

listagem de grupos detentores de PMS no Mercado Relevante de Roaming Nacional nas Áreas de Registro, **381**

[Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 6.622, de 8 de novembro de 2012]

Terminação de chamadas

listagem de grupos detentores de PMS no Mercado de Terminação de Chamadas em Redes Móveis

nas Regiões do Plano Geral de Autorizações – PGA, **381**

[Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 6.621, de 8 de novembro de 2012]

Metas de Universalização, 324

Metas de Universalização

Regulamento de Acompanhamento e Controle das Obrigações de Universalização do STFC revogação do, **375**

[Resolução nº 598/2012]

Regulamento de Obrigações de Universalizações aprovação do, **375**

[Resolução nº 598/2012]

Militar

Informação Classificada regulamentação da, **361**

[Decreto nº 7.845/2012]

Ministério da Defesa, 350

Ministério da Justiça

Serviço de Acesso Condicionado regulamento de classificação indicativa para o, **366**

[Portaria MJ nº 1.642, de 3 de agosto de 2012]

Ministério das Comunicações, 350

Ministério das Comunicações

Competência

para outorgar, por meio de concessão, permissão ou autorização, a exploração dos serviços de radiodifusão sonora, **359**

[Decreto nº 7.670/2012]

Fundo de Fiscalização das Telecomunicações

possibilidade do Ministério das Comunicações conceder créditos do Fistel para investimentos em projetos estratégicos vetada na Lei 12.715/2012, **357**

[Lei nº 12.715/2012]

Ministro das Comunicações

(*ver* Ministério das Comunicações)

MMDS (Multichannel Multipoint Distribution Service - Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal), 334

Multa

(*ver* Multa (Sanção Administrativa))

Multa (Sanção Administrativa)

Regulamento de Aplicação de Sanções Administrativas

hipóteses de aplicação de multa, **373**

[Resolução nº 589/2012]

Multichannel Multipoint Distribution Service (Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal), 369, 374

(*ver também* Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal)

[Resolução da ANATEL nº 581/2012]

[Resolução nº 595/2012]

Multiprogramação

Canal da cidadania

condições de multiprogramação do, **367**

[Portaria MC nº 489, de 18 de dezembro de 2012]

condições para utilização do recurso de multiprogramação, **363**

[Portaria MC nº 106, de 2 de março de 2012]

facultada para Serviços de Televisão Pública Digital, **363**

[Portaria MC nº 106, de 2 de março de 2012]

N

Navegação Aeronáutica

Telecomunicações Aeronáuticas

instituição de tarifas de uso das comunicações e dos auxílios à navegação aérea, **356**

[Lei nº 12.648/2012]

Norma para o licenciamento de estações terrenas

aprovação da, **374**

[Resolução nº 593/2012]

Norma Técnica para Execução dos Serviços de Radiodifusão de Sons e Imagens e de Retransmissão de Televisão com Utilização da Tecnologia Digital

alteração da, **367-368**

[Portaria MC nº 486, de 18 de dezembro de 2012] [Portaria MC nº 513, de 27 de dezembro de 2012]

O

Obrigação de fazer

(*ver também* Sanção Administrativa)

Regulamento de Aplicação de Sanções Administrativas

hipóteses de aplicação de declaração de inidoneidade, **373**

[Resolução nº 589/2012]

Obrigações de Universalização

(*ver* Universalização)

Oferta Atacadista de Infraestrutura, 380

(*ver também* Banda Larga)

[Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 6.619, de 8 de novembro de 2012]

Poder de Mercado Significativo

listagem de grupos detentores de PMS no Mercado Relevante de Oferta Atacadista de Infraestrutura de Rede Fixa de Transporte Local e de Longa Distância para Transmissão de Dados em Taxas de Transmissão Iguais ou Inferiores a 34 Mbps nos Municípios, **380**

[Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 6.619, de 8 de novembro de 2012]

Oferta de infraestrutura, 380

(ver também Banda Larga)

[Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 6.617, de 8 de novembro de 2012]

Poder de Mercado Significativo

listagem de grupos detentores de PMS no Mercados de Oferta de Infraestrutura de Rede Fixa de Acesso para Transmissão de Dados por Meio de Par de Cobre ou Cabo Coaxial em Taxas de Transmissão Iguais ou Inferiores a 10 Mbps nos Municípios, **380**

[Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 6.617, de 8 de novembro de 2012]

Olimpíadas

(ver Jogos Olímpicos)

Olimpíadas**Plano Plurianual**

metas de banda larga para as cidades-sede dos Jogos Olímpicos de 2016, **356**

[Lei nº 12.593/2012]

Onda Curta**Faixa de 16m**

distribuição de canais de radiodifusão sonora em onda curta na, **374**

[Resolução nº 594/2012]

Faixa de 19m

distribuição de canais de radiodifusão sonora em onda curta na, **374**

[Resolução nº 594/2012]

Faixa de 25m

distribuição de canais de radiodifusão sonora em onda curta na, **374**

[Resolução nº 594/2012]

Faixa de 31m

distribuição de canais de radiodifusão sonora em onda curta na, **374**

[Resolução nº 594/2012]

Faixa de 49m

distribuição de canais de radiodifusão sonora em onda curta na, **374**

[Resolução nº 594/2012]

Plano Básico de Distribuição de Canais de Radiodifusão Sonora em Ondas Curtas

aprovação do, **374**

[Resolução nº 594/2012]

Órbita, 313

(ver também Recursos de Órbita)

(ver também Satélite)

Órbita e Satélite, 313**Outorga****Competência**

da Presidência da República para serviços de radiodifusão de sons e imagens, **359**

[Decreto nº 7.670/2012]

do Ministério das Comunicações para serviços de radiodifusão sonora, **359**

[Decreto nº 7.670/2012]

Outorgas, 315**P****P&D**

(ver Pesquisa e Desenvolvimento)

PADO

(ver Procedimento Administrativo para Apuração de Descumprimento de Obrigações (Agência Nacional de Telecomunicações))

Par de cobre

(ver Cobre)

(ver Par trançado de cobre)

Par de cobre**Poder de Mercado Significativo**

listagem de grupos detentores de PMS no Mercados de Oferta de Infraestrutura de Rede Fixa de Acesso para Transmissão de Dados por Meio de Par de Cobre ou Cabo Coaxial em Taxas de

- Transmissão Iguais ou Inferiores a 10 Mbps nos Municípios, **380**
[Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 6.617, de 8 de novembro de 2012]
- Par trançado de cobre, 380**
[Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 6.617, de 8 de novembro de 2012]
- Participação Política**
(*ver Liberdade de Participação*)
- PBOC, 374**
[Resolução nº 594/2012]
- PDG**
(*ver Programa de Dispêndios Globais (Empresas Estatais Federais)*)
- Penalidade Administrativa**
(*ver Sanção Administrativa*)
- Permissão**
(*ver Permissão (Radiodifusão)*)
- Permissão (Radiodifusão)**
Competência
do Ministério das Comunicações para outorgar a exploração dos serviços de radiodifusão sonora, **359**
[Decreto nº 7.670/2012]
- Permissão (regras aplicáveis), 315**
- Pesquisa & Desenvolvimento, 324**
- Pesquisa e Desenvolvimento**
Estudos
determinação de realização de estudos para definição do uso futuro do espectro de radiofrequências, em especial da faixa de 698 MHz a 806 MHz, **371**
[Resolução da ANATEL nº 584/2012]
- PGA-SMP**
(*ver Plano Geral de Autorizações do Serviço Móvel Pessoal*)
- PGMC**
(*ver Plano Geral de Metas de Competição*)
- PGMC, 376**
[Resolução da ANATEL nº 600/2012]
- Plano Básico de Canais de Radiodifusão Sonora em Onda Curta**
(*ver PBOC*)
- Plano Básico de Distribuição de Canais de Radiodifusão Sonora em Ondas Curtas**
aprovação do, **374**
[Resolução nº 594/2012]
- Plano de Atribuição, Destinação e Distribuição de Faixas de Frequências no Brasil**
(*ver também Destinação de Radiofrequências*)
edição 2012 do, **379**
[Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 2.099, de 14 de abril de 2012]
- Plano de Desenvolvimento do Rádio Digital no Brasil**
Conselho Consultivo da Rádio Digital criação do, **366**
[Portaria MC nº 365, de 14 de agosto de 2012]
- Plano Geral de Autorizações do Serviço Móvel Pessoal**
Poder de Mercado Significativo
listagem de grupos detentores de PMS no Mercado de Terminação de Chamadas em Redes Móveis nas Regiões do Plano Geral de Autorizações – PGA, **381**
[Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 6.621, de 8 de novembro de 2012]
- Plano Geral de Metas de Competição**
(*ver PGMC*)
- Plano Geral de Metas de Competição, 376**
(*ver também Competição*)
[Resolução da ANATEL nº 600/2012]
- Plano Geral de Metas de Universalização do STFC no Regime Público**

(ver também Universalização)

Regulamento de Obrigações de Universalizações
aprovação do, **375**
[Resolução nº 598/2012]

Plano Nacional de Banda Larga, 364

[Portaria MC nº 330, de 5 de julho de 2012]

Plano Plurianual

Diretrizes do Plano Plurianual
disciplina do PPA 2012/2015
aplicável às telecomunicações,
356

[Lei nº 12.593/2012]

PPA 2012-2015

instituição do Programa Redes
Digitais da Cidadania, **365**

[Portaria nº 359, de 02 de agosto de
2012]

Plano Pré-Pago

(ver Pré-Pago)

Planos de Serviços, 317**Plebiscito**

Compensação Fiscal
pela cedência do horário gratuito
da propaganda partidária e
eleitoral, de plebiscitos e
referendos, **361**

[Decreto nº 7.791/2012]

PMS

(ver Poder de Mercado Significativo)

PNBL

**(ver Programa Nacional de Banda
Larga)**

Poder de Mercado Significativo

(ver também Assimetria Regulatória)
critérios e diretrizes para identificação
dos Grupos com, **376**

[Resolução da ANATEL nº 600/2012]

Exploração Industrial de Linha
Dedicada

controle de condições contratuais
para EILD quando esta se der por
Entidade Fornecedora com Poder
de Mercado Significativo, **373**

[Resolução nº 590/2012]

fixação dos valores de referência
de EILD Padrão para grupo
detentor de PMS na oferta de, **379**

[Ato do Conselho Diretor da ANATEL
nº 2.716, de 15 de maio de 2012]

listagem de grupos detentores de PMS
no Mercado de Infraestrutura Passiva
para redes de transporte e acesso, **380**

[Ato do Conselho Diretor da ANATEL
nº 6.620, de 8 de novembro de 2012]

listagem de grupos detentores de PMS
no Mercado de Terminação de
Chamadas em Redes Móveis nas
Regiões do Plano Geral de
Autorizações – PGA, **381**

[Ato do Conselho Diretor da ANATEL
nº 6.621, de 8 de novembro de 2012]

listagem de grupos detentores de PMS
no Mercado Relevante de Oferta
Atacadista de Infraestrutura de Rede
Fixa de Transporte Local e de Longa
Distância para Transmissão de Dados
em Taxas de Transmissão Iguais ou
Inferiores a 34 Mbps nos Municípios,
380

[Ato do Conselho Diretor da ANATEL
nº 6.619, de 8 de novembro de 2012]

listagem de grupos detentores de PMS
no Mercado Relevante de Roaming
Nacional nas Áreas de Registro, **381**

[Ato do Conselho Diretor da ANATEL
nº 6.622, de 8 de novembro de 2012]

listagem de grupos detentores de PMS
no Mercados de Oferta de
Infraestrutura de Rede Fixa de
Acesso para Transmissão de Dados
por Meio de Par de Cobre ou Cabo
Coaxial em Taxas de Transmissão
Iguais ou Inferiores a 10 Mbps nos
Municípios, **380**

[Ato do Conselho Diretor da ANATEL
nº 6.617, de 8 de novembro de 2012]

Poder Executivo, 349**Política Industrial, 318****Política Tarifária, 318****Políticas de Telecomunicações, 318****Portador de Deficiência, 322****PPA***(ver Plano Plurianual)***Pré-Pago**regulamento do, **371**

[Resolução nº 586/2012]

Preço Público*(ver também Tarifa)*

Adaptação

sua fixação para adaptacao de outorgas de DTH, MMDS, Serviço Esocial de TV por assinatura, e Serviço de TV a Cabo para o SeAC, **374**

[Resolução nº 595/2012]

Preço Público e Preço Privado, 316**Preconceito**possibilidade de determinação judicial de cessação das transmissões eletrônicas atentatórias à raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, **358**

[Lei nº 12.735/2012]

Presidência da República, 349**Presidência da República**

Competência

para outorgar, por meio de concessão, a exploração dos serviços de radiodifusão de sons e imagens, **359**

[Decreto nº 7.670/2012]

Prestadora / Operadora, 351**Princípio da Generalidade***(ver Universalização)***Procedimento Administrativo para Apuração de Descumprimento de Obrigações***(ver Procedimento Administrativo para Apuração de Descumprimento**de Obrigações (Agência Nacional de Telecomunicações))***Procedimento Administrativo para Apuração de Descumprimento de Obrigações (Agência Nacional de Telecomunicações)**declaração de nulidade do art. 79 do Regimento Interno da Anatel, que dispunha sobre sigilo de PADO, **379**

[Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 1.133, de 29 de fevereiro de 2012]

Processo Administrativo

Sigilo

disciplina legal do acesso a informações, **359**

[Decreto nº 7.724/2012]

Produção Independente

Norma Regulamentar do Canal da Cidadania

fixação do fomento da produção audiovisual independente como objetivo do canal da cidadania, **367**

[Portaria MC nº 489, de 18 de dezembro de 2012]

Programa de Dispêndios Globais (Empresas Estatais Federais)PGD para 2013, **361**

[Decreto nº 7.867/2012]

Programa de Estímulo ao Desenvolvimento do Padrão Nacional de Interatividade da Televisão Digital Brasileira*(ver Ginga Brasil)***Programa de Estímulo ao Desenvolvimento do Padrão Nacional de Interatividade da Televisão Digital Brasileira**criação do, **367**

[Portaria MC nº 482, de 6 de dezembro de 2012]

Programa de TV, 366

[Portaria MJ nº 1.642, de 3 de agosto de 2012]

Programa Nacional de Banda Larga*(ver Banda Larga)**(ver Plano Nacional de Banda Larga)***Programa Nacional de Banda Larga, 358***(ver também Banda Larga)*

[Medida Provisória nº 563/2012]

Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações disciplina do, **358**

[Medida Provisória nº 563/2012]

instituição do, **357**

[Lei nº 12.715/2012]

Programa Redes Digitais da Cidadaniainstituição do, **365**

[Portaria nº 359, de 02 de agosto de 2012]

Programa Um Computador por Alunodisciplina do, **357-358**

[Lei nº 12.715/2012] [Medida Provisória nº 563/2012]

regulamentação do, **360**

[Decreto nº 7.750/2012]

Programação*(ver Programa de TV)**(ver Programação (Serviço de Acesso Condicionado))***Programação (Serviço de Acesso Condicionado)**

Vinculação Horária

sua dispensa nos casos de disponibilização de sistema de bloqueio de canais ou de programas, **366**

[Portaria MJ nº 1.642, de 3 de agosto de 2012]

Propaganda*(ver Publicidade)***Propaganda Eleitoral***(ver também Propaganda Partidária)*

Compensação Fiscal

pela cedência do horário gratuito da propaganda partidária e eleitoral, de plebiscitos e referendos, **361**

[Decreto nº 7.791/2012]

Propaganda Partidária*(ver também Propaganda Eleitoral)*

Compensação Fiscal

pela cedência do horário gratuito da propaganda partidária e eleitoral, de plebiscitos e referendos, **361**

[Decreto nº 7.791/2012]

Proteção do Consumidor*(ver Consumidor)***Proteção do Usuário***(ver Usuário)***PROUCA***(ver Programa Um Computador por Aluno)***Publicidade**

Procedimento Administrativo para Apuração de Descumprimento de Obrigações (Agência Nacional de Telecomunicações)

declaração de nulidade do art. 79 do Regimento Interno da Anatel, que dispunha sobre sigilo de PADO, **379**

[Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 1.133, de 29 de fevereiro de 2012]

Q**Quadro de Atribuição de Faixas de Frequências**aprovação do, **379**

[Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 2.099, de 14 de abril de 2012]

Qualidade do Serviço, 324
Quanto ao Gênero, 329
Quanto ao Interesse, 326

R

Raça

INTERNET

possibilidade de determinação judicial de cessação das transmissões eletrônicas atentatórias à raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, **358**

[Lei nº 12.735/2012]

RadCom

(*ver Serviço de Radiodifusão Comunitária*)

Radiodifusão, 335

Radiodifusão

(*ver também Radiodifusão Educativa*)

(*ver também Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre*)

Autorização Provisória de Funcionamento condições para, **362**

[Portaria MC nº 86, de 15 de fevereiro de 2012]

funcionamento em caráter provisório da entidade prestadora de serviços de radiodifusão, **360**

[Decreto nº 7.776/2012]

Compensação Fiscal

pela cedência do horário gratuito da propaganda partidária e eleitoral, de plebiscitos e referendos, **361**

[Decreto nº 7.791/2012]

Fiscalização

da radiodifusão quanto a seus aspectos técnicos, **375**

[Resolução da ANATEL nº 596/2012]

previsão de metas de fiscalização no PPA 2012/2015, **356**

[Lei nº 12.593/2012]

Outorga

de serviços de radiodifusão de sons e de sons e imagens, **359**

[Decreto nº 7.670/2012]

padronização do volume de áudio das transmissões de rádio e televisão nos espaços dedicados à propaganda, **365**

[Portaria MC nº 354, de 11 de julho de 2012]

Regulamento sobre Canalização e Condições de Uso de Frequências para os Serviços Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos, Especial de Repetição de Televisão e Especial de Circuito Fechado de Televisão com Utilização de Radioenlace, **371**

[Resolução da ANATEL nº 584/2012]

Regulamento Técnico para a Prestação do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens e do Serviço de Retransmissão de Televisão alteração do, **370**

[Resolução da ANATEL nº 583/2012]

Renovação de Outorgas procedimento de, **363**

[Portaria MC nº 329, de 4 de julho de 2012]

Serviço de Repetição de Televisão norma de procedimentos de autorização para execução do, **366**

[Portaria MC nº 366, de 14 de agosto de 2012]

Serviço de Retransmissão de Televisão norma de procedimentos de autorização para execução do, **366**

[Portaria MC nº 366, de 14 de agosto de 2012]

Radiodifusão Comunitária, 337

(*ver Serviço de Radiodifusão Comunitária*)

Radiodifusão Educativa

(*ver também Educação*)

(*ver também Radiodifusão*)

Plano Plurianual

previsão de metas de alcance de 20% dos municípios brasileiros com pelo menos uma emissora de

radiodifusão outorgada com fins exclusivamente educativos no período de 2012/2015, **356**

[Lei nº 12.593/2012]

procedimento de apreciação de pedidos de outorga de concessão, permissão ou autorização para exploração de serviços de radiodifusão com fins exclusivamente educativos, **365**

[Portaria MC nº 355, de 12 de julho de 2012]

Radiofrequência

(*ver* **Espectro de Radiofrequências**)

Ramos Jurídicos Afins, 341

Recursos de Órbita

(*ver também* **Órbita**)

Fiscalização

da utilização de recursos de órbita, **375**

[Resolução da ANATEL nº 596/2012]

Rede de Acesso

(*ver também* **Rede de Telecomunicações**)

listagem de grupos detentores de PMS no Mercado de Infraestrutura Passiva para, **380**

[Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 6.620, de 8 de novembro de 2012]

Rede de Telecomunicações, 380

(*ver também* **Rede de Acesso**)

[Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 6.620, de 8 de novembro de 2012]

Fiscalização

da implantação e funcionamento das redes, **375**

[Resolução da ANATEL nº 596/2012]

Rede de transporte

Poder de Mercado Significativo

listagem de grupos detentores de PMS no Mercado de Infraestrutura Passiva para, **380**

[Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 6.620, de 8 de novembro de 2012]

Redes de Telecomunicações, 309

Referendo

Compensação Fiscal

pela cedência do horário gratuito da propaganda partidária e eleitoral, de plebiscitos e referendos, **361**

[Decreto nº 7.791/2012]

Regime de Prestação de Serviços de Telecomunicações

(*ver* **Serviços de Telecomunicações**)

Regime Especial de Incentivo a Computadores para Uso Educacional

Código Aberto

sua prioridade no REICOMP, **360**

[Decreto nº 7.750/2012]

disciplina do, **357-358**

[Lei nº 12.715/2012] [Medida Provisória nº 563/2012]

Software livre

sua prioridade no REICOMP, **360**

[Decreto nº 7.750/2012]

Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações, 360

(*ver também* **Programa Um Computador por Aluno**)

[Decreto nº 7.750/2012]

instituição do, **357**

[Lei nº 12.715/2012]

instituidor do, **358**

[Medida Provisória nº 563/2012]

Regime Jurídico de Direito Público

(*ver também* **Serviço Público de Telecomunicação**)

Universalização

regras para declaração de cumprimento de obrigações de universalização por concessionária do STFC, **375**

[Resolução nº 598/2012]

Regulação Assimétrica, 376

(*ver também* **Assimetria Regulatória**)

[Resolução da ANATEL nº 600/2012]

Regulação de Conteúdo, 325**Regulamento de Acompanhamento e Controle das Obrigações de Universalização do STFC**
revogação do, **375**

[Resolução nº 598/2012]

Regulamento de Aplicação de Sanções Administrativasaprovação do, **373**

[Resolução nº 589/2012]

Regulamento de Fiscalizaçãoaprovação do, **375**

[Resolução da ANATEL nº 596/2012]

Regulamento de Obrigações de Universalizaçõesaprovação do, **375**

[Resolução nº 598/2012]

Regulamento de Remuneração pelo Uso das Redes das Prestadoras de STFC, 372*(ver também Bill-and-Keep)*

[Resolução da ANATEL nº 588/2012]

Regulamento do Acesso Individual Classe Especial - AICE, 371

[Resolução nº 586/2012]

Regulamento sobre Áreas Locais para o STFCalteração do, **372**

[Resolução da ANATEL nº 587/2012]

Regulamento sobre Canalização e Condições de Uso de Frequências para os Serviços Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos, Especial de Repetição de Televisão e Especial de Circuito Fechado de Televisão com Utilização de Radioenlace, 371

[Resolução da ANATEL nº 584/2012]

Regulamento Técnico para a Prestação do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens e do Serviço de Retransmissão de Televisão**(ver também Serviço de Televisão Pública Digital)**
alteração do, **370**

[Resolução da ANATEL nº 583/2012]

REICOMP**(ver Regime Especial de Incentivo a Computadores para Uso Educacional)****Relatório Anual**Relatório Anual 2011, **382**

[Relatório Anual da ANATEL 2011]

Relatório da OuvidoriaRelatório da Ouvidoria 2012, **382**

[Relatório da Ouvidoria da ANATEL 2012]

Relatório de Gestão do FUSTrelatório de gestão FUST - 2011, **382**

[Resolução de Gestão do FUST - 2011]

Remuneração de Redes, 309*(ver Remuneração pelo uso de redes)***Remuneração de Redes**Regulamento de Remuneração pelo Uso das Redes das Prestadoras de STFC, **372**

[Resolução da ANATEL nº 588/2012]

Remuneração pelo uso de redes, 372

[Resolução da ANATEL nº 588/2012]

Renovação de Outorgas

Radiodifusão

procedimento de renovação de outorgas de concessões, permissões e autorizações de, **363**
[Portaria MC nº 329, de 4 de julho de 2012]**Repetição de TV, 360**

[Decreto nº 7.776/2012]

REPUBL-Redes**(ver Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações)****Resolução de Disputa***(ver Conflito)***Resolução de Disputas**

(ver também Composição de Conflitos)

Plano Geral de Metas de Competição
procedimentos para composição de
conflitos entre agentes
econômicos e matérias
diretamente relacionadas com o,
376

[Resolução da ANATEL nº 600/2012]

Resolução Sigilosa

Informação Classificada
regulamentação da, **361**

[Decreto nº 7.845/2012]

Retransmissão de Televisão com Utilização da Tecnologia Digital

prazo para manifestação do interesse
em executar o serviço de
retransmissão de televisão em
tecnologia digital em caráter primário
a partir de 1º de julho de 2016, **367–
368**

[Portaria MC nº 486, de 18 de
dezembro de 2012] [Portaria MC nº
513, de 27 de dezembro de 2012]

Retransmissão de TV

**(ver Serviço de Retransmissão de
Televisão)**

Revisão do Arcabouço Regulatório das Comunicações

Plano Plurianual
previsão de revisão do arcabouço
regulatório das comunicações no,
356

[Lei nº 12.593/2012]

Roaming Nacional

Poder de Mercado Significativo
listagem de grupos detentores de
PMS no Mercado Relevante de
Roaming Nacional nas Áreas de
Registro, **381**

[Ato do Conselho Diretor da ANATEL
nº 6.622, de 8 de novembro de 2012]

RpTV

**(ver Serviço de Repetição de
Televisão)**

RTV**(ver Serviço de Retransmissão de Televisão)****S****Saldo Acumulado**

Fundo de Universalização dos Serviços
de Telecomunicações
relatório de gestão FUST - 2011,
382

[Resolução de Gestão do FUST - 2011]

Sanção Administrativa, 373

**(ver também Declaração de
Inidoneidade)**

(ver também Obrigação de fazer)

(ver também Usuário)

[Resolução nº 589/2012]

Regulamento de Aplicação de Sanções
Administrativas
aprovação do, **373**

[Resolução nº 589/2012]

SARC

**(ver Serviço Auxiliar de Radiodifusão
e Correlatos)**

Satélite, 313

(ver também Órbita)

Estação Terrena
aprovação da Norma para o
Licenciamento de, **374**

[Resolução nº 593/2012]

Norma para o licenciamento de
estações terrenas

aprovação da, **374**

[Resolução nº 593/2012]

Satélite Geoestacionário
condições de operação em Banda
Ka com cobertura sobre o
Território Brasileiro, **376**

[Resolução da ANATEL nº 599/2012]

Satélite Geoestacionário

condições de operação em Banda Ka
com cobertura sobre o Território
Brasileiro, **376**

[Resolução da ANATEL nº 599/2012]

Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas

gestão do planejamento, monitoramento, construção, lançamento e implantação de infraestrutura de solo do, **360**

[Decreto nº 7.769, de 28 de junho de 2012]

SBTVD

(*ver Sistema Brasileiro de Televisão Digital*)

SBTVD-T

(*ver Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre*)

SCM

(*ver Serviço de Comunicação Multimídia*)

SeAC, 357, 369

(*ver também Serviço de Acesso Condicionado*)

[Lei nº 12.663/2012] [Resolução da ANATEL nº 581/2012]

Serviço Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos (SARC), 338

Serviço Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos

Regulamento sobre Canalização e Condições de Uso de Freqüências para os Serviços Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos, Especial de Repetição de Televisão e Especial de Circuito Fechado de Televisão com Utilização de Radioenlace, **371**

[Resolução da ANATEL nº 584/2012]

Serviço de Acesso Condicionado, 340

(*ver SeAC*)

Serviço de Acesso Condicionado

(*ver também SeAC*)

(*ver também Serviço de Distribuição de Sinais de Televisão e de Áudio por Assinatura Via Satélite*)

(*ver também Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal*)

(*ver também Serviço de TV a Cabo*)

Classificação Indicativa

regulamento do Ministério da Justiça sobre, **366**

[Portaria MJ nº 1.642, de 3 de agosto de 2012]

fixação de preço de autorização do, **374**

[Resolução nº 595/2012]

limites à transmissão, retransmissão ou exibição de eventos da FIFA, **357**

[Lei nº 12.663/2012]

regulamentação do, **369**

[Resolução da ANATEL nº 581/2012]

Serviço de Comunicação de Massa ou Eletrônica de Massa, 329

Serviço de Comunicação Multimídia (SCM), 331

Serviço de Comunicação Multimídia

Autorização de Uso de Radiofrequência

declaração de conveniência e autorização para abertura de procedimento de licitação para expedição de autorização de uso de radiofrequências nas subfaixas de 2500 MHz a 2690 MHz e/ou de 451 MHz a 458 MHz e de 461 MHz a 468 MHz, **379**

[Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 2.295, de 23 de abril de 2012]

Serviço de Distribuição de Sinais de Televisão e de Áudio por Assinatura Via Satélite, 357, 369

(*ver também Serviço de Acesso Condicionado*)

[Lei nº 12.663/2012] [Resolução da ANATEL nº 581/2012]

Serviço de Acesso Condicionado

fixação do preço de adaptação das autorizações de DTH para autorizações de, **374**

[Resolução nº 595/2012]

Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal, 357, 369

(*ver também* Multichannel Multipoint Distribution Service (Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal))

(*ver também* Serviço de Acesso Condicionado)

[Lei nº 12.663/2012] [Resolução da ANATEL nº 581/2012]

Serviço de Acesso Condicionado
fixação do preço de adaptação das autorizações de MMDS para autorizações de, **374**

[Resolução nº 595/2012]

Serviço de Interesse Coletivo, 326

Serviço de Interesse Coletivo

Regulamento de Remuneração pelo Uso das Redes das Prestadoras de STFC, **372**

[Resolução da ANATEL nº 588/2012]

Serviço de Radiodifusão, 329

Serviço de Radiodifusão Comunitária

Diretrizes do Plano Plurianual disciplina do PPA 2012/2015 de meta de 80% dos municípios brasileiros com pelo menos uma rádio comunitária outorgada, **356**

[Lei nº 12.593/2012]

Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens

(*ver* Radiodifusão)

Serviço de Radiodifusão por Satélite, 340

Serviço de Radiodifusão Sonora

(*ver* Radiodifusão)

Serviço de Rede de Transporte de Telecomunicações (SRTT), 339

Serviço de Repetição de Televisão
(*ver* Repetição de TV)

Serviço de Repetição de Televisão

Autorização Provisória de Funcionamento condições para, **362**

[Portaria MC nº 86, de 15 de fevereiro de 2012]

funcionamento em caráter provisório da entidade prestadora de serviços de radiodifusão, **360**

[Decreto nº 7.776/2012]

norma de procedimentos de autorização para execução do, **366**

[Portaria MC nº 366, de 14 de agosto de 2012]

Regulamento sobre Canalização e Condições de Uso de Freqüências para os Serviços Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos, Especial de Repetição de Televisão e Especial de Circuito Fechado de Televisão com Utilização de Radioenlace, **371**

[Resolução da ANATEL nº 584/2012]

Serviço de Retransmissão de Televisão

Autorização Provisória de Funcionamento condições para, **362**

[Portaria MC nº 86, de 15 de fevereiro de 2012]

norma de procedimentos de autorização para execução do, **366**

[Portaria MC nº 366, de 14 de agosto de 2012]

Serviço de Telecomunicações Aeronáuticas, 340

Serviço de Televisão Pública Digital, 370

(*ver também* Regulamento Técnico para a Prestação do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens e do Serviço de Retransmissão de Televisão)

[Resolução da ANATEL nº 583/2012]

Serviço de TV a Cabo, 357, 369

(*ver também* Serviço de Acesso Condicionado)

(*ver também* TV a Cabo)

[Lei nº 12.663/2012] [Resolução da ANATEL nº 581/2012]

Serviço de Valor Acrescentado

(*ver Serviço de Valor Adicionado*)

Serviço de Valor Acrescido

(*ver Serviço de Valor Adicionado*)

Serviço de Valor Adicionado

(*ver também INTERNET*)

INTERNET

possibilidade de determinação judicial de cessação das transmissões eletrônicas atentatórias à raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, **358**

[Lei nº 12.735/2012]

Serviço Especial de Circuito Fechado de Televisão com Utilização de Radioenlace (CFTV), 338

Serviço Especial de Circuito Fechado de Televisão com Utilização de Radioenlace

Regulamento sobre Canalização e Condições de Uso de Freqüências para os Serviços Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos, Especial de Repetição de Televisão e Especial de Circuito Fechado de Televisão com Utilização de Radioenlace, **371**

[Resolução da ANATEL nº 584/2012]

Serviço Especial de Radioacesso

revogação da destinação da subfaixa de radiofrequências de 944 MHz a 948 MHz para o, **371**

[Resolução da ANATEL nº 584/2012]

Serviço Especial de Repetição de Televisão (RpTV), 338

Serviço Especial de TV por Assinatura

(*ver Televisão por Assinatura (Espécie de Serviço Especial)*)

Serviço Fixo por Satélite, 339

Serviço Móvel Aeronáutico, 340

Serviço Móvel Aeronáutico (R, em rota; OR, fora de rota).

Telecomunicações Aeronáuticas

instituição de tarifas de uso das comunicações e dos auxílios à navegação aérea, **356**

[Lei nº 12.648/2012]

Serviço Móvel Global por Satélite (SMGS), 339

Serviço Móvel Pessoal (SMP), 330
Serviço Móvel Pessoal

Autorização de Uso de Radiofrequência

declaração de conveniência e autorização para abertura de procedimento de licitação para expedição de autorização de uso de radiofrequências nas subfaixas de 2500 MHz a 2690 MHz e/ou de 451 MHz a 458 MHz e de 461 MHz a 468 MHz, **379**

[Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 2.295, de 23 de abril de 2012]

Chamada Sucessiva

consideração de chamadas sucessivas como sendo uma única chamada, **378**

[Resolução da ANATEL nº 604/2012]

inclusão, na base de cálculo do valor devido a título de renovação do direito de uso de radiofrequências do SMP, as receitas de interconexão, de facilidades ou comodidades adicionais e as receitas operacionais inerentes à prestação do SMP, **382**

[Súmula da ANATEL nº 13, de 31 de outubro de 2012]

Serviço por Linha Dedicada, 339

Serviço por Linha Dedicada

fixação dos valores de referência de EILD Padrão para grupo detentor de PMS na oferta de, **379**

[Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 2.716, de 15 de maio de 2012]

Regulamento de Exploração Industrial de Linha Dedicada, **373**

[Resolução nº 590/2012]

Serviço Público de Telecomunicação

(*ver também* Regime Jurídico de Direito Público)

(*ver também* Serviços de Telecomunicações)

Universalização

regras para declaração de cumprimento de obrigações de universalização por concessionária do STFC, **375**

[Resolução nº 598/2012]

Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), 329

Serviço Telefônico Fixo Comutado, 329

Área de Tarifação

alteração de área de tarifação do, **368-369**

[Resolução da ANATEL nº 579/2012]

[Resolução da ANATEL nº 580/2012]

Autorização de Uso de Radiofrequência

declaração de conveniência e autorização para abertura de procedimento de licitação para expedição de autorização de uso de radiofrequências nas subfaixas de 2500 MHz a 2690 MHz e/ou de 451 MHz a 458 MHz e de 461 MHz a 468 MHz, **379**

[Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 2.295, de 23 de abril de 2012]

Plano Geral de Metas de Universalização do STFC no Regime Público

regulamentação do, **375**

[Resolução nº 598/2012]

Regulamento de Remuneração pelo Uso das Redes das Prestadoras de STFC, **372**

[Resolução da ANATEL nº 588/2012]

regulamento do, **371**

[Resolução nº 586/2012]

Regulamento do Acesso Individual Classe Especial - AICE, **371**

[Resolução nº 586/2012]

Regulamento sobre Áreas Locais para o STFC

alteração do, **372**

[Resolução da ANATEL nº 587/2012]

Universalização

regras para declaração de cumprimento de obrigações de universalização por concessionária do STFC, **375**

[Resolução nº 598/2012]

Serviço Telegráfico, 358

[Lei nº 12.737/2012]

Serviço Telemático, 358

[Lei nº 12.737/2012]

tipificação criminal de interrupção ou perturbação de, **358**

[Lei nº 12.737/2012]

Serviços de Telecomunicações

(*ver também* Serviço Público de Telecomunicação)

Fiscalização

da execução, comercialização e uso dos serviços, **375**

[Resolução da ANATEL nº 596/2012]

Serviços no Setor de Telecomunicações, 329

SGDC

(*ver* Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas)

Sigilo

Informação Classificada regulamentação da, **361**

[Decreto nº 7.845/2012]

Processo Administrativo disciplina legal do acesso a informações, **359**

[Decreto nº 7.724/2012]

Sigilo em Telecomunicações, 325

Simetria de Tráfego

(*ver* Bill-and-Keep)

Sistema Brasileiro de Televisão Digital

Regulamento sobre Canalização e Condições de Uso de Frequências para os Serviços Auxiliar de

Rádiodifusão e Correlatos, Especial de Repetição de Televisão e Especial de Circuito Fechado de Televisão com Utilização de Radioenlace, **371**
[Resolução da ANATEL nº 584/2012]

Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre

(*ver também* Radiodifusão)

(*ver também* TV Digital)

Norma Regulamentar do Canal da Cidadania

aprovação da, **367**

[Portaria MC nº 489, de 18 de dezembro de 2012]

Sistema TELEBRÁS

(*ver* Telecomunicações Brasileiras S.A.)

SLD

(*ver* Serviço por Linha Dedicada)

SMA

(*ver* Serviço Móvel Aeronáutico (R, em rota; OR, fora de rota).)

Smartphone

sua inclusão na lista de beneficiários da Lei do Bem, **357**

[Lei nº 12.715/2012]

SMP

(*ver* Serviço Móvel Pessoal)

Sociedade de Propósito Específico

Benefício Tributário

procedimento de aprovação de projetos de investimento considerados prioritários em infraestrutura nos setores de telecomunicações e radiodifusão, **364**

[Portaria MC nº 330, de 5 de julho de 2012]

STFC

(*ver* Serviço Telefônico Fixo Comutado)

SUDAM, 364

[Portaria MC nº 330, de 5 de julho de 2012]

SUDECO, 364

[Portaria MC nº 330, de 5 de julho de 2012]

SUDENE, 364

[Portaria MC nº 330, de 5 de julho de 2012]

Súmula

(*ver* Súmula (Agência Nacional de Telecomunicações))

Súmula (Agência Nacional de Telecomunicações)

Súmula nº 13

inclusão, na base de cálculo do valor devido a título de renovação do direito de uso de radiofrequências do SMP, as receitas de interconexão, de facilidades ou comodidades adicionais e as receitas operacionais inerentes à prestação do SMP, **382**

[Súmula da ANATEL nº 13, de 31 de outubro de 2012]

Superintendencia de Desenvolvimento da Amazônia

(*ver* SUDAM)

Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

Investimento

procedimento de aprovação de projetos de investimento considerados prioritários em infraestrutura nos setores de telecomunicações e radiodifusão, **364**

[Portaria MC nº 330, de 5 de julho de 2012]

Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste

(*ver* SUDECO)

Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste

Investimento

procedimento de aprovação de projetos de investimento considerados prioritários em infraestrutura nos setores de telecomunicações e radiodifusão, **364**

[Portaria MC nº 330, de 5 de julho de 2012]

Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

(*ver* SUDENE)

Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

Investimento

procedimento de aprovação de projetos de investimento considerados prioritários em infraestrutura nos setores de telecomunicações e radiodifusão, **364**

[Portaria MC nº 330, de 5 de julho de 2012]

Suspensão Temporária

(*ver* Suspensão Temporária (Sanção Administrativa))

Suspensão Temporária (Sanção Administrativa)

Regulamento de Aplicação de Sanções Administrativas

hipóteses de aplicação de suspensão temporária, **373**

[Resolução nº 589/2012]

SVA

(*ver* Serviço de Valor Adicionado)

T

Tarifa

(*ver também* Preço Público)

Telecomunicações Aeronáuticas

instituição de tarifas de uso das comunicações e dos auxílios à navegação aérea, **356**

[Lei nº 12.648/2012]

Tarifa de Uso de Rede Interurbana

Serviço Telefônico Fixo Comutado

disciplina da TU-RIU via regulamento de remuneração pelo uso de redes de prestadoras de, **372**

[Resolução da ANATEL nº 588/2012]

Tarifa de Uso de Rede Local

Serviço Telefônico Fixo Comutado

disciplina da TU-RIU via regulamento de remuneração pelo uso de redes de prestadoras de, **372**

[Resolução da ANATEL nº 588/2012]

Tecnologias da Informação e Comunicação

sua apropriação pela gestão pública local e pela população como objetivo do Projeto de Implantação e Manutenção das Cidades Digitais, **363**

[Portaria MC nº 186, de 28 de março de 2012]

TELEBRÁS

(*ver* Telecomunicações Brasileiras S.A.)

Telecomunicações Aeronáuticas

instituição de tarifas de uso das comunicações e dos auxílios à navegação aérea, **356**

[Lei nº 12.648/2012]

Telecomunicações Brasileiras S.A.

Programa de Dispendios Globais (Empresas Estatais Federais)

PDG para 2013, **361**

[Decreto nº 7.867/2012]

Televisão Aberta, 338

Televisão Digital

(*ver* TV Digital)

Televisão Digital

Diretrizes do Plano Plurianual

disciplina do PPA 2012/2015 de meta de 60% dos municípios brasileiros com pelo menos uma emissora de TV digital outorgada (geradora ou retransmissora), **356**

[Lei nº 12.593/2012]

Televisão por Assinatura (Espécie de Serviço Especial), 369

[Resolução da ANATEL nº 581/2012]

Serviço de Acesso Condicionado

fixação de preço das autorizações de Serviço Especial para autorizações de, **374**

[Resolução nº 595/2012]

Terminação de chamadas

Poder de Mercado Significativo

listagem de grupos detentores de PMS no Mercado de Terminação de Chamadas em Redes Móveis nas Regiões do Plano Geral de Autorizações – PGA, **381**

[Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 6.621, de 8 de novembro de 2012]

Terminais, 311

TIC

(*ver* Tecnologias da Informação e Comunicação)

Tipificação

(*ver* Crime)

Tráfego Aéreo, 346

Transparência

disciplina legal do acesso a informações, **359**

[Decreto nº 7.724/2012]

Informação Classificada regulamentação da, **361**

[Decreto nº 7.845/2012]

Procedimento Administrativo para Apuração de Descumprimento de Obrigações (Agência Nacional de Telecomunicações)

declaração de nulidade do art. 79 do Regimento Interno da Anatel, que dispunha sobre sigilo de PADO, **379**

[Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 1.133, de 29 de fevereiro de 2012]

Tratamento de Informação Classificada

Informação Classificada regulamentação da, **361**

[Decreto nº 7.845/2012]

Tributação no Setor de Telecomunicações, 314

Tributo

(*ver também* Isenção Tributária)

Programa Nacional de Banda Larga senção de impostos federais e do Fistel para estações terrenas de satélite que sirvam ao, **357**

[Lei nº 12.715/2012]

Smartphone

sua inclusão na lista de beneficiários da Lei do Bem, **357**

[Lei nº 12.715/2012]

TU-RIU

(*ver* Tarifa de Uso de Rede Interurbana)

TU-RL

(*ver* Tarifa de Uso de Rede Local)

TV a Cabo, 333

TV a Cabo, 357, 369

(*ver também* Serviço de TV a Cabo)

[Lei nº 12.663/2012] [Resolução da ANATEL nº 581/2012]

Serviço de Acesso Condicionado fixação do preço de adaptação das outorgas de TV a Cabo para autorizações de, **374**

[Resolução nº 595/2012]

TV Digital, 338

TV Digital, 370

(*ver também* Controle de Conteúdo)

(*ver também* GINGA)

(*ver também* Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre)

[Resolução da ANATEL nº 583/2012]

Norma Regulamentar do Canal da Cidadania

aprovação da, **367**

[Portaria MC nº 489, de 18 de dezembro de 2012]

Norma Técnica para Execução dos Serviços de Radiodifusão de Sons e Imagens e de Retransmissão de Televisão com Utilização da Tecnologia Digital

alteração da, **365, 367–368**

[Portaria MC nº 358, de 17 de julho de 2012] [Portaria MC nº 486, de 18 de

dezembro de 2012] [Portaria MC n° 513, de 27 de dezembro de 2012]
 Regulamento sobre Canalização e Condições de Uso de Frequências para os Serviços Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos, Especial de Repetição de Televisão e Especial de Circuito Fechado de Televisão com Utilização de Radioenlace, **371**
 [Resolução da ANATEL n° 584/2012]

TV por Assinatura, 329

TVA

(*ver Televisão por Assinatura (Espécie de Serviço Especial)*)

TVA (Serviço Especial de TV por Assinatura), 334

TVC

(*ver TV a Cabo*)

U

Unbundling, 310

(*ver Compartilhamento de Redes*)

Universalização

(*ver também Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações*)

(*ver também Inclusão Digital*)

(*ver também Plano Geral de Metas de Universalização do STFC no Regime Público*)

Incentivo Fiscal

instituição do REPUBLIC-Redes e restabelecimento do REICOMP, **357**

[Lei n° 12.715/2012]

Inclusão Digital

inclusão de itens, em especial, modem e tablet PC, na lista de beneficiários da redução das alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, **359**

[Decreto n° 7.715/2012]

instituição do REPUBLIC-Redes e restabelecimento do REICOMP, **358**

[Medida Provisória n° 563/2012]

Plano Geral de Metas de Universalização do STFC no Regime Público

regulamentação do, **375**

[Resolução n° 598/2012]

Regulamento de Acompanhamento e Controle das Obrigações de Universalização do STFC

revogação do, **375**

[Resolução n° 598/2012]

Regulamento de Obrigações de Universalizações

aprovação do, **375**

[Resolução n° 598/2012]

Universalização e Massificação, 322

Usuário, 373

(*ver também Consumidor*)

(*ver também Sanção Administrativa*)

[Resolução n° 589/2012]

Usuário / Consumidor, 355

V

Valor Adicionado

(*ver Serviço de Valor Adicionado*)

Vias Integradas

(*ver Rede de Telecomunicações*)

Vinculação Horária

sua dispensa nos casos de disponibilização de sistema de bloqueio de canais ou de programas, **366**

[Portaria MJ n° 1.642, de 3 de agosto de 2012]

Virtude Política

(*ver Liberdade de Participação*)

